

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAIO HENRIQUE DE ALMEIDA

BUSCA POR DIGNIDADE: NARRATIVAS SOBRE RECONHECIMENTO NA
PERIFERIA DA CIDADE DE CURITIBA-PR

CURITIBA

2020

CAIO HENRIQUE DE ALMEIDA

BUSCA POR DIGNIDADE: NARRATIVAS SOBRE RECONHECIMENTO NA
PERIFERIA DA CIDADE DE CURITIBA-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Meucci.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR – BIBLIOTECA DE
CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Almeida, Caio Henrique de

Busca por dignidade : narrativas sobre reconhecimento na periferia de
Curitiba - PR. / Caio Henrique de Almeida. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Simone Meucci

1. Disparidades econômicas regionais – Curitiba (PR). 2. Voluntários no
serviço social. 3. Reconhecimento. 4. Marginalidade social. 5. Periferias –
Curitiba (PR). I. Meucci, Simone, 1970-. II. Título.

CDD – 361.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CAIO HENRIQUE DE ALMEIDA** intitulada: **BUSCA POR DIGNIDADE: NARRATIVAS SOBRE RECONHECIMENTO NA PERIFERIA DE CURITIBA-PR**, sob orientação da Profa. Dra. SIMONE MEUCCI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 09 de Novembro de 2020.

Assinatura Eletrônica
13/11/2020 13:37:15.0
SIMONE MEUCCI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
16/11/2020 11:30:47.0
VALÉRIA FLORIANO MACHADO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
13/11/2020 14:07:38.0
MARIA TARCISA SILVA BEGA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

No momento em que escrevo estes agradecimentos o Brasil contabiliza mais de 100 mil mortes pela COVID-19. Como brasileiro, nunca imaginei passar por situação tão mórbida, fria e apática diante vidas que partem sem o direito de se despedir de seus entes queridos. O clima de luto coletivo é o que sinto por este país. Apesar disso, finalizar essa pesquisa foi um gesto de dignidade e obrigação moral com a classe trabalhadora e também em respeito e reconhecimento a universidade pública.

Escrever essa dissertação foi um acerto de contas com o passado. Uma forma de pacificar uma mente inquieta em buscas de respostas para dilemas complexos. Pensei em desistir em vários momentos e sofri em demorado por medo de não conseguir terminar este trabalho. Sozinho não teria chegado até aqui. Sou parte de um coletivo de expectativas de outros seres humanos que me acompanharam, respeitaram, amaram, acreditaram e que terão as condições materiais e afetivas para a conclusão desse ciclo. Gostaria de agradecer a vocês que tornaram possível a realização de um sonho de criança.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu pai, Jair, minha mãe, Orliete e meu irmão Cauê pelo amor, carinho e cuidado. Sem vocês eu não estaria aqui escrevendo esses agradecimentos. Obrigado por darem e garantirem o acolhimento, carinho e cuidado. Amo vocês. Desejo sucesso nesta nova fase da vida de vocês.

Agradeço a minha orientadora Simone pelo profissionalismo, compromisso com a ciência e respeito a universidade pública. Obrigado por ter despertado e valorizado minha vocação científica. Sem você teria desistido de estudar Ciências Sociais.

Agradeço ao meu amigo e irmão Luís Fernando por todas as angústias compartilhadas ao longo dos anos. Sua presença em minha vida foi fundamental para manter acessa a luz do esclarecimento e o desejo pelos estudos. Nossa parceria é um presente ao mundo. Obrigado por ter salvo minha vida mais de uma vez. Te amo.

Aos amigos que estiveram comigo Daniel Piter e Danilo que sempre me ajudaram a enxercar a realidade dos oprimidos a partir de uma linguagem do povo. Vocês sempre não me deixaram largar os betes. Obrigado camaradas.

Agradeço as amigas que encontrei na Pós-Graduação Aline, Felipe, Rodrigo, Wanderley, Margo. Aos colegas do doutorado Talita, Pedro, Camila e Manoel e aos de

colegas de graduação que reencontrei Cris, Carol Pacheco, Kamile, Lays, Ramiro e Lucas Strugala.

Agradeço a Tatiane pela amizade e discussões. A viagem que fizemos para Florianópolis ficará guardada para sempre na minha memória: “Ninguém vai sofrer sozinho. Todo mundo vai sofrer.”

Agradeço a Camila Rezende pelo amor e reconhecimento transformado em amizade, textos e discussões filosóficas. Obrigado por ter me ensinado a ter coragem para enfrentar as minhas angústias, pessimismos e tristezas. Seu pai está orgulhoso de você. Obrigado amiga por ter me ajudado a transformar sonhos em potências. Você é um presente em minha vida.

Agradeço a Bianca Rocha que acompanhou os primeiros passos dessa jornada e por ter sido a pessoa que apaixonei durante um dos piores momentos da minha vida.

Agradeço a Solange pelo companheirismo, camaradagem e solidariedade. Obrigado por ter acompanhado a reta final desde trabalho e por ter deixado eu gostar de você. Nossa alma cândida sorri em meio ao caos. Os momentos que compartilhamos são eternos e continuamos acreditando em nada. Amo você querida.

Aos amigos do C. E. Alfredo Parodi que me acolheram como professor e amigo. Agradeço ao Fábio, Valdir, Geraldo, André, Emerson, Alísio, Joil e Josi. Ao Ruy, Marcos, Katiussa e família pelo acolhimento, apoio e amor. Vocês foram minha segunda família. Obrigado por não terem desistido de mim. Eu nunca desisti de vocês.

Ao Messias e família pela paciência.

Aos amigos de banda Zé, Tocha, Fisher e Bruno.

Ao Locomotiva Makhnovista Futebol Clube.

Aos amigos da construção civil meu tio Pedro, Francisco, Cláudio e Kal.

Agradeço a Andreia e família por ter acolhido meus pais em Pitanga-PR.

Agradeço a CAPES pelo financiamento. Sem a bolsa não teria conseguido estudar numa instituição pública de excelência. Todo sofrimento valeu a pena graças a existência dessa política pública que garantiu minha manutenção durante os dois anos de mestrado.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR pelo trabalho e profissionalismo em manter acessa a produção do conhecimento científico. Em especial, a Alexandro, Rodrigo, Márcio, Maria, Miriam. Agradeço a professora Maria Tarcisa Silva Bega e ao professor Jaime Santos Junior pelas críticas e sugestões feitas durante o processo de qualificação do texto. Obrigado Marcel e Katiano pela prestação de um excelente trabalho aos discentes e docentes.

Aos moradores e moradores da Vila Icarai e Vila União-Ferroviária. Sem vocês esse trabalho não teria sido possível.

A Maria Aparecida José de Almeida *in memoriam*.

*Burn your gods and kill the king
Subjugate your suffering
Dead heart in a dead world*

*We must remember wounds so deep
Take time to heal
And sometimes though we struggle still
Life seems surreal*

*Emotions turned to cold dead wood
Can still have life once more
The door that slammed upon your heart
Torn away,torn away*

(Nevermore, Dead heart in a dead world)

RESUMO

Este trabalho investiga como três agentes autovalorizam suas conquistas em meio a um contexto de desigualdade e vulnerabilidade social na periferia de Curitiba-PR. A pesquisa se utiliza dos pressupostos teóricos da Teoria do Reconhecimento na tentativa de compreender como os agentes produzem sentidos e racionalizações sobre suas autorrealizações. Através da observação participante e análise das narrativas procurou-se conhecer como os agentes reconhecem a si e aos outros em suas relações afetivas, sociais e jurídicas. Descobrimos que o sentimento do próprio valor, isto é, a busca por dignidade é representada nas narrativas de experiência de vida que realçam o sentimento do seu próprio valor como pessoas guerreiras, vitoriosas e voluntaristas.

Palavras-chave: reconhecimento social; relações sociais; desigualdades.

ABSTRACT

This dissertation investigates how three agents self-value their achievements in the context of inequality and social vulnerability in the outskirts of Curitiba-PR. The research uses the theoretical assumptions of the Theory of Recognition in an attempt to understand how the agents produce meanings and rationalizations about their self-realizations. Through participant observation and analysis of individual narratives, we sought to understand how agents recognize themselves and others in their affective, social and legal relationships. We found that the feeling of self-worth, that is, the search for a dignity is represented in the narratives of experience that highlight the meritocratic values of people who perceive themselves and are perceived as warriors, victorious and voluntarists.

Keywords: recognition social; relationships social; inequalities.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO, 1996.....	38
FIGURA 2 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO, 1999.....	38
FIGURA 3 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO, 2001.....	39
FIGURA 4 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO, 2008.....	39
FIGURA 5 – ESTRUTURA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE RECONHECIMENTO..	75
FIGURA 6 – ESMERALDA: SER MÃE, SER FILHA.....	77
FIGURA 7 – ESMERALDA: MORADIA, SAÚDE E TRABALHO.....	81
FIGURA 8 – ESMERALDA: MODALIDADES DE DISTINÇÃO SOCIAL.....	84
FIGURA 9 – ANA: SER MÃE, SER FILHA.....	90
FIGURA 10 – ANA: MORADIA, SAÚDE E TRABALHO.....	94
FIGURA 11 – ANA: MODALIDADES DE DISTINÇÃO SOCIAL.....	98
FIGURA 12 – RAUL: SER PAI, SER FILHO.....	102
FIGURA 13 – RAUL: MORADIA, SAÚDE E TRABALHO.....	105
FIGURA 14 – RAUL: MODALIDADES DE DISTINÇÃO SOCIAL.....	108

LISTA DE SIGLAS

APA	- Área de Proteção Ambiental
CEEBJA	- Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
COHAB	- Companhia de Habitação
CTNP	- Companhia de Terras Norte do Paraná
FAS	- Fundação de Ação Social
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PRONASCI	- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PR	- Paraná
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SEED	- Secretária de Estado da Educação
SUS	- Sistema Único de Saúde
UPP	- Unidade de Polícia Pacificadora
UPS	- Unidade Paraná Seguro
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

LISTA DE ABREVIATURAS

Av.	-Avenida
b.	-Bairro
C.E.	-Colégio Estadual
Prof.	-Professor
v.	-Vila
T.R.S	-Teoria do Reconhecimento Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. RECONHECIMENTO E DESIGUALDADE.....	22
2.1.A TEORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL NO BRASIL: ENTRE A DESIGUALDADE E A LUTA POR RECONHECIMENTO.....	23
2.2. DESIGUALDADE: ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE UMA LUTA POR RECONHECIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	27
2.3. CURITIBA: UMA CIDADE DESIGUAL.....	32
2.4. A FORMAÇÃO DOS BAIRROS POPULARES: O NASCIMENTO DA PERIFERIA.....	36
2.5. O BAIRRO UBERABA.....	37
2.6. VILA ICARAÍ E VILA UNIÃO-FERROVIÁRIA: O CONTEXTO SOCIAL DA PESQUISA.....	41
2.6.1. VILA ICARAÍ.....	43
2.6.2. VILA UNIÃO-FERROVIÁRIA.....	45
3. A TEORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL.....	48
3.1. PARÂMETROS PARA UMA TEORIA SOCIAL.....	50
3.2. A LÓGICA MORAL DOS CONFLITOS SOCIAIS.....	52
3.3. OS CASOS DE WINSTON PARVA E CONERVILLE.....	62
4. METODOLOGIA.....	70
4.1.SOBRE O MÉTODO.....	70
5.ENTREVISTAS.....	76
5.1. ESMERALDA: GUERREIRA.....	76
5.2. ANA: VITORIOSA.....	89
5.3. RAUL: SACRIFÍCIO.....	101
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	117

1. INTRODUÇÃO

Nasci na classe trabalhadora. Cedo descobri o entusiasmo, a ambição e os ideais; e satisfazê-los tornou-se o problema da minha infância. Meu ambiente era cru, áspero e rude. Não via nenhuma perspectiva ao meu redor, por isso, o melhor era olhar para cima. Meu lugar na sociedade era nos fundos. Aqui a vida não oferecia nada, além de sordidez e miséria, tanto para o corpo como para o espírito. Por aqui corpo e espírito andavam famintos e atormentados. (Jack London, O que a vida significa para mim, 2008, p. 17).

Famintos e atormentados é como o escritor americano Jack London (1876 – 1916) nomeia o conflito intersubjetivo¹ entre corpo e alma, que segundo ele, estariam justificando nas ambições que o levaram a buscar pela compreensão sobre o sentido da vida: “Acima de mim se erguia o imenso edifício da sociedade e, em minha mente, a única saída era para cima. Logo resolvi, subir.” (LONDON, 2008, p. 17). Assim como London, também procurei “subir” neste edifício ao discutir sociologicamente o reconhecimento social. Mas, antes disso, será preciso esclarecer a realidade que sustenta o edifício. Assim, a pesquisa tem o objetivo de compreender a realidade três agentes, moradores do bairro Uberaba na cidade de Curitiba-PR, a partir da análise de suas narrativas. Buscou-se através delas, reconstituir a forma como eles reivindicam para si próprios e para os outros o sentimento do valor de suas vidas.

A pesquisa, orientada pelos pressupostos teóricos da Teoria do Reconhecimento Social (T.R.S) utilizou-se dos dados obtidos a partir de três narrativas formuladas durante entrevistas realizadas na residência de cada um dos moradores. Eles responderam às perguntas de acordo com um roteiro que serviu de base para a construção analítica e explanatória que compõem esta investigação. Além disso, a reflexão foi complementada através de registro de observações de campo. Contudo, a pesquisa, não deve por objetivo comprovar a validade empírica da teoria, mas, procurou explorar seu potencial analítico ao analisar as narrativas sobre reconhecimento dos três agentes.

A justificativa da escolha do bairro e moradores ocorreu por dois motivos: a) Por se tratar de um bairro que, a despeito da proximidade com o centro da cidade², é percebido como socialmente periférico na visão de senso comum da população curitibana; b) Devido ao padrão social e econômico dos moradores. Uma vez que, a região

¹ No sentido que é válido para qualquer sujeito.

² Aproximadamente 12 km da região central de Curitiba – PR.

é formada majoritariamente por pessoas pertencentes às classes trabalhadoras com renda de dois a três salários mínimos³ com baixa qualificação profissional, participando do mercado de trabalho nas funções de diaristas, catadores de material recicláveis, pedreiros, serventes de pedreiros, donas de casa, serviços temporários, trabalhadores de comércio, serviços e desempregados.

Outra justificativa para a realização desse trabalho no bairro Uberaba, fora resultado de uma ação contingente na vida deste pesquisador que lhe escreve. A contingência ocorreu devido a distribuição de aulas de Sociologia feitas pela Secretária de Educação do Paraná (SEED – PR) no ano de 2016 quando tive a oportunidade de escolher entre uma lista com vários nomes o Colégio Estadual Alfredo Parodi⁴ e o Colégio Estadual São Paulo Apóstolo⁵. Trabalhar nessas duas escolas expandiu meu conhecimento sobre o cotidiano do bairro. Até o momento da escolha, o primeiro colégio era desconhecido. Enquanto que ao segundo já era do meu conhecimento⁶.

No C.E. Alfredo Parodi, o envolvimento com alunos, alunas, professores, professoras, funcionários e funcionárias, despertou meu interesse em pesquisar o bairro e seus moradores considerados como “carentes”, “pobres”, “vulneráveis”, “criminosas”, “violentas” e etc. Termos comumente associados às pessoas que moram nas periferias da Curitiba frequentemente são chamadas de “vilas”⁷.

A minha inserção ao campo e a construção do problema aconteceram devido a essa experiência docente. Porque, ao trabalhar próximo as vilas, estabeleci alguns vínculos de confiança com o local através de outras pessoas que dividiram o trabalho comigo durante aproximadamente dois anos. As relações de confiança que tinha com alguns alunos e alunas que moravam na região facilitaram meu acesso ao campo e os primeiros contatos com os moradores e moradoras. Isso só foi possível porque durante o trabalho como professor de Sociologia, ouvia dos alunos narrativas, relatos e histórias

³ De acordo com os dados divulgados pela Agência Curitiba (2017). Disponível em: <http://www.agenciacuritiba.com.br>. Acesso em 25 de março de 2020.

⁴ Localizado na rua Esperidião Kalluf, nº 125, Uberaba, Curitiba-PR.

⁵ Localizado Rua Cel. José Carvalho de Oliveira, nº 1275, Uberaba, Curitiba-PR.

⁶ Durante a graduação (2009-2014) trabalhei como professor voluntário no curso pré-vestibular popular, que na época chamava-se “Conhecimento em luta” e atendia alunos e alunas de escolas públicas do Uberaba. Entre elas, o Colégio Estadual São Paulo Apóstolo.

⁷ Nome informalmente dado a alguns bairros de Curitiba – PR, que na maioria dos casos, estão localizados na periferia da cidade.

que retratavam o cotidiano nas vilas que despertaram o interesse em conhecer de forma mais profunda esta realidade.

Na escola, também, aproveitava os horários do recreio para circular pelo pátio para observar comportamentos e registrava as histórias e relatos de experiências de alunos, professores e funcionários. A partir de um determinado momento, estabeleci uma relação de confiança com vários grupos de alunos que relatavam pontos de vistas sobre o local onde moravam, isto é, as vilas. Localizadas numa região que passou por rápidas mudanças estruturas nas duas últimas décadas. Ainda no começo dos anos 2000, a região era uma área de ocupação irregular, como moradias e infraestruturas precárias. Ao longo dos anos, com investimentos públicos, a região chamada de Bolsão Audi-União⁸ passou por um intenso processo de urbanização com a regularização das moradias e a realocação dos moradores que moravam em áreas de risco.

O objetivo desta pesquisa é compreender a partir de um ponto de vista sociológico as batalhas e trajetórias dos moradores em torno de uma procura de uma vida digna. Durante o percurso da pesquisa, optou-se por procurar, conforme minha rede de contato se ampliava, por pessoas dispostas a participar da pesquisa. A busca demandou algum tempo. Em paralelo a isso, ouvi vários relatos e conversei informalmente com moradores da região.

As entrevistas foram possíveis em razão das interações que se realizaram durante a condução do trabalho de campo. Depois de algum tempo em contato com os ex-alunos que moravam na região. Entre julho de 2018 e julho de 2019 foram realizadas algumas entrevistas informais com os moradores. Geralmente, as conversas aconteciam em pontos como esquinas, em frente a estabelecimentos comerciais e residências. Com o avanço das observações, passei a interagir com um grupo formado por quatro⁹ ex-alunos que moravam na Vila Icarai. Um dia fui convidado para um almoço na casa deles. Eles moravam de aluguel nos fundos de uma outra casa. Era um sobrado dividido em quatro partes com entradas independentes construído pelo proprietário com o interesse de alugar.

⁸ O nome faz referência da montadora alemã Audi localizado no município de São José dos Pinhais que faz fronteira com o bairro Uberaba. Era comum as pessoas confundirem a vizinha Vila Reno por “Renault”. Em referência a montadora francesa que havia se estabelecido em São José dos Pinhais na mesma época que a montadora alemã. A vinda dessas multinacionais para o Paraná gerou uma grande expectativa de emprego. Atraídos pelas oportunidades de trabalho, milhares de trabalhadores e trabalhadoras se mudaram para as regiões próximas as montadoras. O Bolsão Audi-União foi uma dessas regiões.

⁹ Com os respectivos nomes fictícios de Wesley, Anderson, Diego e Amanda.

Eram uma forma espécie de “quitinete populares”, cujo o aluguel custava R\$ 200,00. No caso da quitinete alugada pelo grupo de ex-alunos, o valor era pago por familiares¹⁰.

A minha presença foi ficando frequente e eu comentava sobre minha pesquisa com ex-alunos e moradores. Pais e mães de ex-alunos se interessavam em saber qual era meu interesse ali. Ao longo da trajetória da pesquisa de campo, procurei selecionar pessoas disposta a serem entrevistadas de maneira formal. Por isso, adotei a estratégia de selecionar moradores que estivessem fora da esfera da influência da minha antiga experiência docente. Mas não foi isso que aconteceu. Os moradores distantes a minha esfera de influência ficaram receosas em participar da pesquisa por isso tive que recorrer as pessoas próxima, isto é, aos ex-alunos. O receio, na maioria das vezes, aconteceu pela pouca confiança que os moradores tinham por mim. Uma vez que, minha presença causava estranheza porque não sabiam quem eu era e quais eram meus interesses com suas vidas. O que gerava um clima de tensão e desconfiança durante minhas caminhadas pelas ruas e os convites de entrevistas.

Uma ex-aluna demonstrou interesse e curiosidade com a pesquisa e colocou-se à disposição de ajudar no que for preciso, principalmente, com indicações de potenciais moradores que aceitariam conceder as entrevistas. Porém, encontrei dificuldades de conseguir agendar as entrevistas com moradores de perfis jovens que demonstraram insegurança com o encontro presencial, mas, que haviam se oferecido para conceder entrevista via aplicativo de mensagem. Descartei essa opção, pois, tinha o interesse de coletar o testemunho dos moradores de forma oral, indo pessoalmente a casa deles para conhecer de perto as condições materiais de vida e conhecer como e quais eram as relações que eles nutriam com suas casas, como por exemplo, o pertencimento e os laços de vizinhança, os sentidos de conquista da casa própria e como o local de moradia poderia ou não representar uma busca por reconhecimento de uma vida digna. E também por acreditar que ali além de ser um local confortável para eles contarem suas histórias. Contudo, não houve interesse da parte deles de me convidar para conhecer suas residências devido à distância e ao escasso sentimento de confiança que mantive com eles.

¹⁰ Neste caso, quem pagava o aluguel era a tia de José. Ele chama a tia de “mãe” porque assim que a mãe biológica faleceu, a tia passou a cuidar do sobrinho.

A ex-aluna, comentou que sua mãe havia manifestado interesse em participar da pesquisa e aceitaria se encontrar pessoalmente. Dessa forma, a entrevista com sua mãe surgiu como uma oportunidade de entrevistar presencialmente uma antiga moradora. Com isso, o interesse inicial que era focar na população de perfil jovem da região havia sido modificado. Esmeralda¹¹, mãe de Aline, a ex-aluna, foi fundamental para a continuidade da pesquisa, pois, ela indicou duas outras pessoas para as entrevistas que compõem esta pesquisa: Ana e Raul. As entrevistas foram realizadas nos meses de junho e julho de 2019.

Ana além de ser amiga de Esmeralda, também é antiga moradora da região. Foi ali que construiu sua família ao mesmo tempo que realizou o sonho da casa própria. Raul, voltou a morar com os pais após uma separação conjugal. Para chegar até sua residência é preciso atravessar a linha férrea que separa territorialmente e simbolicamente a região. Os três são moradores do bairro Uberaba. Esmeralda e Ana moram na Vila União-Ferroviária e Raul mora na região do bairro Uberaba conhecida como Moradias Itiberê.

Dessa maneira, os três personagens que contribuíram para a pesquisa podem ser brevemente apresentados da seguinte forma: Esmeralda, 49 anos, mulher, mãe, solteira, negra, com aproximadamente 1,60 de altura. Usa óculos com armação de acrílico. Ana, 42 anos, mulher, mãe, casada, branca, com aproximadamente de 1,70m. Raul, 25 anos, homem, pai, separado, branco, sua altura é de aproximadamente 1,70m.

A partir dessas pessoas procurei investigar como e apesar de todas dificuldades produzidas pelo contexto e conjuntura de vulnerabilidades e desigualdades sociais, eles seguiram como suas trajetórias de vidas, lutando contra situações adversas, como o desemprego, condições de moradias precárias, trabalho informal, baixos salários, baixa qualificação profissional, casamentos e separações. As entrevistas forneceram algumas narrativas biográficas que tornaram possível reconstituir as experiências sociais que denotam a busca de dignidade a partir de situações de vulnerabilidade social.

Para a realização das análises, considerei o ponto de vista dos entrevistados como racionalizações em torno do que pode ser compreendido expectativas de autorrealização prática orientada para a reconhecimento social. Conforme a sistematização de Axel Honneth (2009) a autorrealização prática do indivíduo é caracterizada por uma tipologia que compreende os elementos fundamentais do reconhecimento social. Para o autor, o

¹¹ Conforme o Termo de Consentimento assinado ficou combinado que os nomes seriam trocados.

indivíduo perceberia a si e aos outros através de processos recíprocos de troca de sentimentos morais cujos conteúdos típicos são demarcados pela autoconfiança/confiança, autorrespeito/respeito e autoestima/estima.

Essa tipologia seria uma representação das relações sociais de reconhecimento e nos forneceu o fundamento de uma perspectiva analítica que entende que a experiência social é marcada por situações positivas e negativas. Assim, as experiências sociais de respeito, confiança e estima, bem como seu contrário seriam resultados de processos de interação que compreendem dimensões afetivas, jurídicas e civis. Para Honneth, confiar, respeitar e estimar pessoas, regras e princípios comunitários e associativos é condição para uma vida boa, isto é, digna.

Por questões de metodologia, organizamos a análise das narrativas, levando em consideração experiências sociais a partir do modelo analítico de Honneth. Este modelo foi dividido em três dimensões: i) Modalidades de distinção social, ii) Percepções dos direitos de moradia, saúde e trabalho e iii) Papeis familiares de ser mãe, pai, filho e filha.

No caso das modalidades de distinção social foi possível encontrar nos relatos critérios de diferenciação com os outros moradores e moradoras. Como por exemplo, a mulher lutadora que conseguiu a casa própria. Também temos o caso da mulher que quando analisa sua vida no passado e compara com o presente, afirma com confiança sua dignidade como pessoa. E do homem que se percebe como uma pessoa valorosa porque é honesto e verdadeiro.

Em relação a percepção dos direitos de moradia, saúde e trabalho os moradores. A moradia é compreendida com uma conquista que demandou luta, garra e esforço. Na saúde, a cura de uma séria doença pode ser vista como um sacrifício que vale a pena e o trabalho acaba sendo percebido como a possibilidade de melhorar de vida.

O texto está organizado em cinco capítulos. No capítulo dois relacionamos a Teoria do Reconhecimento Social a realidade brasileira, passando pela cidade de Curitiba-PR, o bairro e por fim as vilas. Procurou-se discutir a desigualdade como um elemento que estrutura as relações de reconhecimento nos contextos mencionados. No terceiro capítulo, discutimos os fundamentos gerais que constitui a Teoria do Reconhecimento Social a partir de suas dimensões filosóficas e sociológicas. No quarto capítulo explicamos como foi estruturada a análise das entrevistas que produziram os dados para a pesquisa. No quinto e último capítulo procuramos reconstituir a vida dos

entrevistados a partir da lógica moral dos seus conflitos morais entorno de uma luta por reconhecimento que mobilizam os sentidos e práticas de uma vida digna.

2. RECONHECIMENTO E DESIGUALDADE

O pensamento teórico, as “ideias”, Weltanschauungen, não são assim tão importantes na sociedade. Embora todas as sociedades contenham estes fenômenos, eles são apenas uma parte da soma total daquilo que é considerado “conhecimento”. Em qualquer sociedade, apenas um grupo muito limitado de pessoas se dedica a teorizar, a ocupar-se de “ideias” e a construir Weltanschauungen. Mas todos na sociedade participam, de uma maneira ou de outra, do seu “conhecimento”. Dito de outra maneira, só muito poucas pessoas se preocupam com a interpretação teórica do mundo, mas todas vivem em algum tipo de mundo. (Peter Berger & Thomas Luckmann, A construção social da realidade, 2004, p. 26).

As pessoas vivem em algum tipo de mundo, lugar, cidade e bairro. Para habitar este mundo, seja o contexto social que for, as pessoas não necessariamente precisam explicá-lo. A sociedade que vivem é resultado de relações, ações e processos de interações sociais que estão incorporados em práticas e saberes que produzem sentidos de suas experiências de vida. Deste modo, reconhecer práticas, saberes e experiências também é uma forma de conhecer. Por isso, através da análise dos fatos que foram narradas foi possível conhecer a forma como três pessoas se percebem a si mesmas e aos outros, como membros de uma família, moradores/ moradoras de um bairro e cidadãos/cidadã de um Estado.

Como lembra TROVO (2009) os conflitos sociais na teoria honnethiana não são caracterizadas puramente pela luta de classes, muito menos podem ser associados as teses clássicas da filosofia política que compreendiam que o conflito social a partir da ótica da preservação física. Como mostra Honneth (2009, p. 11) os conflitos sociais são centralizados nas experiências de desrespeito que atingem a integridade moral dos indivíduos. Essas experiências de não reconhecimento podem desencadear uma luta por reconhecimento no sentido de restaurar a integridade moral ofendida. Esse esclarecimento feito por Trovo aponta para aquilo que Honneth chamará de “lógica moral dos conflitos sociais”, que no caso dos nossos entrevistados detém para o sentido de narrar de forma heroica os feitos de suas vidas com o objetivo e interesse de driblar as dificuldades enfrentadas devido as condições de precarização social.

Como foi apresentado anteriormente, o interesse em estudar a vida de moradores e moradoras de vilas na cidade de Curitiba- PR enquanto sociólogo, tem o interesse de

compreender o reconhecimento social com o interesse de conhecer para valorizar a *weltanschauungen*¹² desses moradores no sentido de refletir como eles se percebem e são percebidos em suas relações sociais. Por isso, considero importante descrever o contexto onde se desenvolvem as relações sociais, assim, de agora em diante apresentaremos a discussão começando por uma contextualização da cidade e do bairro, finalizando com relatos de observação sobre a Vila Icarai e Vila União.

Para a contextualização, utilizamos uma parte do material produzido pelo grupo de pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao programa de Pós-graduação em Sociologia e a graduação de Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Por meio do projeto de extensão chamado de “Viver na cidade: avaliação e intervenção em áreas de habitações precárias em Curitiba”, que vêm realizando pesquisas sistemáticas na área do Bolsão Audi-União com o objetivo de estudar as formas como as pessoas vivenciam a cidade a partir das suas condições de habitação. Sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Maria Tarcisa Bega o grupo de pesquisa já realizou alguns trabalhos acadêmicos sobre as condições de vida, habitação e memórias dos moradores representados pelos trabalhos de Luiz Teixeira Belmiro *Da lama ao caos: a urbanização de Curitiba vista do bolsão audi-união* (2019) e o trabalho de Kamille Brescansin Mattar *Entre vilas: A sociabilidade juvenil como produtora de sentidos em um colégio na periferia de Curitiba* (2019).

2.1. A TEORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL NO BRASIL: ENTRE A DESIGUALDADE E A LUTA POR RECONHECIMENTO

Nadia FUHRMANN (2013) mostra que o interesse pela Teoria do Reconhecimento na América Latina emerge nos anos 2000 associada aos estudos sobre conflitos urbanos. No Brasil, há registro de pesquisas associando a “luta por reconhecimento” com movimentos sociais ainda na década de 1980, como por exemplo, o primeiro estudo de Tavares dos Santos sobre os aspectos motivacionais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em torno de uma luta por reconhecimento.

¹² *Weltanschauungen* é um termo alemão usado para representar as formas como a realidade social é percebida por diferentes grupos sociais. A palavra é formada por *Welt* (mundo) e *Anschauungen* (visão). Ela é traduzida para o português como “visão de mundo”.

O autor já havia identificado no movimento um conflito social de cunho identitário e reivindicatório por reconhecimento social. (FUHRMANN, 2013, p. 90). Na Europa, as categorias de “reconhecimento” e “luta social” são retomadas¹³ a partir da década de 1980 com o objetivo de compreender os movimentos sociais que haviam emergidos após a década de 1960. No debate contemporâneo três autores têm se destacado o alemão Axel Honneth, a americana Nancy Fraser e o canadense Charles Taylor. Esses pensadores tem refletido sobre as dinâmicas de reconhecimento, redistribuição e autenticidade a partir de contexto social, político e econômico de países centrais no capitalismo moderno. (FUHRMANN, 2013, p. 80).

Entre os estudos mais recentes sobre reconhecimento social no Brasil podemos citar a pesquisa de Emil SOBOTTKA (2015) e Angela Randolpho PAIVA (2015). Sobottka estudou como um grupo de mulheres vivenciam suas experiências de desrespeito social na periferia de uma grande metrópole brasileira. Paiva, realizou uma análise dos impactos sociais da implementação de uma política pública à luz de uma luta por reconhecimento do movimento negro frente a uma realidade de desigualdade e exclusão.

SOBOTTKA, no contexto de uma periferia suburbana, mas especificamente, na região metropolitana de Porto Alegre, pesquisou algumas histórias de vidas em um grupo de mulheres engajadas na implementação de uma política de segurança e cidadania. Diante experiências de desrespeito em contexto de pobreza e violência, a pesquisa de Sobottka é compreender como o potencial sofrimento social vivido por estas mulheres pode ou não desencadear lutas por reconhecimento. Ao colher algumas narrativas de vida de mulheres, o autor, demonstrar como a teoria do reconhecimento pode funcionar com um marco de referência para perceber, enquadrar e interpretar experiências que foram narradas de formas dispersas e desconexas:

Nesta situação vivencial e política foi possível verificar que a teoria do reconhecimento pode sim ser operacionalizada e contribuir para as pesquisas empíricas em contextos bem distintos daquele que lhe serviu de referencial. Ela ajuda o pesquisador a formular e enquadrar questões que as protagonistas da narrativa não conseguiam articular nem enquadrar num contexto maior de relações sociais desiguais. (SOBOTTKA, 2015, p.15).

¹³ A categoria de “luta social” e “reconhecimento” possui uma longa trajetória na Europa. Passando por Hobbes, Maquiavel, Hegel e Nietzsche.

Por outro lado, a expectativa implícita por uma luta por reconhecimento colocada por Honneth, sobre como a percepção do sofrimento de injustiça, demandaria uma ação para sua superação diante uma perspectiva de libertação ou de cura, no contexto pesquisado, não se mostrou válido. Para Sobottka (2015, p. 15) a dessimbolização e a individualização podem atuar como elementos bloqueadores da autorrealização prática positiva dos indivíduos e que sem elas, as dificuldades para se engajar em lutas por reconhecimento tornam-se grandes. No caso, do grupo de pessoas estudado, devido o contexto de exclusão social e política, a dificuldade em verbalizar experiências de sofrimento, já é por si mesmo parte do resultado de socialização e individualização das mulheres estudadas. Em síntese, Sobottka (2015) no seu estudo sobre o reconhecimento social entre integrantes da “Mulheres da Paz”, constata que o desrespeito social paira sobre grupos sociais periféricos quando é representado por questões que ultrapassam a espera afetiva e moral. Uma vez que, indivíduos são reféns de outras formas de humilhações na esfera do Direito, como por exemplo, desemprego, salários baixos com longas jornadas de trabalho e pobreza. Caracterizando em sinais de subvalorização social de capacidades e habilidades socialmente compartilhadas.

Complementado com as reflexões de Sobottka, Angela Randolpho PAIVA (2015) discute a partir de um estudo sobre reconhecimento dos efeitos sociais produzidos com a implementação das ações afirmativas no ensino superior. Paiva, procura mostrar a dinâmica de uma luta reconhecimento social do Brasil associada a constituição de uma “cidadania disjuntiva”, que manteria fora da espera pública de debates e direitos camadas da população formada por negros e pobres.

Segundo a autora, no Brasil, a desigualdade e exclusão produziriam uma “esquizofrenia social” que seria resultado do processo de modernização seletiva que produziu “duas realidades” distintas dentro de uma mesma ordem social. Dividindo a sociedade em que dois grupos de pessoas: “aos que têm acesso e aos que permanecem nas margens dessa esfera pública excludente.” (PAIVA, 2015, p. 11). Como defende a autora, a modernização do Brasil durante o período de 1930 a 1970 produziu dois grupos de pessoas separadas por diferentes graus de acesso e exclusão a espera pública:

O primeiro grupo foi o segmento dos brasileiros que logrou a modernidade constituída de várias faces: a econômica, a jurídica, a cultural e a tecnológica, enquanto o segundo, daqueles que estão fora do pacto social, é visto como um grupo difuso e ameaçador para os que estão dentro. Mas o padrão de

dominação das nossas relações sociais é tão eficiente que a meritocracia, ideia forte e compartilhada por todos os segmentos da sociedade, ajuda na naturalização dessa ordem social desigual, visto que prevalece a ideia do mérito pessoal, e o “outro” se auto exclui ou se culpa por seu fracasso pessoal. (PAIVA, 2015, p. 11).

Ao contextualizar a utilização de uma Teoria do Reconhecimento Social a realidade brasileira, Paiva alerta que é preciso levar em consideração características sociais e políticas que fazem do Brasil uma sociedade extremamente desigual. No Brasil, podemos dizer, que se constituiu historicamente uma hierarquização na ordem social, na organicidade na concepção de mundo, onde, o paternalismo nas relações sociais e o autoritarismo na esfera pública, funcionariam como barreiras de desencorajamento a quem vive nas margens da sociedade. Isso representaria uma dificuldade para a universalização da cidadania. Uma ordem social desigual e excludente produziria efeitos desmobilizadores de longo prazo sobre a subjetividade das pessoas sistematicamente marginalizados:

Hierarquia, paternalismo, autoritarismo são, portanto, traços que vão marcar tanto os espaços de sociabilidade na sua dimensão cultural, quanto na sua dimensão política, gerando um déficit de participação na esfera pública, esfera de poucos e com enorme índice de exclusão, a começar pelas altas taxas de analfabetismo. A permear essa cultura política em formação houve ainda o dilema da burguesia nacional moderna que teve de estar em relações comprometidas com esse estado autoritário e com as forças do atraso nacional[...] (PAIVA, 2015, p.10).

Dessa forma, devido a padrões sociais sistêmicos de desigualdade e exclusão, somado a opção por um modelo conservador de modernização, criou-se uma enorme classe de subalternos, excluídos da participação da esfera pública, com precários canais jurídicos de reivindicação, marginalizados socialmente e excluídos economicamente que historicamente aprenderam a se perceberem a si mesmo e aos outros – “nós” e “eles” – a partir de uma “cidadania disjuntiva” que:

compõem uma dimensão ideal-típica da cidadania e nos ajudam a analisar a construção da cidadania no Brasil, no sentido de compreender algumas questões acerca da especificidade da nossa construção social. Ainda que o ideário de indivíduo portador de direitos descrito acima tenha sido o referencial para a concepção de todas as cartas constitucionais brasileiras concebidas na

história da nossa República, ele foi pensado em uma sociedade cujos padrões de organização social eram bem distintos, sendo sua marca de origem a enorme desigualdade social. Tal organização recebeu um legado da ordem social escravocrata e com forte concentração fundiária, herdado de séculos anteriores, não havendo o processo de ruptura necessário para que houvesse a “mudança estrutural da esfera pública” brasileira. (PAIVA, 2015, p. 9).

Em síntese, SOBOTTKA(2015) e PAIVA(2015), ao aplicarem os pressupostos da Teoria do Reconhecimento Social no contexto brasileiro levaram em consideração, mesmo que de forma indireta, nosso *status* de capitalismo periférico ou tardio. De modo que, seja qual forem as condições em que surgem demandas por reconhecimento social, a luta social estará por esses dois elementos estruturantes: a desigualdade e a exclusão.

2.2. DESIGUALDADE: ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE UMA LUTA POR RECONHECIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Marcio Pochmann (2007) mostra que no plano nacional desigualdade pode ser vista de forma sistêmica no modo como é produzida e reproduzida socialmente. Segundo Pochmann, a sociedade capitalista é caracterizada pela concentração da repartição da renda, riqueza e poder que tem por tendência perpetuar a desigualdade produzida pela lógica de acumulação do capital. Em sociedades periféricas, como a brasileira, Pochmann, afirma que a sua desigualdade tem origem no regime colonial organizado através do uso de trabalho escravo, monocultura e o monopólio da terra. Dessa forma criou-se no país um modelo de exclusão associado ao avanço do modo de produção capitalista.

A relação estrutural entre exclusão social e expansão econômica é uma característica histórica e política da desigualdade brasileira e seu aprofundamento ocorre em parte por conta da não realização de reformas de bases de caráter civilizatório, como a agrária, tributária e social a sociedade brasileira passou por um “o fantástico progresso das forças produtivas ocorrido no ciclo da industrialização nacional (1933–1980) seguiu contaminado pela dinâmica da exclusão.” (POCHMANN, 2007, p. 1478).

A desigualdade da sociedade brasileira desde pelo menos o pós-1930, passando pela consolidação da estrutura industrial, que fecharia o ciclo da modernização capitalista do século XX foi tema de vários estudos na área das ciências sociais. Entre os principais

estão os trabalhos de Francisco de Oliveira (1981), Lucio Kowarick (2000) e Florestan Fernandes (2008). Esses autores ajudam a compreender de que forma a desigualdade brasileira estrutura as relações sociais no Brasil.

Francisco de Oliveira (1981) reflete sobre desenvolvimento da economia brasileira pós-1930. Oliveira faz uma análise das etapas históricas da industrialização e modernização nacional considerando seus efeitos sociais. No Brasil, com a consolidação do modelo industrial nacional, passando pela modernização proporcionada pelo chamado “milagre econômico” (1968-1974), representou para a sociedade a produção de um legado caracterizado pela concentração de renda e uma perpétua manutenção da desigualdade. Esses seriam elementos estruturais do subdesenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A dinâmica da acumulação capitalista no Brasil é caracterizada pela exclusão sistêmica das classes trabalhadoras no acesso ao excedente econômico produzido na relação entre capital-trabalho. Oliveira, apresenta a tese que o capitalismo brasileiro fora estruturado a partir do elemento escravista e na predominância do modo de acumulação primitiva. Desigual e excludente desde de sua origem, a economia brasileira desenvolveu-se em condições estruturais que garantiram alta rentabilidade do capital e a baixa remuneração da força de trabalho. A valorização do capital em relação a desvalorização da força de trabalho tem favorecido a concentração de renda, o aumento da desigualdade e impedindo a redistribuição do valor excedente. Isso se dá, basicamente, por conta das contradições econômicas do próprio modelo “dualista” da economia.

A transição de uma acumulação de base agrícola e rural para uma acumulação industrial e urbana, principalmente pós-1964, tem contribuído para a manutenção do sistema desigual e excludente. No caso das cidades, o trabalhador urbano é obrigado a enfrentar situações que reforçam o padrão de precarização das suas condições de vida. O exemplo disso, como mostra Oliveira (1981) e Kowarick (2000) são as moradias autoconstruídas. Na maioria das vezes, construídas nas horas vagas e por meio do trabalho não remunerado. Construídas por iniciativas individuais ou a partir de “mutirões”, esse modelo de habitação é uma das formas das classes trabalhadoras acessar informalmente o mercado imobiliário e a garantir minimamente o direito à moradia.

a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compartilhar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberando exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase que integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo. Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributiva – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir. (OLIVEIRA, 1981, p. 36).

O trabalho de Lucio Kowarick (2000) é uma referência que auxilia na compreensão do funcionamento do capitalismo brasileiro. Kowarick, a partir de suas pesquisas a partir da constituição do espaço urbano, descreve de forma sistêmica os padrões de desigualdades e exclusão produzidos pelas contradições do modo de produção capitalismo. Kowarick, no contexto histórico da cidade de São Paulo em meados da década de 1970, preocupa-se em compreender como os processos econômicos, políticos e culturais interferem na forma como a cidade se produz e reproduz pelos trabalhadores dentro da dinâmica da exploração da força de trabalho e produção do excedente econômico. A tentativa de explicar as condições de vida e moradia dos moradores das periferias paulistas leva Kowarick a desenvolver o conceito de *espoliação urbana*.

Para Kowarick, a espoliação urbana é uma marca social que caracterizaria o sentimento coletivo de exclusão social vivida pelas classes trabalhadoras empobrecidas pelo processo de acumulação capitalista. Este sentimento de exclusão seria codificado conforme a percepção social entorno da falta de bens culturais e materiais necessários a sociabilidade capitalista. Deste modo, a exclusão coletiva é explicada conforme o que “está faltando e é socialmente necessário.” (KOWARICK, 2000, p. 107). Neste caso, a gramática moral dos conflitos sociais na sociedade brasileira estaria relacionada aos elementos de “falta” e “utilidade”. Dessa forma, a espoliação urbana seria um dos elementos indispensáveis para se pensar os conflitos sociais e uma luta por reconhecimento. No caso Brasil, o reconhecimento social ou a falta dele, podem ser medidos conforme o nível de exclusão social na qual o indivíduo estaria inserido. Dentro de um contexto urbano, se pensarmos na construção social da cidade, os grupos com maiores graus de reconhecimento social são os grupos menos espoliados. Ao contrário,

os grupos com maiores taxas de espoliação urbana consequentemente acabam sendo os grupos com menor reconhecimento.

Uma luta por reconhecimento no contexto brasileiro, conforme as ideias de Kowarick, precisam ser pensadas a partir de conceito com a *espoliação urbana* e também na chave da *exploração do trabalho*. Os elementos afetivos, sociais e jurídicos das relações de reconhecimento estão diretamente associados às condições materiais de sobrevivência da classe trabalhadora. Em outras palavras, a relação entre reconhecimento, espoliação e exploração forjam as experiências sociais de quem mora nos bairros, vilas, favelas ou cortiços. (KOWARICK, 2000, p. 83).

Em geral, a vida na cidade é organizada pela lógica da exclusão social, política e econômica. Essa desigualdade histórica mantém-se graças ao acesso privado à terra, renda e propriedade. É desse modo que “a ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que, junto com o acesso à terra, se mostram socialmente necessários à reprodução urbana dos trabalhadores.” (KOWARICK, 2000, p. 107). Assim, a experiência de moradores e moradores, de vilas por exemplo, depende das condições materiais objetivas relacionadas principalmente com as condições de habitação: aluguel, coabitação, cortiços, barracos e casa própria) e trabalho (emprego formal, emprego informal, subemprego, desemprego).

Considerando a relação entre desenvolvimento econômico, desigualdade, exclusão e reconhecimento no contexto urbano além dos estudos já citados, temos o clássico trabalho realizado por Florestan Fernandes na cidade de São Paulo com as populações negras marginalizadas diante o processo de modernização. Em *A integração do negro na sociedade de classes* (2008 [1964]), o negro é visto como “escória do operariado urbano” porque uma vez que foi “vetado o caminho da classificação econômica e social”, restou “aceitar a incorporação gradual à escória “em crescimento ou se abater penosamente”, mas sem antes criar outras formas de integração como o “ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática” ou na “criminalidade fortuita”. Essas escolhas, procuravam dar conta de “salvar as aparências e a dignidade de “homem livre” ao negro (FERNANDES, 2008 [1964], p. 44).

Em outra passagem, Fernandes chama a atenção para as “contingências da socialização” (FERNANDES, 2008 [1964], p. 65) do negro e do mulato em São Paulo no

contexto da década de 1950. Quando a cidade passou por um intenso processo de urbanização e industrialização que impactou na integração do negro na emergente sociedade de classes. Como mostra em sua pesquisa, dentro “de semelhante contexto, psicossocial e sociocultural” os negros estavam sujeitos “as humilhações, os ressentimentos e os ódios, acumulados pelo escravo e pelo liberto”, dessa maneira, “sob a escravidão e exacerbados de forma terrível pelas decepções” e “lavraram destrutivamente o ânimo de negros e mulatos”. Em resumo, nas palavras do professor Florestan Fernandes:

Tudo contribuía para aumentar sua insegurança, natural numa fase de mudanças tão bruscas, e para agravar ansiedades e frustrações que não podiam ser canalizadas “para fora” nem corrigidos construtivamente, através de mecanismos psicossociais de interação com os “outros” e de integração à ordem social emergente. (FERNANDES, 2008[1964], p. 64).

O não reconhecimento do negro enquanto uma pessoa dotada de afeto, dignidade e direito trouxe dificuldades ao processo de integração social. Destituídos de capacidades e habilidades consideradas modernas, a população negra foi excluída e marginalizada economicamente, socialmente e culturalmente. Além de miséria, pobreza e desemprego, os negros em São Paulo também tiveram que lidar com a criminalização de suas formas de sociabilidade.

Para Honneth, a luta por reconhecimento é algo que ocorre sempre em relação a outros indivíduos. Assim, a formação de grupos sociais é algo inerente aos seres humanos que lutam para serem reconhecidos conforme o desenvolvimento dos conflitos sociais no interior do grupo e de acordo com as demandas dos movimentos políticos ou organizações. Nancy Fraser apresenta sua teoria do reconhecimento a partir do *status* social que os indivíduos adquirem nas relações de paridade entre indivíduos e grupos. Dessa forma, negar o reconhecimento de uma pessoa é o rebaixa-lo socialmente numa escala de valor humano inferiorizada

Florestan Fernandes sintetizaria essas duas posições da seguinte forma. Diria ele, que ambas “as consequências espezinhavam” a “sensibilidade” e o “senso moral” de negros e mulatos. Mas, “desmascarando por fim a verdadeira realidade”, esses seres humanos, “estavam tão longe quanto no passado recente de serem livres por inteiro, com segurança, prestígio e dignidade”. A luta por reconhecimento do povo negro no contexto

do desenvolvimento capitalista São Paulo na década de 1950 não, “se tratava propriamente, de uma fuga da realidade. Mas de um mudo protesto de desespero e a única saída para evitar uma condição humana confusamente percebida” adotaram comportamentos que representavam a vida indigna que eram obrigados a suportar (FERNANDES, 2008 [1964], p. 65-66).

2.3. CURITIBA: UMA CIDADE DESIGUAL

Na plataforma online do IBGE – Cidades, encontramos dados um pouco mais atualizados de acordo com as projeções feitas a partir do censo de 2010 e dos estudos democráticos realizados pela Agência Curitiba (2019). Em 2019, a população estimada de Curitiba era de 1.933.105 pessoas, o que representa uma densidade demográfica 4.027,04 habitante por km². O salário médio mensal dos trabalhadores com carteira assinada era de 4 salários mínimos enquanto que 26,9% da população com rendimento nominal mensal por pessoa de até ½ salário mínimo. Este cenário de média e extremo caracteriza a cidade de Curitiba – PR com sendo a 17ª cidade mais desigual do planeta, conforme o relatório do Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010).

A desigualdade faz parte da história da cidade, materializada desde os primeiros projetos de planejamento urbano. Pelo menos, desde a década de 1940 com o Plano Agache até os recentes problemas de moradias irregulares e a periferização de algumas áreas urbanas, como por exemplo, a Ocupação Tiradentes, Nova Primavera e 29 de março localizadas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC)¹⁴ e o Bolsão Audi-União¹⁵ no bairro Uberaba.

Como mostra Luiz Belmiro Teixeira (2019) o modelo de desenvolvimento e expansão urbana de Curitiba-PR pode ser caracterizado a partir da ideia de “cidade excludente”. O autor defende, que a exclusão é um elemento presente no discurso e nas

¹⁴ Ao todo 800 famílias vivem em situação de extrema pobreza e enfrentam um conflito judicial pela posse do terreno com a Essencis Soluções Ambientais que gerencia um aterro sanitário ao lado das ocupações e é sublocatária do terreno de propriedade de uma empresa falida. Segundo declarações da Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB) o local seria impróprio para habitação devido a à proximidade com o aterro.

¹⁵ É formado com conjunto de sete vilas que surgiu no em 1998 na região de antigas cavas do Rio Iguaçu. A região ocupada possui aproximadamente 2 milhões de metros quadrados. O local consolidou-se na cidade devido as condições de precárias de moradia.

ações técnicas e políticas que conduziram a construção da cidade através de quarenta anos. Com isso, a história da cidade é caracterizada por uma exclusão estrutural que influenciou na organização social, política, econômica e urbana.

A exclusão social sistêmica contribuiu para a expansão de bairros populares na extensão dos limites geográficos do município, assim como, para a formação e consolidação de uma importante região metropolitana, moradia de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que diariamente precisam se dirigir até o centro de Curitiba para garantir a subsistência. Entre as várias áreas que compõem a periferia curitibana, uma delas chamou minha atenção desde pesquisador pelo rápido crescimento populacional, os índices sociais alarmantes e altas taxas de violência. Foi com o interesse de aproximar desta realidade, no sentido de descobrir outros elementos sociais que compõem a organização dessas pessoas que conduzi a pesquisa na região formalmente conhecida por Bolsão Audi-União. Mas antes de falar sobre o Bolsão, gostaria de discutir um pouco sobre o plano de urbanização que tornou possível Curitiba ser uma cidade excludente e desigual, que torna os conflitos sociais elementos formadores de personalidades periféricas. Chama de “personalidade periférica” como o tipo-ideal de luta por reconhecimento produzido nas comunidades populares que ocupam as margens territoriais e simbólicas da cidade de Curitiba – PR. Como poderemos ver mais adiante, a desigualdade é um elemento normatizado nas práticas e afazeres de moradores que vivem nestas comunidades populares que venho chamando de vilas.

Como mostra Teixeira, a urbanização de Curitiba-PR procurou seguir tendências modernizadoras, que permanecem ligadas a uma tradição herdadas de elites locais de empresariais e políticos que influenciaram nas decisões políticas entorno da construção social da cidade. As populações pobres participam do processo de urbanização ao seu modo, ou seja, foram incluídos de forma periférica tanto em suas condições de habitação e moradia quanto no acesso à cidade e ao universo dos direitos. Assim, a periferia de Curitiba – PR pode ser considerada como uma contradição ao modelo de eficiência urbanística elaborada pelas elites econômicas e políticas.

O crescimento populacional de Curitiba a partir da metade do século XX foi rápido. Com o declínio das plantações de café no norte do Estado do Paraná, a cidade passou a receber fortes ondas migratórias que mais tarde, seriam os novos moradores da periferia e da RMC (Região Metropolitana de Curitiba). Ainda na década de 1960 a população da cidade era de 360 mil pessoas, e dez anos depois esse número saltou para

625 mil. A partir da década de 1970, Curitiba, começa a ganhar destaque no cenário nacional pelas soluções de mobilidade e urbanismo. Com um plano de modernização urbana, o poder público passou a investir na urbanização da cidade através de obras de transporte público, abastecimento, educação e lazer com objetivo de atrair investimentos privados internacionais ao mesmo tempo visava garantir um mínimo de bem-estar social à população. Na área de serviços públicos a cidade priorizou o transporte coletivo e a limpeza o que garantiram uma melhoria na qualidade de vida de seus moradores.

Em 1973 a Prefeitura de Curitiba e Governo do Estado criam a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com objetivo de atrair investimentos nacionais e internacionais por meio de incentivos fiscais e terrenos baratos. (TEIXEIRA, 2019, p. 20).

No entanto, Curitiba não cresceu mais do que o previsto, ou de forma inesperada. Nas estimativas do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), também chamado Plano Serete, de 1965, a previsão é que Curitiba teria, na menor das hipóteses, 2 milhões de habitantes no ano 2000, mas poderia comportar até mesmo 5 milhões neste ano, segundo estimativas mais alargadas de crescimento. Falando em números absolutos, apenas sobre o crescimento populacional da cidade nos últimos quarenta anos, em 1970 sua população era de 609.026 habitantes, atingindo segundo as estimativas do IBGE em 2018 1.917.185 habitantes. (TEIXEIRA, 2019, p. 20).

Na década de 1990, com o trabalho¹⁶ do Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba (IPPUC), Curitiba reforça seu destaque no cenário nacional como um exemplo de planejamento urbano. Dentro desse contexto histórico, político e econômico, Curitiba- PR consolida a imagem de Cidade Ecológica. Em relação a outras capitais brasileiras, passa a ser representada com o exemplo de metrópole moderna e desigual. Em síntese, ao longo dos últimos quarentas anos, a cidade construiu para si e para os outros um modelo de planejamento urbanização técnico e eficiente. De modo que, através de uma propaganda massiva legitimou um imaginário social sobre a imagem de uma cidade modelo. Os fundamentos deste imaginário de cidade modelo iniciam-se em 1943 com o plano de urbanização do francês Alfredo Agache. O Plano Agache, nome do primeiro plano diretor tinha por objetivo ordenar a cidade a partir de três áreas: saneamento, circulação e a criação de órgãos funcionais.

¹⁶ Liderado por um mesmo grupo político ligado ao ex-prefeito do IPPUC e de Curitiba, Jaime Lerner.

Na área de saneamento, o plano tinha por objetivo realizar a drenagens de banhados e canalização de rios. Houve a construção de uma rede de coleta de esgoto e abastecimento hídrico, acompanhado da arborização de ruas, criação de parques e a criação de um horto municipal. Na área de circulação, o plano diretor previa a realização de obras para descongestionar o centro da cidade e a criação de perimetrais externas. Além da criação de um centro de atividades administrativas, um centro comercial, um centro militar e a criação de uma cidade universitária. (TEXEIRA, 2019, p. 87).

O Plano Agache esgota-se em 1966. Com o crescimento da cidade foi preciso atualizar o plano diretor. Conhecido por Plano Preliminar Urbanístico é reconhecido como sendo o início do verdadeiro processo de urbanização de Curitiba – PR. A partir desse Plano, conforme mostra Teixeira (2019, p. 87-88), podemos dividir a história do planejamento urbano de Curitiba em três fases: primeira fase (1962-1966), segunda fase (1966-1970) e terceira fase (1970-1974). Na primeira fase foi feita a institucionalização das ações do planejamento urbano, como por exemplo, a criação de órgãos públicos como Urbanização de Curitiba S/A (URBS) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)¹⁷. A segunda fase da história do planejamento urbano de Curitiba é marcada pelo conflito entre os projetos elaborados pelo IPPUC e as obras realizadas pela Prefeitura municipal. A terceira fase é caracterizada como sendo o período da implementação das ações previstas no plano. O IPPUC ficou responsável pelos trabalhos de pesquisa, planejamento, coordenação e execução do Plano Diretor.

A imagem de Curitiba enquanto “cidade modelo” foi um processo construído aos poucos a partir da década de 1970. No contexto nacional, Curitiba apresentava-se como uma “vitrine urbana para o Brasil”. Com a experiência e referência em relação ao planejamento urbano, a cidade, com o financiamento e atuação política de seus grupos de interesses hegemônicos, construiu e mantém renovado até os dias atuais a imagem da cidade modelo. (TEXEIRA, 2019, p. 89).

Em Curitiba, a visibilidade teria sido conquistada pela efetivação de um urbanismo de espetáculo. Renovações urbanas e importantes obras teriam sido levadas a cabo com

¹⁷ O IPPUC é criado junto com o Plano Diretor por meio da Lei nº 2.828/1966. Sua criação marca a institucionalização política e jurídica do planejamento urbano de Curitiba.

esse objetivo, exigindo uma arquitetura igualmente de espetáculo, visível em obras como a revitalização do Centro Histórico – o “Largo da Ordem”, na construção do teatro “Ópera de Arame”, na criação de ruas de serviço chamadas “Ruas da Cidadania”, e de bibliotecas nos bairros chamadas de “Faróis do Saber”. (TEIXEIRA, 2019, p. 89).

2.4. A FORMAÇÃO DOS BAIRROS POPULARES: O NASCIMENTO DA PERIFERIA

A formação dos bairros populares acompanhou de formar irregular o desenvolvimento urbano da cidade. Irregular porque enquanto o centro da cidade se moderniza as regiões afastadas do centro possuíam um precário desenvolvimento urbano e pouca infraestrutura pública como ruas, redes de esgoto, água encanada, luz elétrica e moradias adequadas para receber o contingente de trabalhadores e trabalhadoras migrantes do interior do Estado e de outras regiões do país.

Entre as regiões pobres que acompanhou de forma irregular, excludente e desigual a modernização da cidade de Curitiba-PR, destaca-se o Bolsão Audi-União, localizado no bairro do Uberaba. O Bolsão Audi-União é um complexo de moradias irregulares formado pelas ocupações Audi, Jardim União, União Reno, União Ferroviária, Icaraí, Alvorada II, Lorena e Savana. Essas ocupações começaram em 1998 a partir de ações de um movimento popular de ocupação de terras irregulares no bairro do Uberaba. Com 1,3 milhão de metros quadrados, a região ocupada de forma irregular faz parte da área de proteção ambiental (APA) do Rio Iguaçu. Neste local era feita a extração de areia que contribuiu para o surgimento de cavas espalhadas ao longo das margens do terreno. O poder público começa a ter interesse pela área em 2003, investindo em obras de reassentamento urbano, principalmente, de famílias que moraram em áreas de riscos ambiental. Em 2007, após quase 10 anos de ocupação, inicia-se o processo de regularização urbana da área. (TEIXEIRA, 2019, p. 16-17). A área, antes do início de processo de regulamentação, era vista pelo senso comum como um reduto de pessoas reconhecidas negativamente como pobres, bandidos e marginalizadas.

Antes do processo de melhoria das condições urbanas e na infraestrutura da região, conforme mostra Teixeira, os moradores tiveram que construir suas casas de

forma improvisadas. Abrindo ruas, instalando redes clandestinas de água e luz elétrica com o objetivo de minimizar as condições precárias de suas vidas, como por exemplo, o desemprego e a violência. O Bolsão Audi-União era um território dominado pelo tráfico de drogas que na época, na primeira década de 2000 foi conhecida como uma das regiões mais perigosas da cidade após uma chacina. (TEIXEIRA, 2019, p. 18).

Com a repercussão televisiva da chacina, o local ficou nacionalmente conhecido. A área que até então chama-se Audi-União, mas em março de 2010 numa audiência pública os moradores optaram pela mudança de nome da região. Em 2011 passa a se chamar Bolsão Audi-União e é reconhecido oficialmente pela Prefeitura Municipal de Curitiba como sendo uma vila do bairro Uberaba. Após ser reconhecida como parte da cidade de Curitiba, o local recebeu investimentos públicos milionários oriundos da própria prefeitura de Curitiba através da Companhia de Habitação Popular (COHAB) e do Governo Federal com Ministério das Cidades através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Levando em conta o contexto proporcionado pela Copa do Mundo de Futebol de 2014, onde Curitiba seria umas das cidades sedes, foram realizadas obras de relocação, pavimentação de ruas, construção de galerias, canal de drenagem, preservação ambiental regularização, urbanização e a implementação do Parque do Centenário da Imigração Japonesa com o interesse de incentivar o turismo cultural e ambiental na região. (TEIXEIRA, 2019, p. 19).

2.5. O BAIRRO UBERABA

A delimitação espacial do Uberaba, conforme do decreto municipal nº 774 de 1975 é demarcada a partir da confluência do Rio Iguaçu e do Rio Belém. As ruas que delimitam o território são Ruas José Rietmeyer, Cel. Francisco H. dos Santos, Av. Comendador Franco, Ruas Ulisses José Ribeiro, Frei Francisco de Mont'Alverne, Marginal da BR-277, Rio Iguaçu.

Na década de 1990 os empregos estavam concentrados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), como isso, atraiu um grande contingente de pessoas interessas em melhorarem suas condições de vida na capital paranaense. O surgimento do Bolsão Audi-

União¹⁸ dá-se neste contexto de migração de força de trabalho e também com a reestruturação produtiva que a cidade vinha colocando em prática com a criação em 1973 do CIC.

FIGURA 1 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO, 1996.



FONTE: COHAB (1996).

. FIGURA 2 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO, 1999.



FONTE: COHAB (1999).

¹⁸ Ver nota de rodapé número 7.

FIGURA 3 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO, 2001.



FONTE: COHAB (2001).

FIGURA 4 – BOLSÃO AUDI-UNIÃO, 2008.



FONTE: COHAB (2008).

Como mostram as figuras de 1 a 4, a região foi sendo ocupada com o passar dos anos, saindo da BR – 277 em direção à Avenida das Torres.

A região representada nas figuras acima é formada por vários demarcadores simbólicos que separam os territórios por várias vilas, constituídas, principalmente, conforme o avanço da ocupação. Com o tempo, os territórios vão sendo formalizados pelo poder público que acata as divisões das vilas de acordo com as classificações e nomeações dos moradores. No caso do bairro Uberaba, as vilas são demarcadores territoriais,

simbólicas, políticas e econômicas. Pertencem a esta ou aquela vila possibilita ter acesso a determinados códigos, normas e regras que instituem marcas sociais que qualificam o indivíduo a partir de um imaginário social. (MATTAR, 2019).

Na sua pesquisa em uma escola de periferia da cidade de Curitiba-PR, Mattar discute como um grupo de estudantes atribui sentidos à experiência social na escola também de acordo com o local de moradia. Isso repercute na forma como os jovens dão sentido a sua ação no interior da escola relacionando-a com experiência vivida fora dela. O fato da maioria desses jovens serem moradores das vilas¹⁹ que compõem uma região específica bairro Uberaba contribuir para a constituições de saberes, práticas e sentidos mobilizados pelos estudantes no momento em que trabalham suas experiências sociais nas categorias tanto de identidades quando de reconhecimento como estudantes, pobres, vileiros ou maloqueiros.

O bairro do Uberaba integra a Regional do Cajuru. Estando localizada na zona leste de Curitiba à aproximadamente 10 km do centro da cidade, fazendo limite com os municípios de Pinhais e São José dos Pinhais.

De acordo com os dados publicado pela Agência Curitiba (2017) órgão institucional ligado a prefeitura de Curitiba, o perfil socioeconômico da regional do Cajuru é resumido da seguinte maneira: população, renda e estabelecimentos econômicos. Para os objetivos desse trabalho, nos concentraremos nos dados relativos à população e renda.

A Regional Cajuru possui 215.503 mil moradores, dividida em seis regiões: Cajuru, Uberaba, Capão da Imbuia, Jardim das Américas, Guabirota e Tarumã. Conforme os dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) verifica que a população do Uberaba entre 2000 e 2010 cresceu 19,4%.

Além de ter sido o bairro com a maior variação populacional entre as outras seis localidades, o Uberaba possui aproximadamente 33% da população total da regional, ou seja, cerca de 72.056 pessoas. Esses números explicam em partes o rápido crescimento

¹⁹ No caso estudado por MATTAR (2019) são três vilas: Vila Lorena, CDD (Cidade de Deus) e Vila Meia Lua.

de áreas de ocupação urbana na região. Particularmente nas regiões que demarcam os limites e que fazem fronteira entre municípios de Curitiba e São José dos Pinhais.

Ao consultar o documento da Agência Curitiba, os dados mostram que a densidade populacional geral da regional, segundo os dados era de 60,26 hab/ha. Sendo o bairro Cajuru o que apresenta a maior densidade demográfica com cerca de 83,28 hab/ha.

Ainda segundo os dados do IPPUC/IBGE (2010) as mulheres representam 51, 5% da população. O que representa um número de 37.097 mulheres no total de moradores do bairro Uberaba. Já a população de jovens na região representa 21,2%. O que significa, em números aproximados, 16 mil crianças de 0 a 14 anos e 19 mil jovens entre 15 e 29 anos. Representando algo entorno de 23% da população do bairro. Já entre 15 e 29 anos encontramos cerca de 19.000 jovens. Isto representa 26% da população da região. A população com mais de 65 anos era até então de 7,3%. Sobre essa parcela da população, nota-se que entre 2000 e 2010 houve um crescimento de 53%. Ou seja, em 10 anos a regional envelheceu, mas, a evolução demográfica mostra preponderância da população jovem.

Os dados também mostram que 75% da população do Uberaba é branca, aproximadamente 55 mil pessoas. Enquanto que o número de negros é de mais de 3%. O que representa cerca de 2.500 indivíduos. Os partos representam 19% da população, alcançando quase 20 mil. E por fim, 107 pessoas, ou seja, 0,15% formam a população indígena. O rendimento médio das famílias que residem na Regional Cajuru, segundo os dados é de R\$ 3.133, 58. O que representa um percentual de 17% abaixo a renda média municipal que é de R\$ 3.776, 22.

No bairro do Uberaba o rendimento médio mensal é de R\$ 3.051,02. Valor que está abaixo da média regional. Em termos comparativos, o bairro vizinho, Jardins das Américas possui uma renda de R\$ 6.206,01. Enquanto o Cajuru fica com R\$ 2.418,71. De modo geral, a divisão de rendimentos econômicos entre as famílias, calculado a partir do salário mínimo da época mostram que 57% das famílias na regional do Cajuru recebem até 3 salários mínimos.

2.6. VILA ICARAÍ E VILA UNIÃO-FERROVIÁRIA: O CONTEXTO SOCIAL DA PESQUISA

A primeira vez que ouvir falar nesta região foi através do noticiário. Vários veículos de comunicação cobriram o evento que aconteceu numa noite de sábado de outubro de 2009. A Gazeta do Povo, 4/10/2009, informou que “as primeiras informações apontavam para cerca de 10 mortes”. O jornal Tribuna do Paraná, 6/10/2009, noticiou que a chacina foi motivada por vingança. Segundo o jornal, a ordem da chacina fora para vingar a morte de um rapaz de 16 anos que havia sido assassinado uma semana antes numa vila vizinha. Por causa disso, seu tio, 30 anos, acompanhado de mais cinco indivíduos divididos em três carros passaram atirando pelas ruas da Vila Icarai. Matéria d’O Globo, 5/10/2009, atualizada em 10/11/2011, relata que a polícia identificou “6 autores de chacina que matou mãe e bebê em Curitiba”.

Além da história contada de forma sensacionalista pelos jornais, foi um evento histórico que marcou a vida dos moradores da região. Escutei algumas das interpretações sobre a chacina por meio de conversas informais na escola onde trabalhei e as informações que chegavam carregavam um ar de mistério, medo e violência. Conta a história, complementando a narrativa divulgada pelos jornais, que no dia 5 de outubro de 2009 houve um toque de recolher na região devido ao fim da trégua entre os traficantes da Vila União e Vila Icarai. Ficou combinado que após as 20h30min da noite ninguém poderia estar na rua, caso contrário sofreria as consequências.

Os relatos noticiados, descrevem que indivíduos armados passaram atirando em quem estava na rua depois do horário estipulado em sinal de retaliação. O resultado foi um saldo de 8 mortes. Entre os mortos, um bebê de cinco meses, morto junto com a mãe ao final de um culto religioso. Em um vídeo no Youtube²⁰ intitulado “Chacina Vila União/Icarai” é possível visualizar a barbárie que ocorreu no local. As imagens mostram os corpos das vítimas espalhados pelo chão e o choro de quem havia perdido um familiar, amigo ou vizinho no assassinato coletivo.

Dentro das minhas limitações intelectuais, buscava por justificativas que pudessem explicar a forma que as pessoas continuavam tocando suas vidas após um ato

²⁰ Central Nacional de Televisão (CNT), Programa 190, Chacina Vila União/Icarai. Youtube. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PU0QUgnTmkc&t=2s>>. Acesso em: 18 de mai. 2020. 3m:41s.

bárbaro. Na minha imaginação, tentava reconstituir as vidas de Moisés, 28, Marcos, 17, Valdir, 19, Eduardo, 25, Jancarlo, 20, Jeferson, 25, Nilza, 29 e o pequeno Matheus, 5 meses. Todos mortos na chacina da Vila Icarai

As características sociais do local apresentavam-se como um contraste ao modelo de cidade moderna construída por Curitiba. Esta região do bairro Uberaba, marcada por rápidas transformações sociais após obras de intervenções urbanísticas, fundiária e de infraestrutura, apesar de contribuir para a melhora das condições de vida dos moradores, ainda encontramos pessoas em situações de pobreza. Uma vez, que as transformações que ocorreram na região, atingiram de maneira desiguais os moradores. Com isso, algumas populações ainda continuam marginalizados socialmente, seja por conta da pobreza causada pelo desemprego, falta de renda, educação, saúde e qualificação profissional. No caso dos três agentes que participaram dessa pesquisa, se percebe por meio do relato de suas trajetórias, que eles estão fazendo parte do grupo de pessoas que conseguiram melhorar de vida após a regulamentação da área. Esmeralda e Ana conseguiram adquirir a casa própria e encontraram a segurança e estabilidade para constituírem e cuidarem de suas famílias. Enquanto que Raul teve a oportunidade de estudar ao mesmo tempo que buscava por sua autonomia financeira.

Ao se estudar a maneira como Esmeralda, Ana e Raul narram, valorizam e reconhecem suas conquistas pessoais no contexto social do Bolsão Audi-União, percebe o desenvolvimento de uma identidade social construída sobre o esforço individual, voluntarismo e solidariedade. Valores que aparentemente se apresentam como contraditórios, mas que na prática, convivem em sintonia com o bairro onde moram. Dito isso, gostaríamos de fazer uma contextualização das vilas a partir de notas de observação feita no local.

2.6.1. VILA ICARAI

É quinta-feira, 12h:30. Procuro circular pelas ruas para reconhecer o perímetro da Vila Icarai para observar as pessoas e seus afazeres cotidianos. O cotidiano obedece a rotina de atividades humanas espalhas por casas, ruas e quadras. Na oficina, mecânicos avaliam o motor do carro. Na outra esquina uma mulher negra de meia-idade aguarda

pelo próximo cliente no brechó. Passo por seis cachorros que passeiam pelas ruas sem compromisso. Sou obrigado a desviar deles. Já que ocupam metade da rua.

Faço o mesmo percurso que fiz das outras vezes, passando pela rua Guilherme Walter Lowry e seguindo em direção à avenida das Torres. A margem esquerda para quem chega na Vila tem uma rua de terra chamada Monalisa Stefani. Ela é continuação da rua Guilherme Walter Lowry. Sempre passo por ela, seja na ida ou na volta. Essa rua é o limite geográfico da Vila, pois, acompanha a linha férrea, demarcando a fronteira que separa a Vila Icarai e Jardim Torres. As ruas estão divididas entre as estão asfaltadas e as que estão sem asfalto.

Dessa vez estou voltando. Um carro branco parado sob a sombra de uma árvore chama a atenção. É a primeira vez que observo um carro parado nessa rua. Dois homens, aparentando ter mais de 40 anos, brancos, calvos, camisas pretas e óculos escuro com as máquinas fotográficas em suas mãos. Estão tirando fotos do nome das ruas. Passo por eles, fazem questão de me cumprimentar. Com o tradicional aceno de cabeça e o uníssono “bom? ”. Retribuo o aceno e digo “bom! ”.

Continuo meu trajeto, duas quadras a frente, na margem direita da rua um senhor procura por objetos de valor no matagal, provavelmente fios de cobre ou latas de alumínio. À minha esquerda na altura da Rua Manoela Stier Reiss tem um rapaz com um carrinho de papel. Ele faz uma pergunta ao homem que acaba de sair do mato – “O velho, tem um carro branco parado lá na frente? ”. O velho permanece em silêncio.

O lote onde estão as residências é rebaixado. Por isso o rapaz consegue enxergar a movimentação na rua de cima sem ser notado. Resolvo ir conversar com ele. Aproximo-me do rapaz respondendo sua pergunta. “Sim, tem um carro lá”. E fico aguardando a resposta do rapaz. Nisso, outro jovem aparece. Ele usa uma bicicleta pequena. Se aproxima. O primeiro jovem não dá muita atenção ao que eu acabei de falar. Enquanto que o outro rapaz chega e pára a bicicleta. Confirma a informação sobre o carro branco. Se retira dizendo que “vou lá avisar os caras”. Aproveito a deixa e me retiro também. Volto para estrada de chão. Procuro não olhar para atrás para não levantar suspeita aos dois homens que ainda continuavam tirando fotos das ruas.

Na volta passo pela casa de Esmeralda, moradora da Vila União-Ferroviária que também morou na Vila Icarai logo no início da ocupação, aproximadamente 20 anos atrás. Passando pela rua paralela à sua casa, observo que ela está no portão. Por isso me dirijo

até lá. Cumprimento com um bom dia. E logo narro a situação que havia presenciado. Ela responde dizendo: “é assim mesmo. Sempre que vão fazer alguma operação eles fazem isso antes.” O que significa provavelmente que haverá uma operação policial e por causa disso os dois homens provavelmente estão mapeando as possíveis e eventuais rotas de fuga. Ela me contou que certa vez os policiais entraram na sua casa atrás de outra pessoa. E que geralmente, quando tem operação policial na região, algumas casas de moradores são invadidas por policiais a procura de drogas e bandidos.

A Vila Icarai é igual a qualquer outra vila da periferia de Curitiba. Possui uma população heterogênea distribuída dentro de um território. Os moradores possuem marcadores sociais que acentuam as diferenças e desigualdades, como o modelo de construção das moradias, que pode ser um sobrado, uma casa pequena, média e grande ou até mesmo um barraco. Os carros também são demarcadores de diferenças neste ambiente diverso e plural. Contando com apenas uma linha de ônibus, o carro acaba sendo uma alternativa de transporte para o trabalhador chegar até seu local de serviço. Assim como, as igrejas espalhadas pelo perímetro da vila. Maioritariamente evangélicas, mas com bandeiras diferentes, as igrejas fazem parte do cotidiano. Nos horários de cultos as ruas nas proximidades das instituições religiosas ficam movimentadas.

2.6.2. VILA UNIÃO-FERROVIÁRIA

É de manhã e faz um lindo dia de sol. As crianças brincam na quadra do Centro da Juventude Audi-União programa iniciado em 2013 pela Prefeitura de Curitiba²¹ que antigamente era chamado de Portal do Futuro. Ainda hoje, sua estrutura física tem por objetivo de oferecer a comunidade um espaço de lazer para práticas de esportes e cursos profissionalizantes.

As crianças formam dois times. Correm atrás da bola com a intenção de se divertirem e marcarem os gols. Os times são mistos: meninas e meninos compartilham o mesmo campo. Suas idades variam. É possível perceber meninos de até 12 anos e meninas

²¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Portal do Futuro se consolida como espaço de cidadania e convivência da comunidade. Curitiba, 01 de jan. 2016. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/portal-do-futuro-se-consolida-como-espaco-de-cidadania-e-convivencia-da-comunidade/38672>. Acesso em: 05 ago. 2019.

de 10 a 11 anos. Outros meninos menores com seus 7, 8 anos aproveitam para se divertirem numa tarde de terça-feira durante as férias escolares da metade do ano. A paisagem de diversão e lazer ganha outros elementos quando repentinamente dois carros de polícia circulam em alta velocidade pelas ruas entorno do Portal. O jogo de futebol continua. As crianças aparentemente não dão muita atenção a esta movimentação. Resolvo seguir as viaturas para acompanhar o trabalho dos policiais e observar o comportamento das pessoas tanto em relação à abordagem policial quanto a rotina social estabelecida nos afazeres diários da Vila União.

A bicicleta permite manter distância e descrição. Os carros de polícia sumiram, mas desconfio que estejam próximos, por isso mantenho o ritmo cauteloso na pedalada. Passo por uma creche. É hora do intervalo. Posso ver as crianças brincando no parquinho de areia com brinquedos sob os olhares atentos de três professoras que acompanham a atividade recreativa. São no máximo 12 crianças. Talvez uma turma. Aproveitando à tarde de sol. As crianças parecem felizes enquanto brincam.

Localizo as viaturas na próxima esquina. Mais ou menos a 100 metros da creche onde as crianças se divertiam. As viaturas estão paradas. Uma virada para a outra. Como a rua é estreita, temporariamente, os dois carros interrompem o trânsito. Procuro perceber o que está acontecendo. Identifico três jovens com as mãos na cabeça. Tradicional posição solicitada pelos policiais nas abordagens de rotina.

Os policiais aparentam ser jovens também. Um pouco mais velhos por causa das fardas que ajudam a amadurecer a aparência juvenil. Passo pelas viaturas com minha bicicleta. Resolvo dar a volta na quadra e retornar à esquina onde os três jovens estão sendo revistados. Ao fazer o retorno, as viaturas já não estão mais no local. Os jovens conversam no portão da casa onde minutos atrás sofreram a intervenção. Estão narrando em tom de brincadeira os detalhes da abordagem. Conversam num tom descontraído sobre quais partes do corpo que foram tocadas pelas mãos dos policiais. Um rapaz comenta que a mão de um dos policiais chega a tocar seus testículos. Continuo seguindo os carros. Logo a frente, não mais que 100 metros, localizo quatro viaturas.

Um homem sem camisa, usando uma bermuda, aparentando ter mais de 40 anos de idade, apresenta sinais de embriaguez está sentado no meio-fio entre a rua e a calçada. Ele tem um sangramento na sua perna esquerda. Quatro policiais estão fora de suas viaturas fazendo o atendimento ao acontecimento que ocorreu minutos antes. Os

moradores acompanham a abordagem com olhares de curiosidade. As pessoas permanecem em pé no meio da rua acompanhando com atenção o homem que sangra e o trabalho dos jovens policiais.

Os policiais estão observando também. Um deles tem uma prancheta na mão está preenchendo o boletim de ocorrência. O homem apesar do sangramento está consciente e consegue se comunicar com os policiais. Observo tudo à uma esquina de distância. Resolvo seguir meu caminho. Passo pelo local. As pessoas observam e os policiais aguardam.

Um morador sai, pois, a porta da sua casa dá direto para a rua onde acontece a abordagem. Seu rosto denuncia que estava dormindo. Pergunto para ele se saberia me dizer o que aconteceu. Ele responde com um tímido e descompromissado “não sei” e retorna para o interior da casa. Na próxima rua um homem passeia com duas crianças pequenas a passos lentos sem dar muita atenção para o acontecimento.

A tarde é movimentada na região. As pessoas realizam várias atividades, como compras no supermercado, jogam sinuca nos bares, conversam nos portões de suas casas, uma mulher sai arrumada com uma bolsa preta em direção ao ponto de ônibus. Para no meio da rua é olha em direção aos carros de polícia e segundos depois continua sua caminhada até o ponto de ônibus. Um casal de noivos oferece chocolates na porta dos estabelecimentos comerciais e aos transeuntes que passam pela calçada.

3. A TEORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL

O conceito do reconhecimento social é descendente da filosofia hegeliana do início do século XIX. O conceito foi resgatado pelo filósofo Axel Honneth no final do século XX que no início do século XXI tem procurado aplicar as bases teóricas-metodológicas para aquilo que o autor tem denominado de Teoria do Reconhecimento Social.

As reflexões de Honneth tem objetivo desenvolver uma Teoria Social que busca explicar a sociedade e o comportamento humano a partir de uma orientação normativa²². Dessa forma, esta pesquisa sociológica usa a teoria de modo analítico para se chegar ao objetivo de compreender como os indivíduos elaboram os sentidos do que vem a ser uma vida digna. Por isso, a luta por reconhecimento proposta por Honneth e aplicado a realidade dos indivíduos pesquisados pode ser compreendido por aqui que o autor chama de “concepção formal de eticidade” ou “concepção forma de vida boa”. Fazendo uma aproximação a realidade estudada, a palavra “eticidade”, guardada as proporções de comparação, pode ser aproximada a palavra dignidade.

A palavra dignidade é carregada de sentidos e significados compartilhados socialmente. Ela representa a figura de um ser humano universal e abstrato. Oficialmente, segundo o dicionário Houaiss é possível encontrar quatro definições. A primeira diz que dignidade é a “consciência do próprio valor”. No caso desta pesquisa valor enquanto indivíduo, pessoa, cidadão e humano. A segunda definição afirma a dignidade é um “modo de proceder que inspira respeito e distinção.”. Desde modo, o respeito e distinção é sempre uma relação com outras pessoas porque respeitamos e somos respeitados de acordo com as pessoas que nos relacionamos em determinado contexto social. Assim como, forjamos as modalidades de distinções sociais entre nós e eles conforme o grau de respeito e admiração que construímos com pessoas e instituições ao longo de nossa vida.

Um terceiro significado é em relação ao “amor-próprio” que nutrimos pela representação que temos de si próprio. Ser digno é se autorrespeitar para ser respeitado. Dando as categorias de “amor-próprio” e do “autorrespeito” precisam da legitimidade de

²² A Teoria do Reconhecimento Social busca por normas de comportamento sociais baseadas em experiências sociais de respeito e desrespeito. Por isso, é correto afirmar que Honneth, constrói uma teoria social normativa. Uma vez que, ele especula sobre a realidade social a partir de parâmetros de reconhecimento que podem ser universalmente aplicados em toda e qualquer sociedade.

outras pessoas. Seja na esfera das relações afetivas na figura da mãe, pai e irmãos, na esfera das relações públicas sancionadas pelo sentimento de solidariedade representados por amigos e vizinhos, por exemplo. E também, a esfera jurídica que é representada na relação que os indivíduos mantêm com o Estado a partir da concessão ou violação de direitos e na forma como nós percebemos e somos percebidos como cidadãos e cidadãos.

Por fim, dignidade é o que pode ser atribuído a um “título, função ou cargo de alta graduação.”. Sou digno, por exemplo, conforme sou valorizado institucionalmente nas minhas habilidades e capacidades. Para Honneth, a dignidade é o caminho para se reconhecer uma forma diferente de conceber a solidariedade:

Nesse sentido, sob novas condições, vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como “valiosas” pelos demais membros da sociedade; com todo o sentido, nós podemos chamar essa espécie de autorrealização prática, para a qual predomina na língua corrente a expressão “sentimento do próprio valor”, de “autoestima”, em paralelo categorial com os conceitos empregados até aqui de “autoconfiança” e de “autorrespeito”. Na medida em que todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade social.” (HONNETH, 2009, p. 210).

O “sentimento do próprio valor”, que aqui chamamos por dignidade, poderá a partir de Honneth, ser compreendido por uma nova forma de conceber a solidariedade social. O que permite ao agente manter-se integrado ao grupo ao mesmo tempo em que se diferencia dos demais conforme se reconhece e é reconhecido em suas relações. Neste caso, Esmeralda, Ana e Raul se percebem como moradores do bairro, porém possuem a consciência que são diferentes dos demais. Pois, se consideram pessoas que ganham a vida de forma justa e honesta.

O sentimento do próprio valor, isto é, autorrealização prática é uma forma de estar no mundo. As narrativas dos agentes entrevistados para esta pesquisa, valorizam suas experiências de vidas de modo a mostrar que apesar das dificuldades enfrentadas em virtude da pobreza, desemprego e outras adversidades da vida que, é possível continuar buscando por dignidade. Se no passado as dificuldades foram maiores, no presente elas se tornaram administráveis e o futuro pode ser melhor

Entre os moradores entrevistados, por exemplo, o trabalho é sustentado pela ideia de abrir o próprio negócio, possuir um baixo salário ou estar desemprego. Também encontramos uma visão que percebe o sacrifício da recuperação de um problema de saúde e o mérito individual enaltecem o sonho da conquista da casa própria, do carro novo ou buscar por uma nova qualificação profissional. Por outro lado, a solidariedade é encontrada no modo como as relações de reconhecimento com a comunidade de valores, percebida como uma forma de estima social entre os moradores através de critérios de individualização, diferenciação e distinção social. Neste caso, os moradores, a partir de processos de individualização, elaboram para a si mesmo a imagem de pessoas vitoriosas, guerreiras e honestas. Enquanto, os outros são diferenciados como bandidos, preguiçosos e pessoas com baixo repertório cultural.

3.1. PARÂMETROS PARA UMA TEORIA SOCIAL

As reflexões filosóficas do jovem Hegel²³, tal como foi revisada por Axel Honneth na sua tese de livre-docência pelo Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt²⁴ em 1992, intitulada *Kampf um Anerkennung*, publicada no Brasil em 2003 com o título *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* são os parâmetros iniciais de uma teoria que tem por objetivo explicar a realidade levando em conta os conflitos éticos e sociais que emergem das relações sociais.

Herdeiro da filosofia alemã, Honneth acredita que a razão é um instrumento que deve ser usada a favor da emancipação humana. Como mostra o artigo de Herbert Barucci Ravagnani (2008), Honneth pode ser considerado um discípulo da Teoria Crítica, uma vez que, seu pensamento filosófico propõe-se a “produzir uma posição teórica contrastante com a de seus antecessores, construindo soluções a impasses observados na filosofia de Habermas, tal como este havia feito com Adorno e Horkheimer.”. Diferente

²³ Refere-se ao período que Hegel lecionou na Universidade de Jena (1801-1806). O jovem Hegel, como é chamado esse período, será a principal inspiração intelectual para Honneth elaborar sua teoria social normativa do funcionamento da sociedade baseado nos conflitos sociais produtoras de reconhecimento social e identidades sociais.

²⁴ Também conhecido por Instituto de Pesquisa Social criado no ano de 1924. O Instituto tinha por objetivo, construir um programa de pesquisa orientado pelos escritos de Karl Marx. Por fim, o projeto intelectual viria chamar-se de Teoria Crítica. Já na década de 1950 passaria a ser denominada de Escola de Frankfurt, onde o projeto de pesquisa, torna-se intelectualmente orientado para a intervenção política no debate público na Alemanha pós-nazismo.

de Habermas que via o consenso como elemento constitutivo dos valores e práticas das democracias modernas, Honneth aposta no conflito como sendo a forma de mediação entre o sujeito, sociedade e o Estado.

A partir da perspectiva hegeliana que afirma que os valores éticos, assim como os costumes e práticas compartilhadas são responsáveis por condições sociais necessária a socialização humana, toda e qualquer realidade social pode ser considerada em sua totalidade enquanto instituição social que organiza ou acentua os conflitos sociais conforme as variações de graus do reconhecimento social. Esta instituição em Hegel e Honneth é vista como sendo uma comunidade ética. Essa comunidade existe a partir da constituição de relações sociais intersubjetivas²⁵, produtora de conflitos sociais necessários ao engajamento social em torno da luta por reconhecimento ou entorno da busca por uma vida digna.

Ao contrário do que procuro fazer neste trabalho, Honneth constrói para si uma teoria normativa do social, no sentido, de não se preocupar com as validações empíricas das suas abstrações. Neste sentido, discordo do autor, por acreditar que o conceito de luta por reconhecimento precisa ser explicado sociologicamente levando em consideração dados a partir de realidades concretas. Por outro lado, as reflexões de Honneth tem por objetivo oferecer uma ferramenta teórica a praticas coletivas de engajamento social e reivindicação de direitos. Porém, ao confrontar os agentes com questões que os levam a refletir sobre suas condições existências, eles pensam por si suas relações consigo próprios e com o mundo, atribuindo sentidos positivos e negativos a suas experiências sociais. As reflexões de Esmeralda mostram os dilemas da mulher trabalhadora empobrecida, que saiu do campo em busca de melhores condições de vida na cidade. E que, se percebeu desde cedo que deveria se esforçar por si própria para conseguir alcançar seus interesses na vida, como ter um trabalho, uma casa e criar uma família. No caso de Ana, suas reflexões explicam os desejos de ascensão e mobilidade social da trabalhadora moradora da periferia. Que pensam em contribuir com o bem-estar de outras pessoas oferecendo serviços a preços acessíveis e usando a criatividade para empreender ideias que um dia poderão render a abertura de um negócio próprio. Já Raul, consciente do seu valor como ser humano, espera reorganizar a vida, se qualificar profissionalmente,

²⁵ Intersubjetivo é um adjetivo que possui três características fundamentais: comunicação, experiência e conceito. Na comunicação refere-se a relação que ocorre entre consciências individuais. A experiência é relativa as relações que ocorrem entre vários indivíduos e o caráter conceitual é devido a sua validade diante qualquer sujeito.

arrumar um emprego e retribuir o carinho e amor recebido dos pais. Tem consciência das suas dificuldades físicas e financeiras, mas, tem encontrado com a ajuda dos pais, parentes e amigos o acolhimento necessário para retomar a vida.

Percebemos que Esmeralda, Ana e Raul possuem consciência sobre as dificuldades que os afligem de forma sistêmica, porém, não são agentes passivos diante isso. Buscam por reconhecimento de suas experiências de vida. Se percebem como merecedores, pois, mesmo não utilizando o vocabulário jurídico, sabem que são portadores de direitos. Da mesma forma que, mesmo não utilizando o vocabulário filosófico e sociológico da Teoria do Reconhecimento Social, possuem consciência da dignidade da qual são portadores enquanto seres humanos. Por isso, lutam, batalharam e se sacrificam por defendem a manutenção social e existência de suas vidas materiais.

Em *Sofrimento de indeterminação: uma reatualização da Filosofia do direito de Hegel* (2007) Honneth explica o direito pode ser compreendido com sendo uma pretensão que serve de justificativa à existência humana. Como Hegel ensina, o processo de consciência é algo universal, uma vez que razão, enquanto instrumento de compreensão da realidade, fornece aos indivíduos, condições de esclarecimento que obedecem ao espírito. Ou seja, a consciência do indivíduo enquanto portador de direitos podem socialmente orientar a ação entorno de uma luta por reconhecimento. Neste caso, do reconhecimento sobre a vida.

3.2. A LÓGICA MORAL DOS CONFLITOS SOCIAIS

Para a construção dessa sessão mobilizamos a obra do filosofo alemão Axel Honneth *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003) e o texto *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta* (1987) do sociólogo americano Barrington Moore Jr.

De acordo com Axel Honneth (2003) a luta por reconhecimento cria uma base de interação social entre indivíduos e grupos que impulsiona os desenvolvimentos sociais. Dessa forma, a luta por reconhecimento funciona como uma força moral necessária a existência da sociedade. (HONNETH, 2003, p. 13). Vivendo em sociedade o indivíduo terá que se comportar enquanto um sujeito ético. A teoria social normativa honnethenia

elaborada a partir da filosofia de Hegel, afirma que o sujeito “primeiro tem de reprimir em si antes de poder tomar atitudes éticas, isto é, atitudes que fomentam a comunidade.”.

Isso significa dizer que o sujeito ético precisa reprimir certas atitudes e ações que beneficiariam a si próprio e prol de um bem maior: o estímulo ao outro. Assim, os comportamentos praticados e orientados para a existência do outro/comunidade, ocorrem de forma intersubjetiva e também objetivamente. São ações produtoras de efeitos reais capazes de fornecer base sólida ao exercício do reconhecimento social. (HONNETH, 2003, p. 39-41).

Assim, conforme mostra Honneth a sociedade é formada através de vínculos éticos. Esses vínculos são responsáveis pela constituição moral necessária a construção da “base natural da socialização humana.” (HONNETH, 2003, p. 43). A socialização não existe sem reconhecimento. E o contrário também é verdadeiro. A relação entre socialização e reconhecimento constituem à base universal de interação social. Nas palavras do autor:

na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo também estará contraposto ao outro novamente como um particular. (HONNETH, 2003, p. 47).

A teoria honnethiana define reconhecimento como passo cognitivo da consciência constituída abstratamente em totalidade que efetua o movimento do reconhecimento “como a si mesmo em uma outra totalidade”, isto é, em outra consciência. Esta forma de reconhecer-em-si-no-outro é sintetizada na sentença: o “agir do outro contra minha totalidade, e ao mesmo tempo o outro tem de manifestar-se a mim como uma totalidade, tanto quanto eu a ele.” (HONNETH, 2003, p. 63).

Ou seja, o indivíduo torna-se humano à medida que pode “proporcionar um sentimento de garantia a respeito de ser reconhecido por seu parceiro de interação mediante a experiência da reação prática em que aquele responde a um desafio deliberado, ou mesmo a uma provocação.” (HONNETH, 2003, p. 64). A reação ao desafio, provocação e qual outro sinal de respeito/desrespeito produz conflitos necessários a formação e a constituição de sujeitos. Os conflitos são elementos de experiências subjetivas e objetivas. Causam desde satisfação, dor, sofrimento e revolta.

O sujeito ético torna-se pessoa dotada de direitos “sob a condição de que o indivíduo aprenda a conceber-se também como um sujeito das situações práticas.” (HONNETH, 2003, p. 73). O direito é mais do que uma abstração jurídica porque ele é operacionalizado na realidade na “relação da pessoa em seu procedimento para com o outro.” (HONNETH, 2003, p. 85). Ou ainda, podemos afirmar que os “direitos são de certa maneira as pretensões individuais das quais posso estar seguro que o outro generalizado as satisfará.” (HONNETH, 2003, p. 137). Onde, o reconhecimento jurídico é um elemento moral para a vida. Como dirá Barrington Moore Jr:

a moralidade e a ética se resumem em regras que os seres humanos específicos criaram persuadiram ou forçaram os outros a aceitar para que pudessem trabalhar e viver juntos. Mal equipados para sobreviver por seus dotes meramente biológicos, com a decisiva exceção do cérebro, os seres humanos são constituídos de tal forma que têm de cooperar de algum modo apenas para permanecerem vivos. A sobrevivência, por outro lado, é não mais que um pré-requisito absolutamente mínimo para outros propósitos coletivos servidos pelas regras morais. (MOORE, 1987, p. 592-593).

Os seres humanos para continuar vivendo como espécie biológica necessitam de cooperação. A cooperação é medida a partir das relações sociais que indivíduos nutrem em respeito uns aos outros. Sem ela, reconhecimento social torna-se negativo.

As relações de reconhecimento são regidas pelo amor, direito e solidariedade. São as três condições para reconhecimento intersubjetivo responsáveis pela formação da identidade humana e reprodução da vida social. Isso acontece porque através de relações recíprocas de reconhecimento, os indivíduos conseguem chegar à autorrealização prática. Concebendo a si mesmo e aos seus parceiros de interação como destinatários legítimos de suas demandas por reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 155). Em outras palavras, o indivíduo se realiza enquanto humano em/na relação a outro humano. Esse “outro generalizado” será um grupo de pertença ou parceiro de interação.

Barrington Moore Jr mostra que a integração de uma agente passa pela forma como ele elabora socialmente a consciência de estima social. Além disso, a estima é algo que precisará ser mantida em constante renovação ao longo da vida (MOORE, 1987, p. 118). Contudo, por outro, o autor mostra que o “amor, a identificação simpática, a empatia” seja qual for o termo utilizado para nomear o padrão de reconhecimento, se revelam como elementos suficientes para “manter unida qualquer sociedade humana” e,

em “certas condições, pode ser muito poderosa. Mas não conseguiram trazer água e alimentos para as cidades, nem tirar o lixo das ruas.” (MOORE, 1987, p. 146-147). Com isso, as desigualdades continuam influenciando padrões de reconhecimento conforme as necessidades materiais de determinada sociedade e as suas capacidades de satisfazê-las.

Diante desse cenário, nem sempre autoestima, amor ou reconhecimento libertam alguns sujeitos de condições sociais precárias e posições subalternas. Ao contrário, as relações de reconhecimento em contextos de desigualdades sociais acabam legitimando práticas que reforçam estereótipos relacionado a pobreza. Como mostram Rocha & Torres (2016) ao estudar a formação de um *habitus* de classe entre as classes socialmente pobres, identificam que a dinâmica do reconhecimento social é limitada pelas condições materiais de vida, que acabam orientando a ação social dos pobres para uma espécie de “balança da marginalidade”. Nela, o indivíduo se percebe e é percebido institucionalmente pela igreja no papel social do “crente” ou pela criminalidade no papel social do “delinquente”.

O texto de Emerson Rocha & Roberto Torres, “O crente e o delinquente” (2016), faz parte de outros estudos que procuram dar conta de explicar as classes populares no Brasil. A pesquisa é coordenada pelo sociólogo Jesse Souza que tem procurado aplicar o conceito de Honneth a realidade brasileira com o objetivo de mostrar que a luta por reconhecimento numa sociedade desigual como a brasileira produz resultado de rebaixamento social as pessoas pertencentes as camadas pobres. Devido a hipótese desenvolvida, o baixo capital econômico e cultural seria responsável pelo sistêmico rebaixamento social das classes populares. Souza (2016), defende que essas pessoas enfrentam um dilema moral que os colocam entre lutar pelo estatuto de serem considerados como “seres humanos” ao mesmo tempo que são desvalorizados em suas práticas sociais. Dessa forma, segundo o autor, os pobres no Brasil ao terem sua humanidade reduzida a mero esforço físico, são classificados como uma subcategoria de cidadãos.

Jessé Souza interpreta a teoria de Honneth pela chave da autoconfiança. Segundo o sociólogo brasileiro ela seria o “elemento que confere a quem possui, pelo simples fato de ter sido amado, a certeza do próprio valor.” (SOUZA, 2016, p. 54). Este valor, baseada na noção do reconhecimento seria a certeza direcionada aos indivíduos nos momentos de derrotas, perdas, transições e enfrentamento de desafios e dificuldades.

Segundo Jessé Souza a ralé seria formada por “indivíduos carentes de autoconfiança, de autoestima e sem ter internalizadas as precondições psicossociais para ganhar a vida numa sociedade competitiva.” (SOUZA, 2016, p. 116). Baseado neste diagnóstico, Souza em *Os batalhadores brasileiros* (2012) e *A ralé brasileira* (2016) procura mostrar as pessoas como portadoras de uma maldição que carregaram pelo resto de suas vidas. O feitiço atende pelo nome de *habitus* precarizado. As pessoas que formariam a ralé teriam incorporado o *habitus* de forma sempre insuficiente para a competição social. Com isso, elas estariam na escala inferior da hierarquia social. Abandonados à própria sorte, a ralé é vítima de uma desclassificação sistêmica incorporada em seus modos precarizados de fazer, pensar e sentir. Isso ocorreria, pois, são pessoas destituídas de reconhecimento social necessárias a valorizam de suas vidas. No caso da nossa pesquisa, encontramos exatamente o contrário. As narrativas revelam pessoas que reconhecem as dificuldades de suas condições, porém valorizam cada conquista que tiveram ao longo da vida.

Axel Honneth afirma que existe um sistema de valor que hierarquiza determinados traços de personalidades. (HONNETH, 2003, p. 187). Esse problema se relaciona com a forma de respeito social/desrespeito social associado a comportamentos que violem os padrões jurídicos de reconhecimento. Por exemplo, quando o direito de uma pessoa é atacado pelo comportamento de outra. Assim, o “sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais” bem como “na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso.” (HONNETH, 2003, p. 193). Este sistema valorativo funcionaria *conforme* uma hierarquia moral que classificaria as capacidades e habilidades humanas segundo um *status* e estima social. Souza entende que está hierarquia moral no contexto brasileiro, estaria organizada em alto, médio e baixo valor social. E estaria diretamente associada a constituição da autoconfiança dos agentes.

Assim, a ralé aproxima-se daquilo que Honneth diz sobre “viver sem direitos individuais.” (HONNETH, 2003, p. 196). Isso “significa para os membros da sociedade não possui chance alguma de constituir um autorrespeito.”

Complementando a discussão, Barrington Moore Jr mostra que nos casos de indivíduos punidos por conta do nível de reconhecimento, “as punições (...) variam de acordo com as distintas concepções de humanidade.”. Em sociedades organizadas sobre classes ou castas “existem sistemas codificados de punição apropriados a cada casta ou

classe porque cada nível é visto como representando um grau ou forma diferente de humanidade.”.

A grosso modo, “quando menos “humana” a vítima, mas cruel e dolorosa a punição justificável.” (MOORE, 1987, p. 55). Tanto Honneth como Moore, desenvolvem seus argumentos a partir de documentação histórica e teórica. Diferente de Souza que liderou uma equipe de pesquisadores/pesquisadoras com o interesse de comprovar sua hipótese sobre a produção e reprodução da desigualdade social no Brasil.

De qualquer forma, o trabalho normativo desenvolvido por Honneth nos oferece um exemplo que generaliza a tarefa do reconhecimento na vida social. Segundo o filósofo alemão na:

relação afetiva de reconhecimento da família, o indivíduo humano é reconhecido como ser carente concreto, na relação cognitivo-formal de reconhecimento do direito, como pessoa de direito abstrata, e finalmente, na relação de reconhecimento do Estado, esclarecida no plano emotivo, como universal concreto, isto é, como sujeito socializado em sua unicidade. (HONNETH, 2003, p. 60).

O debate feito por Honneth entre Georg Hegel (reconhecimento) e George Herbert Mead (interacionismo simbólico) está resumido na seguinte passagem: “a práxis social que resulta da união de esforços por um tal “enriquecimento da comunidade” é o que se pode chamar, na psicologia social de Mead, “luta por reconhecimento.” (HONNETH, 2003, p. 145). Em resumo, a Teoria do Reconhecimento a partir de Hegel e Mead, é apresentada por Honneth nos seguintes termos:

o processo de socialização em geral se efetua na forma de uma interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento de todos os membros da sociedade. Ao aprender a generalizar em si mesmo as expectativas normativas de um número cada vez maior de parceiros de interação, a ponto de chegar à representação das normas sociais de ação, o sujeito adquire a capacidade abstrata de poder participar nas interações normativamente reguladas de seu meio; pois aquelas normas interiorizadas lhe dizem quais são as expectativas que podem dirigir legitimamente todos os outros, assim como quais são as obrigações que ele tem que cumprir justificadamente em relação a eles. Em remissão à questão de como o “me” se altera no processo de desenvolvimento social, isso significa que o indivíduo aprende a se conceber desde a perspectiva de um outro generalizado, como membro de uma sociedade organizada pela divisão do trabalho. (HONNETH, 2003, p. 135-136).

A forma normativa como o conceito de socialização apresentada por Honneth é característica de sua escrita. Durante todo o livro nos deparemos com abstrações, mais nenhum exemplo da sua aplicação na realidade concreta, fora estudos feitos por outros pesquisadores citados pelo Honneth, como por exemplo, o caso do psicanalista inglês Donald Winnicott e seus estudos clínico com bebês. Essa estratégia de Honneth se justifica pelo fato do seu interesse de sanar o “déficit sociológico” da Teoria Crítica. Elaborando os parâmetros gerais de uma teoria social normativa usando como principais referências a filosofia social de Hegel a partir de uma revisão dos textos sobre a filosofia da consciência, revisando a ideia de “luta por reconhecimento” do jovem Hegel a partir da chave do conflito. Mas, é na psicologia social de Mead, onde, Honneth procurar pela materialidade das relações intersubjetivas ao discutir o processo de constituição do “eu” e do “me” na chave do interacionismo simbólico.

Para Barrington Moore Jr as sociedades “se organizam a partir de um ou mais princípios de desigualdade social”. Esses princípios estão “refletidos nas formas de distribuição de bens e serviços”. Nos sistemas distributivos onde existe mobilidade social “a distribuição de bens e serviços (inclusive apreço e distinção)” dependeriam das formas de “desempenho real do indivíduo durante seu tempo de vida”. O desempenho será considerado legítimo, conforme a contribuição agregada ao bem social. Por outro lado, o desempenho ilegítimo “são tidos como socialmente prejudiciais”. Em ambos os casos, é desempenho que importa à manutenção da vida social. (MOORE, 1987, p. 612).

De acordo com Moore (1987, p. 660) ao “cavar seu próprio lugar significativo no mundo” a geração precedente de indivíduos é educada de acordo com a transmissão de valores e julgamentos morais da geração posterior. Assim, o “superego é a internalização do passado” e a “série de recompensas e sanções que os seres humanos impõem uns aos outros na vida social” é capaz de “ensinar as pessoas a aceitarem e a valorizarem as relações sociais existentes”. O que por sua vez, condicionam os seres humanos a uma “forte tendência a perpetuar estas relações.” (MOORE, 1987, p. 672).

Apesar de Moore não trabalhar com as categorias de reconhecimento social, é possível encontrar em *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta* (1987) referências que podem se cotejadas na discussão que vem sendo conduzida. Por exemplo, ao concluir seu estudo, dirá Moore (1987, p. 685) que onde “existir cooperação, ela terá de ser criada e recriada continuamente”. De modo que, os “seres humanos específicos e identificáveis” precisarão “desempenhar este ato de criação e recriação”. Esta regra moral

vale até mesmo para instituições sociais impessoais “como o moderno mercado capitalista competitivo.”

Assim, mesmo instituições competitivas terão que reconhecer algum nível de cooperação entre seus membros. Dessa forma, podemos afirmar, conforme as reflexões de Souza, Honneth e Moore, que as sociedades podem estar organizadas de acordo com critérios de desempenho e desigualdade. Assim, uma das fontes de tensão e conflito entre os grupos sociais está na luta por distinção e reconhecimento.

No artigo *O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos* (2013), Honneth argumenta que “a formação do eu do sujeito se realiza através da gradual internalização de um comportamento social reativo”. Esse comportamento “tem o caráter do reconhecimento intersubjetivo”, uma vez que, ele “relaciona gradualmente a postura afirmativa, motivadora e reafirmadora de seus parceiros de interação com a sua própria (...) experiência.” Por exemplo, sugerido por Honneth, “a criança pequena que aprende a formar um núcleo interno de personalidade que, em certa medida, consiste em camadas de uma autorrelação positiva.”

A autorrelação positiva para Honneth é elemento necessário a autoconfiança do indivíduo socializado. Ela é um fator que mostra o valor das próprias carências pessoais que o ser humano carrega (HONNETH, 2013, p. 62-63). Com o objetivo de manter e fortalecer a autoconfiança, o sujeito necessitará desenvolver uma “experiência protetora da dedicação duradoura e confiável”. Isso é possibilitado pelas “amizades” e “relações afetivas.” (HONNETH, 2013, p. 65).

A autorrelação prática é o que o sujeito necessita para participar de “grupos sociais que de certa forma representam um espelho do comportamento original de reconhecimento”. Por isso, a “experiência de um ser considerado importante nas próprias carências, na sua capacidade de julgamento” e principalmente “nas suas habilidades” ao longo da vida precisará ter “renovado e reconstruído (...) sempre de novo na vida em grupo”. Isso deve ocorrer para que a autorrelação “não perca sua força e vivacidade na anomidade do outro generalizado.” (HONNETH, 2013, p. 64-65).

A socialização humana, dirá o filósofo alemão, “contém a ideia de um entrelaçamento entre individualização e socialização. Esse entrelaçamento é pertinente na reflexão “sobre a importância dos grupos sociais para o amadurecimento individual.”

(HONNETH, 2013, p. 64). A internalização da relação de reconhecimento, afirma Honneth, só poderá ocorrer quando:

o devir da autonomização está entrelaçado com o processo de socialização, pois somente pode cumprir com as normas e habilidades socialmente esperados aquele sujeito que as assumiu para si como núcleo prático de sua própria autocompreensão. (HONNETH, 2013, p. 64).

Em síntese poderíamos afirmar que a necessidade de reconhecimento é inerente a formação de grupos sociais. (HONNETH, 2013, p. 68). Uma vez que, a “fusão revivida esporadicamente alimenta o sentimento comum de compartilhar as normas de respeito e os valores” com as necessidades e interesses que “os sujeitos podem se reconhecer reciprocamente.” (HONNETH, 2013, p. 73).

Dessa forma, parafraseando Theodor Adorno, Honneth mostra o grupo como uma “fonte de humanidade” (HONNETH, 2013, p. 78), em que:

o eu busca o nós da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta da confirmação. Ele não pode manter em a autorrespeito nem a autoestima, sem a experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhadas no grupo. (HONNETH, 2013, p. 77).

Segundo Nancy Fraser a discussão sobre redistribuição/reconhecimento, política de classe/política de identidade e multiculturalismo/igualdade social são falsas antíteses. Na realidade, se quisermos pensar essas questões a partir de um “conceito amplo de justiça”, teremos que admitir que “tanto redistribuição quando reconhecimento; nenhum deles, sozinho é suficiente”. Por isso, o estabelecimento de critérios de justiça precisaria “acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença.” (FRASER, 2007, p. 103).

Fraser procura “construir a política do reconhecimento de uma forma que ela não seja vinculada prematuramente a ética.” Porque, segundo ela, “as reivindicações por reconhecimento” precisam ser tratadas “como reivindicações por justiça.” (FRASER, 2007, p. 105). Nas palavras de Fraser:

O não reconhecimento, consiste na depreciação de tal identidade pela cultura dominante e o consequente dano a subjetividade dos membros do grupo. Reparar esse dano significa reivindicar “reconhecimento”. Isso, por sua vez, requer que os membros do grupo se unam a fim de remodelar sua identidade coletiva, por meio da criação de uma cultura própria autoafirmativa. Desse modo, no modelo de reconhecimento da identidade, a política do reconhecimento significa “política de identidade”. (FRASER, 2007, p. 106).

A filósofa americana pensa os conflitos sociais fora da espera liberal. A partir de uma perspectiva coletivista, no sentido de representar a sociedade de forma mais diversa e plural possível, ela, considera que pensar o reconhecimento no “modelo da identidade” um problema porque apesar do não reconhecimento ser visto como uma forma de agressão a identidade coletiva, uma vez que, o modelo acaba por “ênfatizar a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e da interação social.”.

Dessa forma, o modelo de identidade “arrisca substituir a mudança social por formas intrusas de engenharia de consciência.”. Com isso, ao ênfatizar “a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa, e auto-poietica” o modelo “submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo.” O resultado disso, na maioria das vezes, seria “a imposição de uma identidade de grupo singular, e drasticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos”, assim como, “a multiplicidade de suas identificações e as interseções de suas várias afiliações.”. Considerando a crítica ao modelo identitário, Nancy Fraser pensar o reconhecimento a partir do *status* social. (FRASER, 2007, p. 106-107).

O modelo de *status* segundo Fraser “significa uma política que visa superar a subordinação” e que perceba o sujeito como “um membro integral da sociedade, capaz de participar com os outros membros como iguais.” De modo que, o reconhecimento visto pela chave do *status* social, torna possível o exame dos “padrões institucionalizados de valorização cultural em função de seus efeitos a posição relativa dos atores sociais.” Esses padrões “constituem os atores como parceiros” de interação, os tornando “capazes de participar como iguais com os outros membros, na vida social.” Dentro desse contexto, será possível “falar de reconhecimento recíproco e igualdade de status.” (FRASER, 2007, p. 107-108). No caso contrário, quando:

os padrões institucionalizados de valorização cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, completamente “os outros” ou simplesmente

invisíveis, ou seja, como menos do que parceiros integrais na interação social, então nós podemos falar de não reconhecimento e subordinação de status. (FRASER, 2007, p. 108).

Para Fraser reconhecimento é uma questão de justiça. Cabe lembrar, que quando “os padrões de desrespeito e desestima são institucionalizados, eles impendem a paridade de participação, assim como certamente também o fazem as desigualdades distributivas.”. Assim, quando o “não reconhecimento é identificado com distorções internas na estrutura da autoconsciência” do sujeito oprimido “basta apenas um pequeno passo para culpar a vítima.” (FRASER, 2007, p. 111-113).

Como mostra Moore “através de certos mecanismos sociais e psicológicos, nem todos derivados” da dominação social, podem ensinar os indivíduos “a atribuir um valor inferior a seu trabalho” ou “a aceitar a dor e a degradação como moralmente justificada.” (MOORE, 1987, p. 80). Em algumas situações, as pessoas optam pela dor e sofrimento. Assim, “sociedades inteiras podem, em certas épocas, transmitir uma ética de submissão”. Por isso, “a capacidade” do indivíduo de ignorar e aceitar o sofrimento é essencial para a sua sobrevivência” (MOORE, 1987, p. 132). Assim, algumas vezes, dor e sofrimento são usados socialmente por sujeitos que buscam por reconhecimento. Outras vezes, são usados como justificativas para a miséria humana.

Foi a partir da síntese teórica que apresentei até aqui, que encontrei algumas pistas que permitem relacionar as reflexões de Florestan Fernandes com a Teoria do Reconhecimento de Nancy Fraser e Axel Honneth. Segundo Fernandes a socialização é algo “que impulsionam os indivíduos no sentido de verem reconhecido o seu “valor”, mas sem deixar “de se sentirem “parte de um grupo”. Essas duas necessidades, seriam na visão de Fernandes, os “desejos básicos da “pessoa humana”. (FERNANDES, 2008, p. 197).

Procurando construir os argumentos anteriormente descritos, apresento duas discussões clássicas sobre estudos de grupos realizados em dois contextos sociais e históricos particulares: a comunidade inglesa de Winston Parva e a comunidade de Corneville, Estados Unidos.

3.3. OS CASOS DE WINSTON PARVA E CONERVILLE

Norbert Elias em *A sociedade dos indivíduos* (1994) reflete sobre a relação entre indivíduo e sociedade considerando a formação das redes interdependência no interior da

estrutura social que organizam o mundo social. As redes são configuradas a partir de processo de autocontrole de consciências, afetos e instintos denominado de processo civilizador.

Em outro trabalho, *Os estabelecidos e os outsiders* (2000), escrito em parceria com o professor John L. Scotson, Elias desenvolveu uma pesquisa na comunidade de Winston Parva, Inglaterra, procurando identificar a rede de interdependência entre três grupos de moradores divididos em três zonas residências. A partir desse estudo, os autores, analisaram as relações sociais de moradores que em teoria foram socializados em um mesmo bairro, mas que na prática desenvolveram categorias sociais de diferenciação, distinção e reconhecimento que separavam os moradores em dois grupos: o grupo dos estabelecidos e o grupo dos outsiders.

Os dois livros citados serão o fundamento para o desenvolvimento teórico que pretendo fazer essa seção. O primeiro esboça um quadro teórico. Enquanto o segundo é aplicação dos conceitos a partir da realidade concreta de uma pequena comunidade inglesa na década de 1950. Acredito que as reflexões propostas pelas duas obras são importantes para aprofundar a discussão sobre o conceito de reconhecimento social pode ser aplicado enquanto uma categoria sociológica.

De acordo com Elias (1994) a separação entre indivíduo e sociedade é um falso problema, pois, é preciso desistir de pensar a realidade a partir de termos isoladamente considerados. Antes, para uma melhor compreensão, é necessário pensar as relações e funções que constituem os processos sociais. (ELIAS, 1994, p. 25). Defenderá Elias o desenvolvimento de uma sociologia dos processos será preciso observar a rede de interdependência entre os indivíduos dentro de um determinado contexto de interação social. (ELIAS, 1994, p. 22). De modo que, as relações que os indivíduos mantêm uns com os outros, constitui o tecido social de uma poderosa rede humana que exerce uma autorregulação sobre os indivíduos e sob suas relações sociais (ELIAS, 1994, p. 49). O autor ainda complementa:

[...] a margem de decisão individual emerge dentro da rede social, não existe uma fórmula geral indicando a grandeza exata dessa margem individual em todas as fases da história e em todos os tipos de sociedades. Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. (ELIAS, 1994, p.49).

Assim, cada pessoa “está presa por viver em permanente dependência funcional de outros” porque “ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas.” (ELIAS, 1994, p. 23). Somando ao tecido social e os elos entre pessoas, encontramos uma rede de funções que está organizada por meio de relações recíprocas que conectam os múltiplos elos e os fios isolados, formando um entrelaçamento contínuo de necessidades humanas. (ELIAS 1994, p. 35). Para Elias, as pessoas ao estabelecerem relações no interior da rede de funções produzem a sociedade. Esta, deve ser pensada como conjunto de estruturas sociais que refletem determinadas regularidade sociais ou leis sociais. (ELIAS, 1994, p. 23).

No caso da comunidade de Winston Parva os grupos interdependentes se pensavam e se autorepresentavam a si mesmos como humanamente superiores. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 19). Na prática, isso levava os membros de grupos diferentes a alimentarem a crença de que são pessoas melhores. O que justificaria a imposição da superioridade humana aos grupos considerados inferiores. A relação entre o grupo de pessoas superiores e o grupo de pessoas inferiores produziu uma dinâmica social de estigmatização e repulsa. O estigma encontrado entre grupos é entendido quando se considerado a formação da configuração na comunidade. Ou seja, a natureza da própria interdependência entre os grupos revela a natureza de causas e efeitos dos preconceitos entre os parceiros de interação. (ELIAS, 2000, p. 23).

Em Winston Parva a configuração dos grupos estava caracterizada através do equilíbrio instável de poder. O que produzia uma série de tensões, desconfiança e conflito entre grupos. Assim como Elias e Scotson demonstraram, as relações entre grupos era tensa, e isso produzia comportamentos orientados para a manutenção de poder.

Norbert Elias não utiliza o conceito de reconhecimento, mas é possível fazer uma aproximação com o raciocínio proposto. Uma vez que, descobrimos que a sociedade é formada de estruturas sociais que constitui o tecido social necessário aos vínculos entre indivíduos. Aqui, a relação de reconhecimento social pode ser vista como processo de construção do ser humano no interior de relações historicamente dadas e socialmente construídas. Sobre isso, podemos argumentar que:

[...] é apenas em sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa

psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. (ELIAS, 1994, p.27).

Assim, as relações sociais na qual a criança é submetida emergem dentro de uma estrutura social básica de reconhecimento. Por exemplo, as relações entre pai, mãe e irmãos são variáveis fundamentais para constituição da individualidade necessária a qualquer ser humano. Desse modo, Elias pensa a formação indivíduo/sociedade a partir da relação entre a estrutura de relações humanas e o processo de individualização. (ELIAS, 1994, p. 28).

Por meio do processo de individualização podemos encontrar uma melhor compreensão para a relação entre indivíduo e sociedade. A individualização possui uma historicidade para cada ser humano. Nas palavras do autor, a individualização é a chave para a compreensão da “sociabilidade inerente aos seres humanos só se evidencia quando se tem presente o que significam as relações com outras pessoas para a criança pequena.” (ELIAS, 1994, p. 30).

A individualização é o resultado de relações de interdependência fruto de uma historicidade orientada por estruturas sociais que produz em cada ser humano uma marca individual. Esta marca é significativa porque sintetiza as características fundamentais da sociedade onde ocorreu o processo de socialização e a história da rede humana em que se cresceu e viveu. (ELIAS, 1994, p.31).

Dessa maneira, continua Elias, destacando que “as ideias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter” são elementos constitutivos da marca individual, só são possíveis com a “interação com os outros como coisas que compõem seu “eu” mais pessoal”. A marca é expressa na “rede de relações de que emergiu e na qual penetra”, fazendo com que o indivíduo seja compreendido a partir da “vida comum” que é compartilhado com outros semelhantes. (ELIAS, 1994, p. 36).

Na pesquisa de Elias e Scotson (2000) mostraram que grupos superiores se alimentavam da crença que possuíam um valor humano superior. De modo que representavam essa marca individual ao se referirem aos outros como inferiores. A dinâmica entre estabelecidos e outsiders configura-se dentro desses limites simbólicos da interação social. Como é o caso de barreiras emocionais construídas pelo sentimento de virtude por exemplo, onde:

A participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um de seus membros, através da sujeição de sua conduta a padrões específicos de controle dos afetos. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 26).

Em outras palavras, a “estrutura e a configuração do controle comportamental de um indivíduo dependem da estrutura das relações entre os indivíduos.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 56).

Ainda existem em Elias outro processo será fundamental para compreender a relação entre indivíduo e sociedade. Trata-se daquilo que o autor entende por crescente processo de autoconsciência. Por meio dela, as pessoas estão obrigadas a se comportarem conforme as mudanças históricas de padrões social orientado pelo processo de individualização. É através da autoconsciência que o indivíduo se vê obrigado a controlar seus sentimentos e instintos e, esse refreamento é necessário ao convívio em sociedade. Elias chamará este autocontrole de afetos e instintos de processo civilizador:

É esse conflito no interior do indivíduo, essa “privatização” ou exclusão de certas esferas da interação social, e a associação com o medo socialmente instilado sob a forma de vergonha e embaraço, por exemplo, que levam o indivíduo a achar que, “dentro” de si, ele é algo que existe inteiramente só, sem relacionamento com os outros, e que só “depois” se relaciona com os outros do lado de fora. (ELIAS, 1994, p. 32).

Aqui, o processo de individualização encontra-se com o processo civilizador. O processo de individualização e o processo civilizador podem ser pensando com mecanismos de controle social, que autorregula a relação entre “indivíduo” e “sociedade” ou entre “nós” e “eles”. (ELIAS, 1994, p. 98). Um não pode ser compreendido sem o outro já que são causa e efeito de um mesmo desenvolvimento histórico – a civilização ocidental. Tendo como principal característica a formação de um ser humano “feito de maneira a poder e necessitar estabelecer relações com outras pessoas e coisas.” (ELIAS, 1994, p. 37).

Com isso, a autoconsciência também entendida por autopercepção torna-se elemento indispensável à individualização. Assim, a partir de relações com outros indivíduos a autorregulação funciona como uma moldagem do social, configurando-se no

que chama de estrutura do comportamento ou estrutura de personalidade. (ELIAS, 1994, p, 38).

No exemplo dos outsiders de Winston Parva o impacto de estigma na estrutura de personalidade é constata quanto os indivíduos “vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 28).

A relação entre indivíduo e sociedade em Elias é vista como um longo e gradual processo de individualização, que possui as seguintes características: a) autocontrole de afetos, instintos e comportamentos; b) a constituição de uma estrutura de personalidade a partir de uma determinada estrutura social na forma de um controle interno (eu) e de um controle externo (eles); d) o processo de individualização é também um processo civilizador imposto à indivíduos e humanidade.

Em *Sociedade de esquina* (2005), o sociólogo americano Willian Foote Whyte descreve a dinâmica de dois grupos sociais em uma região pobre e degradada de Boston, Estados Unidos, na década de 1940 denominada Cornerville. O interesse de Whyte foi estudar os processos de integração social através da compreensão do sistema de *status* e diferenciação sociais no contexto urbano de dois grupos de jovens: os rapazes da esquina, os Norton, sob a liderança de Doc. E os rapazes formados, o Clube da Comunidade Italiana, liderados por Chick.

As interações sociais entre esses dois grupos são ligadas a uma estrutura social determinada por critérios de mobilidade e ascensão social; pertencimento comunitário e marginalidade social. Os critérios de mobilidade e ascensão social remete a uma luta por reconhecimento direcionada ao grupo dos rapazes formados, que viam nos estudos e na poupança uma forma de obter sucesso na vida. Enquanto que, o pertencimento comunitário e a marginalização social são critérios de uma luta por reconhecimento entre os integrantes dos rapazes da esquina que não vislumbravam a continuação dos estudos e tinham hábitos de consumos diferentes aos dos rapazes formados. Onde, o dinheiro de um era gasto entre todos do grupo.

A esquina era o espaço de interação dos rapazes de Doc. Em quando que o Clube era dos rapazes formados. Nestes espaços, os rapazes ligavam uns aos outros por meio de laços de obrigação mútua. Com isso, a experiência comum de cada grupo tinha o potencial de criar um sentimento de reciprocidade, onde, cada rapaz, sentia-se na obrigação de ajudar o companheiro do grupo. Essas práticas de reconhecimento organizava os grupos

entorno de objetivos comuns desde disputas e rivalidades à encontros e relações amorosas. Whyte mostra que a lealdade produzida pelas trocas era um elemento importante na sustentação do grupo. Cada grupo desenvolvia seus laços sociais a partir dos espaços de interação que permitiam a eles a manutenção de posições sociais. (WHYTE, 2005, p. 36).

Whyte tem o interesse de mostrar como a estrutura social interfere nas relações entre rapazes da esquina e rapazes formados, mostrando como as posições sociais obedecem a determinadas demandas de reconhecimento social. Variando de grupo para grupo. Com isso podemos pensar em como os processos de reconhecimento demarcam simbolicamente os rapazes em Conerville conforme as interações entre os rapazes e a comunidade.

No caso dos rapazes da esquina, a principal atividade social da época (1937-1938) era o jogo de boliche. Através dele, os rapazes encontravam uma maneira razoável de manter, ganhar ou perder prestígio social. O desempenho no boliche era forma de manter a posição social e também contribuía para manutenção da diferenciação social. (WHYTE, 2005, p. 46-47). Da mesma forma, que algumas formas de comportamento se colocavam sobre as individualidades exercendo coerção sobre os rapazes: “As principais dentre essas eram a maneira de escolher os parceiros e os ataques verbais que faziam uns aos outros”. (WHYTE, 2005, p. 46).

Para os rapazes formados o principal interesse em manter o grupo era a ascensão social e melhorar as condições de Conerville. (WHYTE, 2005, p. 79). Suas atividades sociais eram diversificadas e voltadas para a área da cultura. Eles estavam preocupados em organizar cursos, palestras e peças de teatro.

Podemos perceber como a estrutura social e mobilidade social estão por de trás da relação entre os grupos. A posição social dos rapazes justifica seus interesses materiais e simbólicos. Whyte afirma que os rapazes da esquina estavam na base da estrutura. Já os formados ocupavam o topo. (WHYTE, 2005, p. 113).

Em outras palavras, “os rapazes formados estavam interessados, acima de tudo, na ascensão social. Os rapazes da esquina preocupavam-se sobretudo com a comunidade local.” (WHYTE, 2005, p. 116). Em síntese:

Tanto o rapaz formado quanto o rapaz da esquina querem vencer na vida. A diferença é que o rapaz formado não se liga a um grupo de amigos próximos, ou não está disposto a sacrificar sua amizade com aqueles que não avançam tão rapidamente quanto ele. O rapaz da esquina liga-se a seu grupo por uma rede de obrigações recíprocas das quais não quer se afastar, ou não consegue. (WHYTE, 2005, p.125).

As dinâmicas de reconhecimento de Doc e seus rapazes, assim como, de Chick e seu grupo, ocorrem em um mesmo contexto social. Whyte chama atenção para o fato de que “a dessemelhanças em inteligência e habilidade” não ajudaram a esclarecer as diferenças de carreiras entre os grupos. Segundo o autor, “Deve haver alguma outra maneira de explicar por que alguns rapazes de Corneville subiram, enquanto outros permaneceram estacionados.” (WHYTE, 2005, p. 123-124).

Esta distinção entre “subir” e “descer” é importante para compreender a dinâmica social entre os grupos de rapazes, e seus interesses. Enquanto os rapazes da esquina tinham um comportamento orientado para o consumo. Os rapazes formados tinham o investimento e poupança como objetivo. Mas isso não explica tudo. Já que o comportamento de um grupo era orientado de acordo do outro grupo. Dentro da organização social de Cornerville os rapazes da esquina eram vistos como sendo preguiçosos. Os rapazes formados eram vistos como exemplos a serem seguidos.

4. METODOLOGIA

4.1. SOBRE O MÉTODO

A coleta de dados é a parte fundamental da pesquisa social. No caso da discussão apresentada neste trabalho, devido as condições de desenvolvimento da pesquisa e do envolvimento com os moradores, acabamos optando pela aplicação da metodologia qualitativa com objetivo de geração de dado. Optamos pela realização de entrevistas *in loco* e observações de campo durante um período entre 2018-2019.

Conforme aponta George Gaskell as “Falas, conversações e interações humanas são sistemas abertos, cujos elementos são as palavras e os movimentos, em um conjunto infinito de sequências possíveis.” (GASKELL, 2000, p. 43). De uma forma, a entrevista individual ou em grupo é sempre um encontro entre duas ou mais visões de mundo que se confrontam. O confronto entre perspectivas produz esclarecimentos sobre temas de interesses do pesquisador e pesquisados. Desde modo, uma entrevista nunca é um sistema fechado. Ao contrário, a entrevista é um sistema aberto que possibilita a quem analisa fazer determinados encaixes e desencaixes com falas e opiniões. Assim, a entrevista favorece sempre quem escreve e analisa o outro. O favorecimento ocorre também, devido a posição do pesquisador em relação ao pesquisado. Nesta relação de poder, o *status* do pesquisador impõem coerções em forma de perguntas a quem é entrevistado. Porém, o *status* de quem é pesquisado também influencia o pesquisador. Através de respostas, mais ou menos controladas, conforme o entrevistado avalia e negocia com o entrevistador as expectativas sobre o que é pesquisado.

De modo sistemático, Colognese & Melo (1998) chamam a atenção para três modelos de entrevistas: a) não-diretiva; b) semi-diretiva e c) padronizada. A modalidade da entrevista não-diretiva atente a finalidade de cunho exploratório sobre questões ou problemas e formulação ou organização relacionadas ao esclarecimento de conceitos mobilizados na pesquisa. O entrevistador induz o tema da entrevista e deixa o entrevistado falar livremente. Adotando uma postura de escuta ativa, o entrevistador deve interferir o mínimo possível. Na entrevista semi-diretiva também chamada de entrevista semiestruturada, as perguntas são reelaboradas previamente conforme o marco teórico da pesquisa. Com o roteiro em mãos, o entrevistador pode conduzir a entrevista conforme as perguntas acrescentando outro caso necessário. Na entrevista padronizada é comum a utilização de *survey*. Geralmente, realizados a partir de roteiro de entrevistas fechados

formulados com perguntas previamente determinadas permite uma maior quantificação dos dados e comparações de respostas. (COLOGNESE & MELO, 1998, p. 144-145).

O roteiro de entrevista deve conter perguntas e tópicos considerados relevantes para a condução da entrevista. Ele pode ser de duas formas, específico ou contextual. Na formulação do roteiro de entrevista específico deve conter perguntas abertas ou fechadas. Ele é um documento escrito, podendo ser preenchido na forma de questionário. O roteiro de entrevista contextual é organizado a partir de tópicos orientadores. Os tópicos devem respeitar a discussão proposta pela pesquisa. O roteiro contextual é utilizado em pesquisas qualitativas como histórias de vidas, história oral e etc. Neste caso, a condução das entrevistas também precisa estar atenta a postura dos entrevistados durante a entrevista registrando os gestos e movimentos relevantes, como silêncio, pausas, tom de voz e etc. (COLOGNESE & MELO, 1998, p. 147-148).

Optamos por entrevistas individuais devido a forma como a pesquisa foi se desenhando, ao entrar em contato com diferentes atores e atorras em campo. Com o estabelecimento de vínculos de confiança com alguns moradores foi possível construir um grau de credibilidade entre pesquisador e pesquisados. Isso só ocorreu mediante ao tempo de convivência que passei com os moradores, como encontros informais aos finais de semanas para confraternizações, participação em festas e celebrações familiares e também com entregas e recebimentos de presentes, como livros, bebidas e refeições. As entrevistas individuais também permitem o encontro face-a-face entre pesquisador e pesquisado. Diante este processo “é essencial quase que viver e sonhar as entrevistas” ao ponto de ter a capacidade de reconstituir o ambiente e os temas-chaves das entrevistas. (GASKELL, 2000, p. 70-71). Entendemos que dessa forma que a entrevista é um processo de interação social e também uma relação de forças, uma vez que, “Obrigam o outro a falar e, muitas vezes falar sobre aquilo que o outro jamais havia colocado como questão a pensar e exercer um grande poder de arbítrio.”(COLOGNESE & MELO, 1998, p. 151).

Dessa forma, a escolha pelo roteiro de entrevista contextual se deu por causa do encaminhamento teórico da pesquisa. O roteiro foi o seguinte:

- 1) Se você pudesse dizer para alguém quem é você. O que você diria?
- 2) No dia-a-dia como você acha que as pessoas te definem?
- 3) O que você gosta de fazer? Com quem você gosta de fazer?

- 4) Quem são as pessoas importantes para você? Por que você considera essas pessoas importantes?
- 5) Me fale sobre a sua vida.
- 6) Há coisas que você não gosta de fazer? Por que?
- 7) O que te faz sentir triste?
- 8) Como é que você acha que está sua vida?
- 9) Se você pudesse decidir sobre seu futuro, o que você gostaria de estar fazendo?
- 10) O que ou quem você admira? Por quais motivos?

A abrangência macrosociológica da Teoria do Reconhecimento impõe desafios a pesquisa empírica no momento de aplicar a teoria na análise de realidades concretas. No Brasil, por exemplo, Rosenfeld & Saavedra (2013) usam a teoria para explicar a realidade no sentido de com “dar conteúdo histórico aos sentidos de justiça e de boa-vida em cada sociedade, preservando a normatividade essencial do que é justiça.” (ROSENFELD & SAAVEDRA, 2013, p. 49-50). Neste caso, a luta por reconhecimento é usada para dar forma institucional aos critérios de justiça desenvolvidas pelos grupos. Outro exemplo, já citado neste trabalho, é o estudo de Emil Sobottka (2015) com mulheres da periferia de Porto Alegre participante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) no projeto Mulheres da Paz, onde a Teoria do Reconhecimento foi usada empiricamente para descrever a realidade de um grupo de mulheres. A teoria foi usada como um suporte as formulações e enquadramentos as questões não sistematizadas entrevistados. (SOBOTTKA, 2015, p. 700).

Em síntese, a Teoria do Reconhecimento Social permite a articulação e preservação de pares de oposição do justo/injusto, respeito/desrespeito, reconhecimento/não reconhecimento em determinado contexto social para assim tencioná-los com a perspectiva normativa proposta pela teoria. Para orientar a mediação e a articulação do campo teórico à análise da realidade, além das entrevistas, optamos pela utilização de duas técnicas. A primeira foi a observação participante juntamente com a escrita de um diário de campo. O objetivo da escrita foi desenvolver material necessário a orientação das reflexões sociológicas para elaboração do questionário e análises de dados. Por segundo, os dados bibliográficos referentes as histórias de vidas e trajetórias foram obtidas através de entrevistas semiestruturadas a partir de um questionário com dez

perguntas fixas. A extensão das entrevistas variou entre 40 minutos a 2 horas e 40 minutos.

Assim, cabe explicar como foi feita a abordagem analítica das entrevistas. Num primeiro momento, aplicaremos o modelo teórico-metodológico de Honneth, levando em consideração as três esperas produtoras de reconhecimento social: afetiva, social e jurídica. As três esferas foram transformadas em outras chaves de leitura, não com a intenção de reformular ou questionar a Teoria do Reconhecimento Social, mas ao contrário para tornar mais clara a aplicação de conceitos abstratos a realidade concreta. Por isso, a espera afetiva é o *amor*. A espera social será a *solidariedade* e a espera jurídica o *direito*. Lembrando que este modelo de interpretação é uma derivação da teoria desenvolvida a partir de problemas práticos encontrados ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

A análise das entrevistas, feitas a partir da chave de leitura de uma “luta por reconhecimento” dos moradores e moradoras foi dívida entre relações de afeto, desejos, sonhos e recordações (esfera do amor), trabalho, moradia e luta (esfera do direito) e obrigações sociais, vínculos éticos e comunitários (esfera da solidariedade). Cada entrevista foi lida com três perspectivas: a) autoconfiança, b) autorrespeito e; c) autoestima. Com isso, as histórias de vida de Esmeralda, Ana e Raul de acordo com os três tipos-ideais que configuram uma luta por reconhecimento social.

Dessa forma, após, mostrar a organização e categorização das entrevistas, será possível fazer a análise do material coletado. Neste momento, a partir da explicação e compreensão dos problemas colocados pela pesquisa torna-se possível a construção de um conhecimento novo, mas para isso, é importante trabalhar com a chave da demonstração/comprovação. Isso pode ser feito da seguinte maneira:

No caso de entrevistas realizadas a partir de roteiro contextual, também é necessário construir indicadores que permitem agrupar diferentes respostas apresentadas, para cada tópico e a partir das categorias conceituais. Neste caso, é necessário ler atentamente, e por mais de uma vez, os resultados das entrevistas, a partir dos tópicos que orientaram a sua realização. Esta leitura visa identificar grupos de afinidade temática, que tornem possível a construção de indicadores. Contudo, há que se atentar para o fato de que, um mesmo grupo de afinidade temática poderá manifestar a ocorrência de mais de um bloco temático por tópico e, mesmo, aparecer em tópicos diferentes, ou ainda não se manifestar ou se manifestar ou se manifestar em mais de um tópico de uma mesma entrevista. (COLOGNESE & MELO, 1998, p. 155).

A partir das entrevistas foram organizados mapas conceituais representando cada uma das esferas do reconhecimento social. De modo a se obter uma sistematização do pensamento de nossos entrevistados levando em consideração suas percepções a respeito do sentimento da autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

Fizemos isso, com o objetivo de produzir uma sustentação a argumentação apresenta neste trabalho. A produção de provas é elemento fundamental da pesquisa científica. Por isso, a análise dos dados, assim como, sua explicação procurando confrontar a teoria, no sentido, de comprovar sua validade como instrumento de compreensão da realidade. Dessa forma, durante o trabalho de escutar, transcrever, analisar e sistematizar as entrevistas de acordo com a teoria normativa do reconhecimento social procurou-se utilizá-la como uma ferramenta de compreensão da realidade a partir das narrativas de experiências de vida dos nossos três entrevistados.

Em síntese, em teoria o reconhecimento social também é a identidade para si, para o outro e para o pelo Estado. Essas identidades precisam ser reconhecidas nas esferas do afeto, moral e jurídica. Quando uma das três esferas é desrespeitada o reconhecimento social não ocorre de forma plena. Porém, na prática percebemos que os indivíduos mobilizam sentidos que permitem a eles compreender sua participação na sociedade de forma digna e integrada. Que mesmo não havendo uma mobilização política entorno do reconhecimento, no sentido, de canalizar as demandas por reconhecimento na forma de movimentos políticos, os entrevistados, reconhecem os esforços individuais e esforços de outras pessoas na construção social de uma vida digna.

Dentro de uma estrutura social desigual, como é o caso, da cidade de Curitiba-PR, as maneiras de ser, pensar e sentir revelam a posição social ocupada na hierarquia social, assim como, as condições sociais que permitem revelar de que forma os sujeitos participarem do jogo social a partir da distribuição de bens simbólicos e materiais. Tanto nas condições materiais como trabalho, renda e moradia, quanto nas condições sociais que permitem o reconhecimento moral das conquistas pessoais necessárias ao fortalecimento da autoconfiança, autorrespeito e autoestima dos seres humanos.

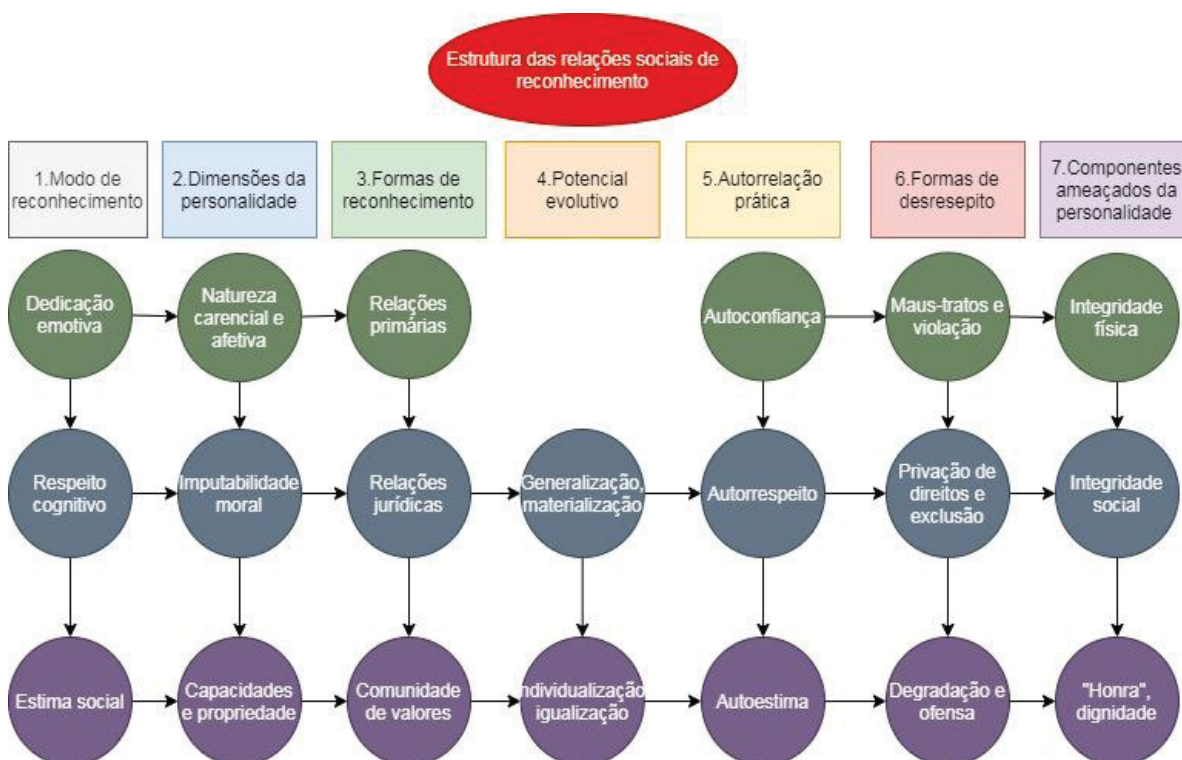
Os aspectos econômicos, por si só, não explicam a gestão da pobreza, uma vez que, os gestos de desrespeito social ocasionadas pelas condições de vida miseráveis agredem a subjetividade humana manifestados em sentimentos e experiências de solidão, tristeza e sofrimento. O não reconhecimento das capacidades e habilidades sociais

adoecem, quando não podem matam. No caso, das desigualdades de classe, gênero e raça trazem efeitos sociais na vida de pessoas inseridas em contextos de vulnerabilidade social.

A necessidade normativa de ser amado, nesse sentido, não corresponde a um conteúdo universal. Pela falta de experiências socializadoras saudáveis de respeito afetivo, o amor pode ser confundido com o seu oposto, que, numa ilusão, estaria exercendo sua função moral. Aqui, a categoria honnethiana menos ligada a questões históricas e culturais, pode ser testada fortemente numa atualização empírica através de um contexto de altíssima vulnerabilidade social (...). Os dispositivos de raça, gênero e classe social (e também escolaridade), nos seus níveis mais precarizados socialmente (nos termos do *habitus* precário), impossibilitam uma experiência de amor recíproco, o que impede o reconhecimento social nas relações intersubjetivas. (BAHIA, 2017, p. 100).

Feita essa breve exposição, é o momento de caminharmos para a parte final desse trabalho onde analisaremos a entrevista de Esmeralda, Ana e Raul, realizadas a partir do esquema:

FIGURA 5 – ESTRUTURA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE RECONHECIMENTO



FONTE: o autor (2020).

5. ENTREVISTAS

5.1. ESMERALDA: GUERREIRA

Talvez a tristeza fosse um modo de envelhecer. A tristeza colocara os meus pais e as coisas todas a envelhecer. Dizia-me que era possível. O tempo também se conta pelos desgostos. Explicava isso. Respondi: se fosse assim, eu teria cem anos. Estaria muito velhinha. E tu, perguntei. Ele disse que estaria com mil anos e que saberia os segredos de todos os mistérios. (Valter Hugo Mãe, A desumanização, p. 39).

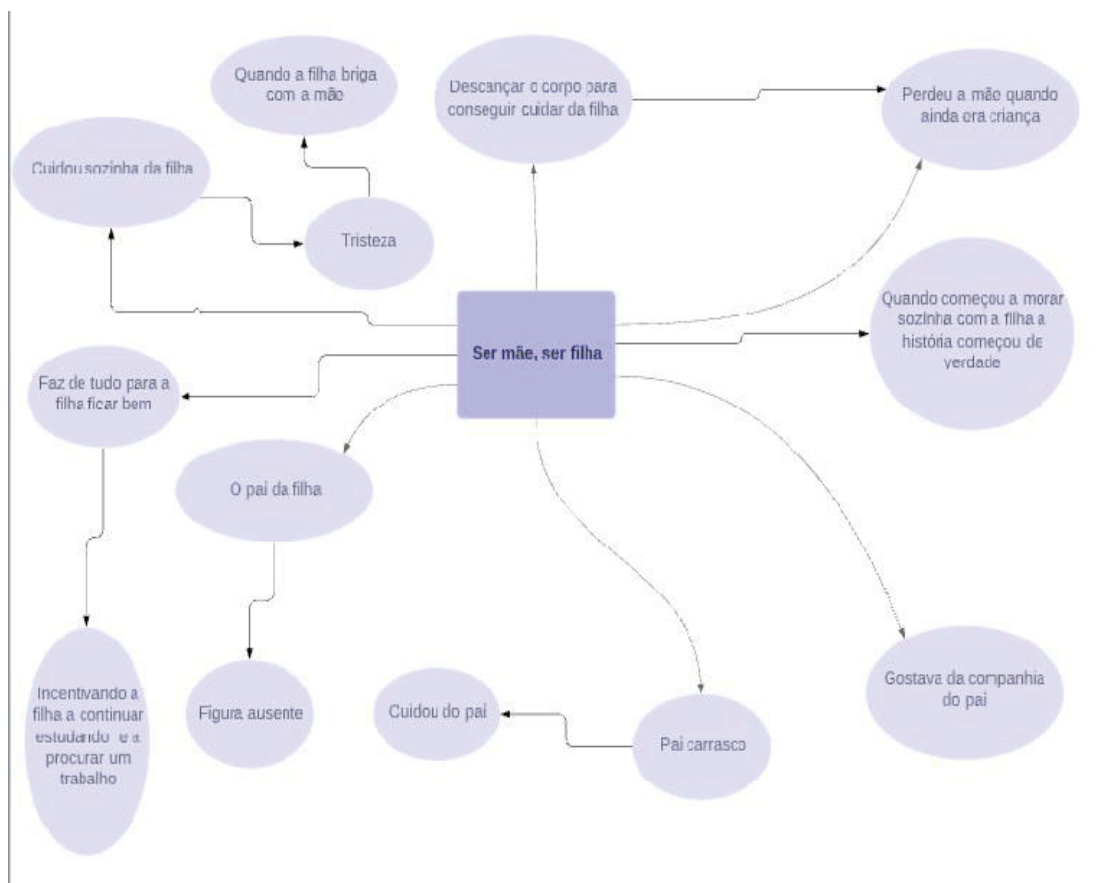
Esmeralda, 49 anos, mulher, mãe, solteira, negra, com aproximadamente 1,60 de altura. Usa óculos com armação de acrílico. Veste uma saia, camisa e chinelos. Seu tom de voz é baixo e o sorriso tímido. Quando se mudou para Curitiba-PR não havia a expectativa de morar, como ela mesmo diz, em uma “invasão”. Gostaria de ter morado em outro lugar, assim como, gostaria de trabalhar em outra profissão. Atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais numa escola pública próximo a sua casa e seu incomodo em relação ao trabalho, segundo ela, é por causa do cotidiano agitado da escola.

Os conflitos enfrentados por Esmeralda forjaram uma personalidade de uma mulher “guerreira” frente a vida e seus dilemas. Neste sentido, se considera como uma mulher que desejou e lutou para alcançar uma vida digna mesmo com a realidade limitada pelas condições materiais de existência, não a impossibilitou de encontrar os meios de satisfazer suas necessidades de acordo com as oportunidades que a vida lhe deu. É sobre esta vida que falaremos em seguida.

Conforme a Teoria do Reconhecimento Social, as relações afetivas são consideradas relações de confiança. A confiança é idealmente representado pelo sentimento do “amor” mutuamente compartilhado com outras pessoas e grupos sociais. Essas relações são consideradas responsáveis pela constituição da base afetiva necessária ao desenvolvimento biológico, psicológico e social. Dessa forma, as relações afetivas constituídas no contexto de intimidade, privacidade, acolhimento e cuidado são responsáveis pela transmissão do reconhecimento social afetivo representado pelo amor. O reconhecimento afetivo gestado nas relações familiares e de amigos são responsáveis pela constituição do amor para si e do amor para outros. Em outras palavras, contribuem para a institucionalização da autoconfiança. E na estrutura familiar que as pessoas cultivam a autoconfiança necessária ao exercício da prática social como sujeitos autônomos. Em

síntese, a formação da personalidade possui como fonte social primária as relações íntimas da infância. De modo que, o espaço familiar permite o desenvolvimento da identidade social.

FIGURA 6 – ESMERALDA: SER MÃE, SER FILHA



FONTE: o autor (2020).

A família é primeira relação de reconhecimento entre seres humanos. Como firmam Marx & Engels (2007, p.23) ao longo do desenvolvimento histórico, os seres humanos renovam a cada dia sua vida, criando e reproduzindo outros seres humanos em relação social chamada de família. Desse modo, a família é uma das condições materiais necessárias a construção e desenvolvimento da história. Em Honneth (2009) a família é o lugar do amor e dos cuidados necessários a formação da autoconfiança. Mas também é o lugar de relações opressivas e predatórias catalizadoras de experiências de desrespeito e maus-tratos. Essa negação do cuidado e falta de acolhimento afetivo podem causar eventuais transtornos psicossociais aos indivíduos desrespeitados na forma de patologias do reconhecimento, como ansiedade, depressão, transtornos de personalidade e etc.

Esmeralda conta que a infância foi boa. Nascida no município paranaense de Santa Fé²⁶ no final da década de 1970 ao lado do pai, mãe e três irmãos. Quando a mãe faleceu, ela tinha seis anos de idade. Nesta época, era comum brincar com os pés descalço até escurecer o dia. Longe do pai que passava o dia fora trabalhando. Ela ficava em casa na companhia dos irmãos mais velhos.

Naquela época eu era criança. Era muito gostoso. Hoje tenho 49 anos naquela época, na minha época de infância era muito gostoso. Brincava de pés descalço brincar até escurecer na rua e como era a cidade de perto de chácaras a gente ia para chácara roubar fruta (risadas tímidas e contraídas) correr dos bois porque naquela época tinha muito vaca brava, a gente passava na beirinha assim da cerca para a vaca não pegar a gente. Ia pegar amora que tinha bicho da seda. É uma delícia, uma delícia. A infância a nossa infância de quem tem essa idade. Uma delícia. Tudo, tudo muito bom. Dessa época eu fui para Rondônia quando meu pai quis mudar para Rondônia em 1982 a gente mudou para Rondônia. (ESMERALDA, 2019).

Ainda na infância mudou-se com a família da Rondônia. Com a perda da mãe, seu pai precisava cuidar sozinho dela e dos irmãos. Tendo esta responsabilidade em mãos se arriscou na vida. Aproveitando a oportunidade de conseguir um lote e arrumar um trabalho migrou para Rondônia²⁷.

²⁶ Santa Fé é resultado de série de concessões a empresários, investidores e pioneiros. A colonização da região ocorreu por iniciativas privadas a partir da metade do século XX. Antes, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) em 1927 tinha destinado um espaço de 515 alqueires de terras na região para serem loteadas e posteriormente transformadas em glebas. O Governo no Paraná transferiu as terras da região para um grupo de investidores formado por Percy James Allem, James Cady Ferry, Alberto Berndt, Jacob Petry e José Hauer Júnior. Estes, venderam as terras a companhia Henrique Hacker & CIA. Posteriormente, as terras foram compradas pelo empresário e engenheiro civil Antônio Alves de Almeida que anos antes havia trabalhado para o Governo no planejamento e construção de uma via estrutural ligando o Porto de Afonso Camargo às margens esquerda do Rio Paranapanema até a cachoeira de Santa Fé, no Rio Bandeirantes do Norte. Ainda no ano de 1941 o governo do Estado do Paraná concedeu um lote de terra José Cesar de Millo Sampaio sob título de terras devolutas. Lote comprado pelo proprietário agrícola Urbano Lunardelli em 1945. Tradicional família italiana originária de Treviso, exerceram forte influência política e econômica na região devido o poderio obtido com a comercialização de café em São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Neste momento, a região já era conhecida por gleba de Santa Fé. Conta a história que o nome da gleba foi baseado no filme americano estrelado por Ronald Reagan “A Estrada de Santa Fé”, sucesso de bilheteria em 1940. Em 1948 o pioneiro e empresário imobiliário Luiz Zapparolle adquiriu um lote de terra na região. Construiu uma serraria com seus dois parceiros e sócios Lupércio Carezzato e Militão Bento França. Os três eram sócios da Imobiliária Carezzato & França. Com a produção de matérias e venda de lotes a cidade de Santa Fé começa a se erguer graças aos esforços dos colonizadores. A fertilidade do solo e o clima ameno da região atraiu investimentos e pessoas interessadas em adquirir lotes de terra e oportunidade de trabalho. Em 23 de julho de 1950 foi realizada a primeira missa e no dia 14 de novembro de 1955 foi criado o município de Santa Fé.

²⁷ Segundo informações disponibilizadas pelo portal oficial do Governo do Estado de Rondônia a história do Estado é “atípico em relação ao próprio país”²⁷ pelo fato de ser Território Federal antes de tornar-se Estado via Lei Complementar nº41. Com o decreto nº1, a região “Dispõe sobre a organização do Poder

Em Rondônia “Tinha aquela dificuldade, mas tipo assim, tudo o que você queria você plantava”. Após uma ótima colheita de café no ano de 1983, o pai conseguiu adquirir alguns terrenos de “mata-virgem”. O irmão mais velho ficou com 21 alqueires de terra e a outra metade ficou com o pai e demais irmãos.

Ao lado do pai, constituiu até então sua principal relação de afeto. Ela conta que o pai era rígido, nas palavras de Esmeralda ele fora um “carrasco”. Nesta época aos 15 anos, Esmeralda relata as dificuldades enfrentadas com a família em Rondônia na luta pela sobrevivência econômica, também tinham que cuidar para não se infectar com a malária: “era um lugar que dava muita malária. Daí sim, sofremos também. Era uma febre que mata. Vi muitas pessoas morrerem, criança morrer.”

Atualmente, a relação de mãe e filha é a principal relação afetiva. Esmeralda criou a filha sozinha após ex-marido ter voltado a morar com sua antiga família. Nas suas palavras: “Eu conheci também o pai da Aline e a gente ficou junto e ela nasceu e daí eu fiquei com ele um tempo depois ele voltou para a ex-mulher dele.” Este dado é significativo, pois, como conta, foi quando começou a morar sozinha e a cuidar da filha que sua “história começou de verdade.” O pai de Aline após ficar um tempo se relacionando com Esmeralda, a deixou grávida e foi se relacionar com outra pessoa. Esmeralda, conta que foi depois após esse episódio que a história de sua vida começou de verdade. Isso aconteceu no momento em que teve que assumir sozinha a responsabilidade afetiva, moral e financeira de sua filha. A maternidade enquanto um gesto de reconhecimento/não reconhecimento trouxe novos paradigmas para a vida de Esmeralda. A transição da juventude para a vida adulta é uma chave-de-leitura para compreendermos quando “a vida começou de verdade” e o reconhecimento/não reconhecimento da sua condição enquanto mulher e mãe configurou um novo contexto para o desenvolvimento de suas relações, comportamento e personalidade.

Além de Aline, Esmeralda é amiga de Kátia e Marcos. São amigos desde juventude. Conheceu Marcos no bairro de Santa Felicidade, Curitiba – PR, da época em que trabalhava como doméstica na casa de um casal que havia conhecido na capital de

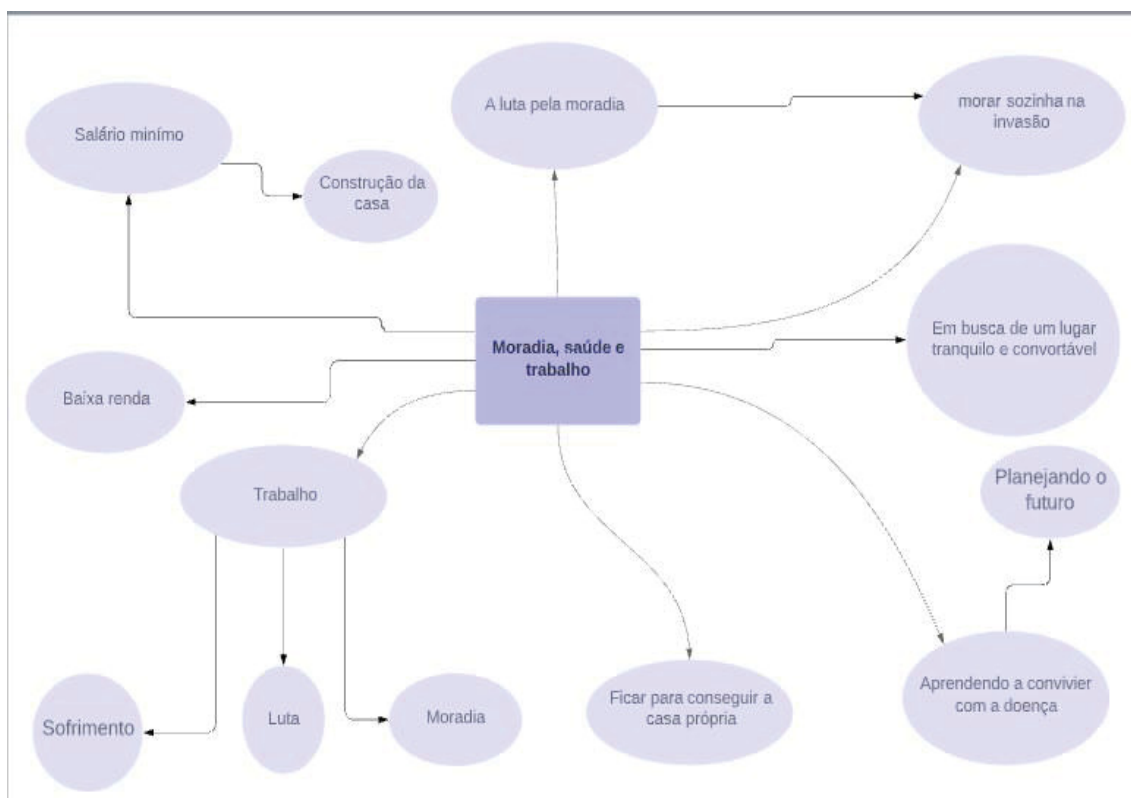
Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências”. Assinado pelo então governador Jorge Teixeira de Oliveira (1979-1985), ex-prefeito de Manaus em 1974 indicado pelo então presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Jorge Teixeira foi coronel da reserva militar e antigo combatente da guerrilha do Araguaia. Foi nomeado governador pelo presidente João Figueiredo (1979-1985) como missão transformar o Território Federal de Rondônia em Estado.²⁷

Rondônia. O casal fez uma oferta de trabalho e Esmeralda aceitou. Assim, chegou em Curitiba – PR por volta de 1988 aos 18 anos de idade. Marcos e Kátia foram suas primeiras amizades em Curitiba. Esse envolvimento resulta em algumas histórias juntos como as idas ao centro da cidade procurando por diversão. Os retornos para casa esperando pelo ônibus na madrugada e as viagens para a praia representam o desenvolvimento de uma amizade da passagem da juventude para a vida adulta.

Durante uma conversa informal com Aline e Esmeralda, acabo descobrindo que o amigo Marcos é padrinho de Aline e pelo que é possível perceber, a relação entre Aline e Marcos é de respeito e carinho. Aline se refere ao “padrinho Marcos” com uma voz de empolgação e brilhos nos olhos. Tradicionalmente o gesto de compadrio é um signo de reconhecimento entre pessoas. É uma forma de transformar relações de afeto num vínculo social. A escolha de padrinhos e madrinhas entre as pessoas costuma acompanhar uma dinâmica de reconhecimento baseado principalmente nas considerações recíprocas de respeito, confiança e estima construídas ao longo da vida. Segundo Esmeralda, se referindo a Kátia e o Marcos: “Eu conheci eles numa época que eu trabalhei em Santa Felicidade. Eu pagava aluguel lá e conheci eles. E foi assim foi a gente foi se envolvendo e acabou fazendo parte da minha vida e eu da deles.”

A estima social e consequentemente a autoestima de Esmeralda são basicamente dependente da relação que mantém com sua filha. Como mãe e exercendo os papéis e responsabilidades sociais delegadas culturalmente a sua condição de mulher, à maternidade se tornou uma fonte de reconhecimento/não reconhecimento. Por isso, quando a filha briga com a mãe, ela fica triste: “Isso me deixa muito triste.” O amor sendo uma das três esferas de reconhecimento é ambivalente. Lutamos para amar e sermos amados. Mas, não basta só amar. Também é necessário demonstrar esse amor através do trabalho do cuidado. Mãe e filha vivem uma experiência de cuidado contraditória. Aline procura valorizar o amor de sua mãe, ao mesmo tempo que não consegue retribuir na mesma intensidade que recebe, o que acaba contribuindo para o sentimento de tristeza de Esmeralda. Porém, o amor e orgulho que sente pela filha acabam superando qualquer outra emoção. Aline tem consciência do esforço da mãe em dá-lhe uma vida digna e faz de tudo para ir bem nos estudos e luta para dar um futuro melhor para si e para a mãe.

FIGURA 7 – ESMERALDA: MORADIA, SAÚDE E TRABALHO



FONTE: o autor (2020).

O trabalho, dentro da perspectiva teórica do reconhecimento social é visto como uma fonte moral da constituição do autorrespeito. O salário recebido pelo trabalho prestado funciona como maneira de reconhecer socialmente a capacidades e habilidades desenvolvidas pelo sujeito na sociedade. O trabalho no capitalismo configura-se a partir de relações contratuais de subordinação e exploração da força de trabalho que formalizam as relações sociais de produção. Porém, a contradição entre capital e trabalho estruturam relações de conflito latentes em torno de experiências de respeito/desrespeito de trabalhadores e trabalhadoras. Este conflito, como foi visto, foi documentado por Moore (1987) ao estudar as bases sociais da obediência e revolta entre trabalhadores da Europa do século XX. Assim, a luta de classes, a partir de uma perspectiva da Teoria do Reconhecimento, considera os efeitos intersubjetivos das relações de produção influenciam na constituição moral dos sujeitos, isto é, suas identidades sociais. Em outras palavras, o trabalhador e trabalhadora além de reivindicarem salários e condições de trabalho, também reivindicam o respeito sobre sua humanidade. Neste caso, a humanidade, na esfera jurídica representado pelo tipo-ideal do direito, teve ser

incentivada com a promoção, proteção e ampliação direitos. Como é previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

No caso da sociedade brasileira, o reconhecimento social na sua forma jurídica é de responsabilidade do Estado democrático, que reconhece o trabalho e moradia são direitos sociais garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no Capítulo 2, artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” Dessa maneira, quando os direitos são negligenciados configura-se uma ação de desrespeito. As experiências de desrespeito que aparecem de forma indireta na narrativa de Esmeralda, denotam situações de privação de direitos. Essa privação para a Teoria do Reconhecimento Social, tornaria legítima a reivindicação social e política dos movimentos sociais. No caso da moradia por exemplo, Esmeralda revela pela palavra “sofrimento” a humilhação pública que teve que passar para conseguir um lugar para viver.

Quando Esmeralda diz “Eu não quero morar na invasão” isso pode ser interpretado como um sinal de conflito. Afinal de contas, ninguém mora em invasão porque quer. As pessoas são obrigadas a morar em áreas irregulares por necessidades econômicas e sociais. O salário não foi suficiente para comprar um terreno e construir uma casa. Ter que ir para a invasão, construir a casa na beira do barraco são experiências de reconhecimento que marcam a trajetória de vida de Esmeralda porque refletem as condições precárias que teve que driblar com “garra” e “empenho”.

Fazer o que não gosta pode representar uma condição social desfavorável a reprodução de uma vida boa. A situação de pobreza impõe aos indivíduos determinadas formas de sobrevivência. O sentimento de urgência diante satisfação das necessidades como comer, beber e dormir oferece um laque reduzido de escolhas. Dentro de uma estrutura de oportunidades profissional estratificada, como é o caso da sociedade brasileira, o trabalho com baixa remuneração acaba sendo uma coerção social imposta a grupos de indivíduos desigualmente reconhecidos no seu estatuto moral, social e jurídico

A narrativa sobre o trabalho está presente em vários momentos do depoimento de Esmeralda. No passado, na época da sua infância e adolescência trabalhou com o pai na roça. No início da vida adulta quando passou a morar sozinha na cidade de Curitiba-PR,

além de ter trabalhado como doméstica, trabalhou em supermercado ao lado de jovens e na escola cuidando de crianças.

Segundo suas próprias palavras, Esmeralda, se define como uma pessoa lutadora. A história de sua vida é marcada por deslocamentos, idas e vindas por algumas cidades e estados à procura de moradia e trabalho. Os processos pelos quais passou podem ser caracterizados de acordo com as experiências que remetem à uma luta por reconhecimento à medida que sua vida fora se desenvolvendo a partir de relações, escolhas e oportunidades que asseguraram a ela condições materiais de trabalhar, conseguir uma casa para morar e cuidar da filha. O trabalho, na qual lhe fez uma lutadora, permitiu a Esmeralda concretizar o projeto de uma vida digna.

Quando analisamos mais de perto a vida de Esmeralda a partir do que foi narrado e dentro daquilo que a teoria permite que seja analisado, é possível percebemos que determinados normas do reconhecimento estão incorporados ao comportamento, personalidade e identidade. São normas que deram para sua vida o sentido da obrigação de se virar sozinha no cuidado da filha, lutar pelo trabalho e conquistar um lugar para morar. Além disso, contribuíram para Esmeralda elaborar uma *práxis* orientada para o cuidado do outro, ou seja, sua filha Aline.

Em síntese, precisava cuidar de si, o trabalho pesado com o material reciclável retirava suas forças físicas, o corpo precisava aguentar porque outra pessoa demandava outro tipo de trabalho: o cuidado. Depois de ter trabalhado como catadora de material reciclável conseguiu um emprego com carteira assinada como caixa numa rede de supermercado.

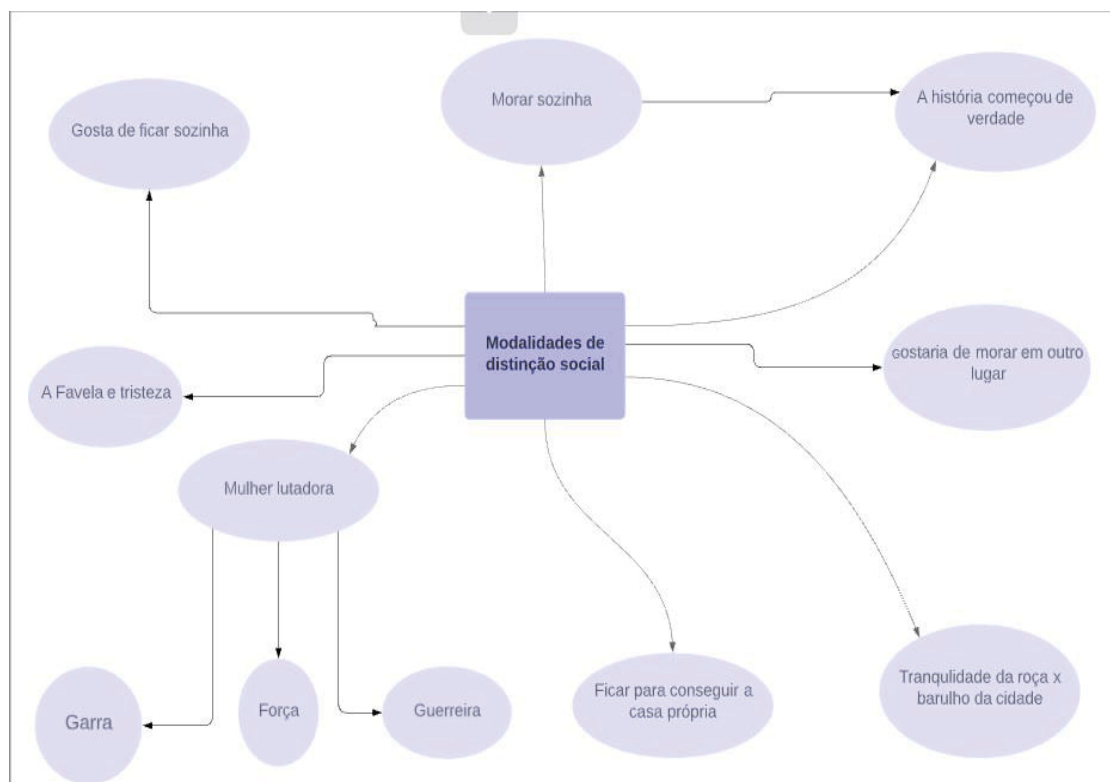
trabalhava de noite às vezes né, comecei a trabalha em mercado de caixa eu trabalhava à noite (risos retidos). E a Van vinha trazer a gente. Era muito perigoso, porque jovem faz muita bagunça. Eu trabalhar no meio da molecada. Eles faziam muita bagunça eu falava “gente, pelo amor de Deus fiquem quietinhos por favor, não façam barulhos” (risos). Porque era naquela época era dito que não podia fazer muito barulho e teve uma época que depois das 6 horas tinha o toque de recolher você deveria ficar dentro de casa. E como chegar 11 horas, meia-noite, duas horas, dependendo do que a gente terminar eles vinham me trazer de Van ou de Táxi. De Táxi era mais quietinho, mas de Van era muito barulhento. Daí pedia para eles me deixarem aqui perto da linha. Eu atravessava e vinha sozinha para eles não correrem perigo. Eu tinha medo que se invocasse, não queriam gente estranha aqui. (ESMERALDA, 2019).

A casa onde mora com a filha é confortável. Aline tem seu próprio quarto. Esmeralda tem o seu. Podem usufruírem de momentos de privacidades. Compartilham uma sala para assistirem juntas seriados e uma cozinha para o preparo de bolo e café. Por isso, não é preciso uma casa de grandes dimensões para dar conforto a si própria e a filha. As vezes uma casa equipada com moveis com “uma parede bonita” e “chão bonito” é o suficiente para trazer “tranquilidade”. O conforto é um sinal de autorrespeito. No caso da entrevistada, traz o sentimento de dignidade necessário ao convívio humano. E como mostra Esmeralda, torna possível imaginar algo melhor mesmo que “devagarinho” a conquista desse direito é um ato de humanidade. Um gesto de reconhecimento e o sentimento do seu próprio valor.

É assim, que Esmeralda poderá transmitir a filha os valores, ensinamentos e práticas que permitiram ela lutar pela sobrevivência e também por dignidade. A casa onde moram é o símbolo de uma trajetória de vida marcada por transformações.

Os conflitos sociais engendrados por luta por reconhecimento são formas de contornar determinadas contradições da vida social. A natureza social do conflito modifica-se conforme o contexto social, político e econômico produz reivindicações por reconhecimento de grupos sociais marginalizados e excluídos. Por isso, as motivações que levam o indivíduo a agir variam conforme o grau em que o respeito/desrespeito é percebido socialmente e vocalizados em demandas por justiça, bem-estar e dignidade ou na denúncia de injustiças, privações, violações e maus tratos.

FIGURA 8 – ESMERALDA: MODALIDADES DE DISTINÇÃO SOCIAL



FONTE: o autor (2020).

As experiências de respeito/desrespeito são vividas conforme os conflitos sociais são percebidos pelos sujeitos na medida em que o comportamento é motivado para uma ação reivindicatória. A ação pode vir a se transformar numa luta por reconhecimento de forma mais ou menos satisfatória de acordo com o grau em que as experiências de respeito/desrespeito são interpretadas pelos agentes a partir do sentimento de justiça.

A favela, ou seja, a Vila Icarai/Vila União foi o lugar que Esmeralda conseguiu encontrar algumas respostas. Dizer que passou a sofrer depois que passou a morar na região é uma forma de valorizar sua trajetória. Trabalhou muito para alcançar o *status* de mulher lutadora. Assim como, batalha diariamente para mantê-lo. Seja no cuidado com a organização e limpeza da casa, na educação da filha e no cuidado si própria.

A vida na cidade exigia outra prática diante os sinais de respeito/desrespeito social. Era preciso fazer silêncio e evitar andar com pessoas estranhas. Os valores sociais na comunidade exigiam de seus membros cautela. Dessa forma, evitar o confronto com as autoridades da vila era um caminho seguro para manter-se distante de problemas com vizinhança.

Ah, e morar aqui me deixa um pouco triste também, mas eu gosto da minha casa. Só não gosto de morar esse povo pobre de mente (risos constrangidos). Não que eu seja inteligente (risos), mas eu não gosto deles, eles. Esse negócio

de funk. Funk não é música. É lixo, Deus me perdoe se você gosta de funk. Não gosto de funk, não gosto de tráfico, de bandido, eu não gosto é aqui tem. É tudo isso eu convivi a vida inteira com isso me deixa triste. Muito triste. Tento falar, sempre falei para minha filha “se você se você tá aí no meio da bandidagem você esqueça que tem mãe. Você vai ficar sozinha mesmo, mesmo, mesmo!” Mas ela não foi, mas todo dia eu falava sabe o que que é todo dia todo dia você falar. Faz pouco tempo que ela sai à noite. Eu não deixo muito. Nunca deixei e, sempre falei “você não vai pro meio da bandidagem” (...) Porque eles fazem as coisas tudo igual. Tudo igual. Todo dia a mesma coisa todo final de semana é muito barulhento aqui na semana. Eu não gosto disso. (ESMERALDA, 2019).

Após conseguir a tão sonhada casa própria, Esmeralda conviveu com o medo imposto por grupos que faziam o controle de quem entrava e saía da vila. Já não era mais possível correr com os pés descalços como nos tempos de Santa Fé, tinha que ser discreta. Era preciso negociar com situações de sobrevivência ao mesmo tempo que lutava para cuidar de si e da filha. Chegar em silêncio depois de uma jornada de trabalho era um compromisso assumido com a comunidade. Em resumo, a experiência de Esmeralda como moradora da periferia de Curitiba - PR revela um conflito presente na falta de proteção e segurança que sentia. Dessa maneira, o aparente sentimento de tranquilidade e segurança do campo deu lugar ao barulho e insegurança da vila.

A contradição entre a expectativa de encontrar tranquilidade e segurança e a realidade receber barulho e insegurança fazem Esmeralda se sentir triste. A tristeza reflete em sua autoestima e na estima que sente pelos outros. Neste caso, seus vizinhos que escutam música alta quase que diariamente, que estão envolvidos em negócios ilegais e em geral são irresponsáveis com o bem-estar dos outros moradores. Ela dizer sente triste por morar no bairro Esmeralda cria distinções que a permite manter-se afastada de seus vizinhos. Ela sente que os vizinhos não são suficientemente solidários para assegurar um sentimento de proteção necessários ao convívio social. Desconfia e duvida dos meios que os vizinhos se utilizaram para conseguir comprar um carro ou melhorar o padrão construtivo de suas casas.

A violência na região é outro problema que contribui para o mal-estar de Esmeralda e de sua filha. É algo que ela convive desde os primeiros anos da ocupação, como o tráfico de drogas, roubos e assassinatos. Preocupada em dar uma infância protegida a Aline, fez de tudo para mantê-la em casa e a instrui-la na escolha de suas amizades.

No plano dos vínculos comunitários a relação entre nós (moradores) e eles (bandidos) é outra espera da luta por reconhecimento é caracterizado como sendo um elemento socializador. A filha era proibida de interagir com eles sob a ameaça de ficar sozinha. Aqui, encontramos uma fronteira simbólica de interação entre os grupos mostrando como a desconfiança entre grupos cria um contexto propenso a conflitos sociais. O fato de reconhecer negativamente outros moradores da região produz tensão nas relações ao ponto de proibir a filha a se relacionar com determinado perfil de indivíduos.

O “povo pobre de mente” é uma frase que demarca distância social em relação aos outras pessoas. É uma forma de separar o mundo entre aqueles que convívio e aqueles que não convívio. Neste caso, são as pessoas de não convívio que são reconhecidas pelo selo da diferença cultural em relação ao gosto musical e o barulho. Assim, a tensão, medo e desconfiança são normas de convivência e integração entre os grupos dos estabelecidos e os grupos dos outsiders. A esfera de solidariedade, neste caso, está comprometida e a relação de reconhecimento entre indivíduo e grupo é de hostilidade. O barulho é uma forma de Esmeralda expressar o sentimento de segurança que sente em relação aos seus vizinhos. Com isso, não confia neles porque se sente desrespeitada ao não conseguir descansar no final de semana devido o barulho das músicas altas dos carros e rádios dos vizinhos.

Esmeralda está sempre observando seus vizinhos. Não confia neles. Desconfia que são traficantes ou bandidos. Assim, a solidariedade não constitui numa comunidade de valores necessária ao fomento da autoestima de si e para os outros. Pelo contrário, o clima é sempre de vigilância e desconfiança. Como podemos observar, a rua é um espaço público pouco confiável para ela e a filha. A confiança e a segurança está no espaço privado, isto é, sua casa.

Sobre as autoridades que controlavam o acesso a vila, Esmeralda conta que era comum homens armados ficarem na linha do trem fazendo a vigilância da região, que disparavam tiros para advertir possível invasões. Certa vez, os disparos foram em direção a duas mulheres que haviam saído da igreja. Como era escuro, pois ainda não tinha iluminação pública, os homens atiraram e depois perguntaram “quem vem aí?” As mulheres responderam “vocês ficaram loucos? A gente mora aqui!”

É possível vivenciar este clima de vigilância. Ao caminhar anoite pelas ruas da região senti uma atmosfera de controle no ar. A sensação que tive naquele momento é que estava sendo observado o tempo todo. Mas essa sensação de controle não é características específica dessas vilas. Sou o forasteiro por isso sou identificado como sendo alguém de fora. E quem vem de fora precisa ser vigiado. Isso acaba funcionando como um mecanismo de defesa dos moradores diante a movimentações de pessoas suspeitas na região.

Minha presença gera desconfiança. Fenômeno compreensivo dado o histórico de violência vivenciado e narrados por Esmeralda. Também sou visto como uma fonte de oportunidade. Ao circular durante o dia da Vila União foi parado por uma mulher negra de aproximadamente 30 anos que empurrava um carrinho com seu filho pequeno. A moça me pediu um emprego dizendo que o dinheiro do Bolsa Família já havia sido gasto com a alimentação da criança.

No geral, o contexto de desconfiança e tensão pode ser compreendido pelo passado da região. Esmeralda e a comunidade de moradores que pertencem as vilas Icaraí e União-Ferroviária conviveu a maior parte do tempo com esses grupos, não reconhece neles modelos confiáveis de convivência. Como mostra o artigo *Barbarizações do conflito social: lutas por reconhecimento no início do século 21* (2014) a propagação de conflitos e tensões sociais emergem em contextos onde a inclusão é negada ou em situações de discriminação não identificadas. (HONNETH, 2014, p. 160). Desde modo, o Governo do Estado do Paraná ao reconhecer que a região merecia ser “pacificada” remete à uma institucionalização da tensão social através de política de Segurança Pública com a instalação de uma Unidade Paraná Seguro (UPS)²⁸ em março de 2012. O que tornou a presença das viaturas de policias algo normalizado entre os moradores e moradoras. Assim como afastou os grupos e criou um clima de desconfiança entre nós/eles.

A Teoria do Reconhecimento mostra a partir das experiências de reconhecimento que a vida em sociedade é um trabalho que exige o compartilhamos ideias, sentimentos, ações e práticas. Esmeralda diz que se sente sozinha. Isso, é uma forma de manifestar o

²⁸ Política de Segurança Pública adotada pelo Governo do Estado no Paraná a partir de 2012 seguindo o modelo de Unidade de Polícia Pacificado (UPP) implementada no Rio de Janeiro em áreas urbanas consideradas violentas pelo poder público. Além do bairro Uberaba, houve a instalação de mais 13 UPS's em outros bairros de Curitiba – PR.

conflito que sente diante seus esforços, capacidades e necessidades ao longo de sua vida. A sua solidão é resultado de quem lutou desde muito cedo para conseguir ser uma pessoa autônoma, independente e, quem sabe, feliz.

Mas, sua solidão é uma metáfora da realidade, afinal, sua vida é ocupada com a presença da filha e dos amigos. Como Marcos e Kátia. Sendo assim, nunca esteve plenamente sozinha. Esmeralda prefere ficar sozinha porque gosta de preservar em silêncio os méritos e as dores de suas conquistas.

Como ela mesmo conta na vida que “Tudo a gente concilia. Tudo a gente tem que fazer alguma coisa mesmo que você não gosta, mas você precisa fazer. Então, [...] só gente mesmo que eu não gosto. O restante a gente faz. A gente vive, a gente faz.” Viver exige o cumprimento de obrigações sociais para a manutenção de vínculos éticos. Com isso, fazer ou deixar de fazer algo são ações motivados por situações de respeito/desrespeito reconhecido pelo sujeito que participa da relação. Reconhecer positivamente um ato, gesto, ação ou movimento perante si, permite o conhecimento sob outro como igual relação a uma mesma humanidade. Reconhecer negativamente, permite o conhecimento sob a outro como desigual. Dentro dessa relação do reconhecer e ser reconhecido e não reconhecer e não ser reconhecido, os seres humanos constituem suas vidas sociais, separando os diferentes e distintos e se agregando com os iguais e semelhantes. Ao menos, é isso que Esmeralda procura fazer em sua vida. Se isso estiver correto, sua luta por reconhecimento é uma luta por integração, respeito e diferenciação. Ela se integra a comunidade a partir do momento em que escolhe morar na ocupação, passa a reivindicar o respeito de seus semelhantes ao mesmo tempo que procura manter-se afastada deles.

“Viver dia a dia, um dia de cada vez” está é a síntese da luta por reconhecimento/não reconhecimento para Esmeralda. Sua história é de superação diante as condições materiais de vida. Conseguiu construir sua vida, uma identidade, certos modos de fazer, sentir e pensar que aos poucos vai sendo transmitido a filha na forma de amor e cobrança.

5.2. ANA: VITORIOSA

A memória dos pobres já é por natureza menos alimentada que a dos ricos, tem menos pontos de referência no espaço

considerando que eles raramente saem do lugar onde vivem, e tem também menos pontos de referência no tempo de uma vida uniforme e sem cor. É claro que existe a memória do coração que dizem ser a mais segura, mas o coração se desgasta com as dificuldades e o trabalho, esquece mais depressa sob o peso do cansaço. Só os ricos podem reencontrar o tempo perdido. Para os pobres, o tempo marca apenas os vagos vestígios da morte. (Albert Camus, O primeiro homem, 2015, pp.71-72)

A primeira vez que vi Ana foi no dia em que fui realizar a entrevista. Era uma mulher que fisicamente não aparentava a idade de 42 anos. Ela foi simpática e acolhedora. Transmitindo jovialidade e respeito na forma de me receber. O que tornou o clima mais leve do nosso encontro. Ela vestia uma calça, camisa e uma rasteirinha.

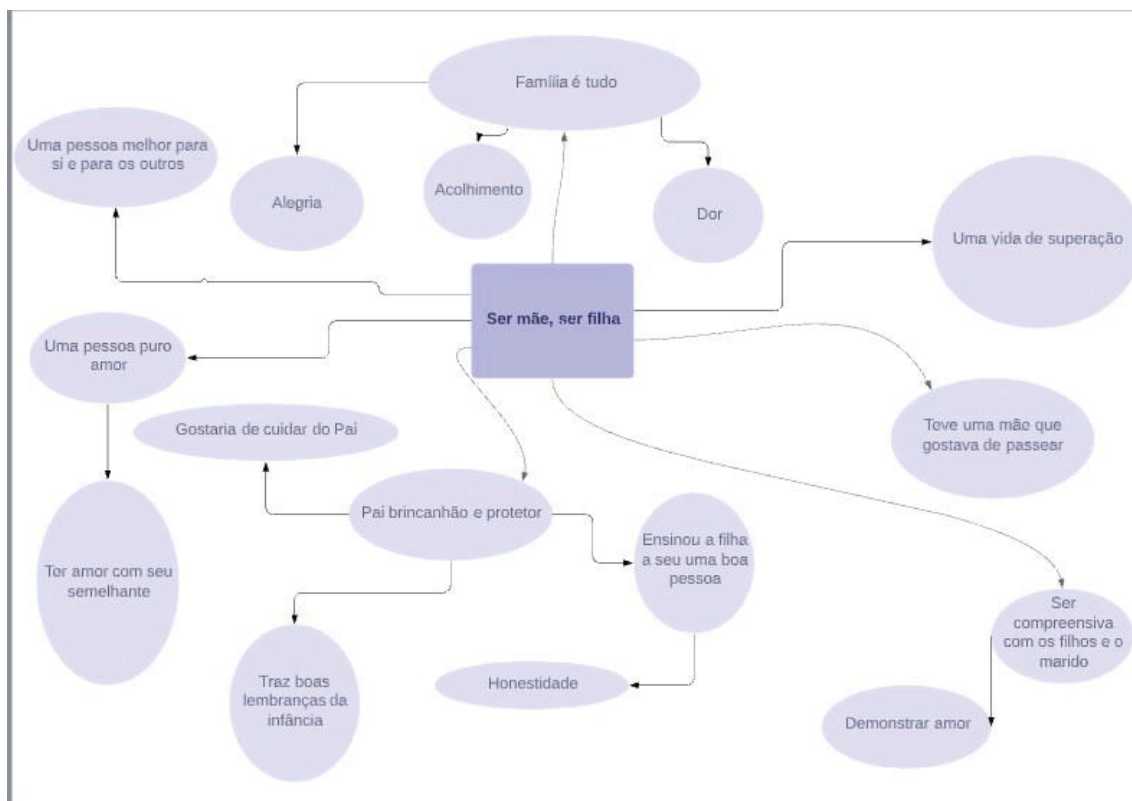
Assim que fomos apresentados por Aline, Ana me convidou para entrar na sua residência. Assim que passei pelo portão, seguimos por pequeno corredor até chegar numa espécie de hall de entrada. Na verdade, o espaço era uma sala externa, delicadamente decorada com trabalhos de artesanato e pinturas, organizado e decorado por Ana. Na sala podemos encontrar alguns traços de sua personalidade. Como os objetos distribuídos pelo espaço: um bebedouro colocado em lugar estratégico com o galão d'água protegido por uma capa em crochê e a moldura de um sapo verde colocado no lado oposto do bebedouro.

A poltrona ocupa um lugar privilegiado. Sentado nela, é possível ter uma visão panorâmica da sala. Ela fica simultaneamente de frente para a porta da casa e para o corredor da rua, de modo que, é possível observar quem entra e quem saída da casa. A sala o espaço favorito de Ana. A delicadeza da decoração do espaço revela a delicadeza de uma mulher que acredita ter vencido na vida. É ali, na poltrona, que ela senta para tomar seu café e “pensar na vida” acompanhada de “bolinha”, seu cachorro.

Ela me convida para sentar em um dos dois sofás. Assim que nos sentamos, Ana, ao recordar seu passado se emocionada e em lágrimas diz que quanto choramos é porque as feridas estão curadas. Assim que ela termina de enjugar as lágrimas, peço licença para ligar o gravador e iniciamos nossa conversa. Ana, mora há 20 anos na vila e passou por experiências que fizeram ela construir ao longo da sua vida a figura de uma mulher “vitoriosa”. A seguir, seguindo a metodologia, analiso sua entrevista a partir de três eixos

que caracterizam uma luta por reconhecimento: autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

FIGURA 9 – ANA: SER MÃE, SER FILHA



FONTE: o autor (2020).

Ana nasceu na cidade de Curitiba – PR no ano de 1977. Foi morar na Vila Icarai em meados dos anos 2000. Era o início da ocupação dos primeiros terrenos junto com as construções das primeiras casas. Ela tinha o contato de uma amiga que morava a mais de um ano na “invasão” como relata. Na época morava na rua, por isso, não tinha condições financeiras de comprar ou alugar uma casa para morar. Resolveu ir ficar perto da amiga e lutou para conseguir ocupar um terreno.

Com o tempo, no passar dos anos foi conseguindo a melhor suas condições de vida. Driblando as situações de vulnerabilidade do passado. Levantando-se com persistência, amor, carinho e solidariedade que permitiram a ela “conseguir construir uma vida” num contexto histórico de dificuldades: “Eu sou vitoriosa. [...]. Tenho muito orgulho de mim. Por tudo o que eu passei. Tudo que eu sofri nesta vida muitas pessoas não suportaria [...] estou aqui de pé e com muita força de vontade de lutar.”

Vitória é uma palavra usada para representar um triunfo sobre algo ou a conquista de alguma coisa. A vitória na vida de Ana tem o sentido de superação de algumas situações adversas que precisaram serem contornadas. Sua vida tem sido construída, em suas próprias palavras “tijolo por tijolo”. Quando compara seu passado com o presente, Ana responde com firmeza que se considera “outra pessoa”. Isso significa, que sua história passou por transformações significativas que modificaram sua posição social e *status* em relação a outros moradores da vila. Atualmente, vive com o marido e os dois filhos numa casa própria construída aos poucos ao custo de muita economia, trabalho e afeto.

A narrativa das conquistas sobre a própria vida também é uma forma de Ana se reconhecer a si mesma e aos outros. Como ocorre em relação ao pai, irmãos, filhos, amigos e conhecidos. Ao ler sua entrevista, encontramos frases que expressão a confiança, respeito e estima sobre pessoas que a ajudaram a ter uma “vida boa”. Hoje, ela se vê como uma “boa companhia” que quem compartilha ideias e troca experiências com outras pessoas no sentido de ajuda-las no que for possível à também terem uma vida boa.

Ana alcançou o lugar de torna-se “dona de si” acessando um tipo de conhecimento divulgado por meio de livros de autoajuda que permitiu a ela ter um melhor “controle sobre o pensamento”. Foi lendo o livro do escritor americano Napoleon Hill, Quem pensa enriquece (1937), que ela encontrou o sentido para sua prática de ser dona de si. Na verdade, como ela mesmo conta, foi graças a prática do autocontrole dos sentimentos e pensamentos que ela passou a “compreender melhor o mundo a sua volta”. Com isso, passou a pensar de forma estratégicas suas ações que permitiram a ela, realizar-se materialmente. Como foi o caso da compra de um novo carro. Segundo Ana, ao se focar positivamente, conseguiu adquirir o veículo.

No passado, antes de ter ido construir a vida na vila, aos 17-18 anos, Ana, passou por uma situação de extrema vulnerabilidade social com a experiência do abandono de parentes se viu obrigada a ter que ir morar na rua. Ao relatar tal situação, ela não conseguiu segurar as lágrimas de sofrimento por ter enfrentado está situação. Foi usuária de drogas e passou por experiências que prefere não falar. Ana e o filho mais velho na época com dois anos chegaram a passar fome. Devido as faltas de condições de criar o filho, teve que deixá-lo com o pai. Depois disso, ficou três anos na rua até conhecer o atual marido.

“Sou digna” é uma das justificativas de Ana para atual momento de sua vida na Vila União-Ferrovária. Onde junto do marido, cuida de seus dois filhos. Um jovem de 18 anos e outro de 12. O mais velho é fruto do seu primeiro casamento. O mais novo do seu segundo. A “vida maravilhosa” que construiu ao longo dos últimos 20 anos acompanhou o processo de regulamentação fundiária e urbanização da região que permitiu uma melhora gradativa do bem-estar coletivo dos moradores.

A família permitiu Ana ter um lar e uma infância protegida. Ela é filha de um “baiano” e a falecida mãe, como ela me diz era “índia”. Quando pedi para falar um pouco sobre sua família, ela começa contando que com o falecimento da mãe, o pai foi embora para São Paulo. Ela e os irmãos só foram saber do paradeiro do pai três anos depois. Em São Paulo, o pai havia se casado com outra mulher.

Nessa época eu era casada com outro homem que eu também fiquei uns dois anos com ele só. A gente se separou. Tem a minha irmã mais velha, ela é professora. A minha irmã, uma outra mais velha que eu, ela também...é chefe de cozinha. Meu irmão, ele tem uma firma. Todos casados. Todos têm filhos. (ANA, 2019).

As brigas de adolescentes deixaram os irmãos afastados durante muito tempo. Mas, hoje, cada um com suas respectivas famílias, como diz Ana, “Todos casados” e “Todos têm filhos”. Ambos adultos, constituíram suas famílias que exigiram responsabilidade, dedicação e cuidado diferentes da época da adolescência. Ao falar dos irmãos, Ana, celebra a confiança entre eles, ao falar sobre os momentos de lazer compartilhados entre as famílias quando fazem suas animadas festas que contribui para a manutenção dos vínculos de confiança:

Qualquer coisa a gente faz festa. No meu aniversário todo mundo veio pra cá. É aniversário da minha irmã todos nós vamos pra lá. O aniversariante não gasta nada. Eu levo um bolo, o outro um salgado, o outro leva um refri, a gente faz uma festa. Pra tudo a gente tem uma festa pra poder se encontrar. Sempre a gente de junta. Domingo a gente tava aqui, todos nos juntos aqui no domingo. Almoçamos...tomamos café, almoçamos, jantamos. Por eles ficava mais ainda, mais um horário aqui sabe. É muito gostosa a nossa família, eu adoro a minha família. A gente ficou muito tempo afastados. Quando a gente era adolescente. Porque quando a gente é adolescente, a gente não quer saber do irmão. Mas hoje, hoje em dia a gente é muito grudado. Todos nós. Eu adoro eles. (ANA, 2019).

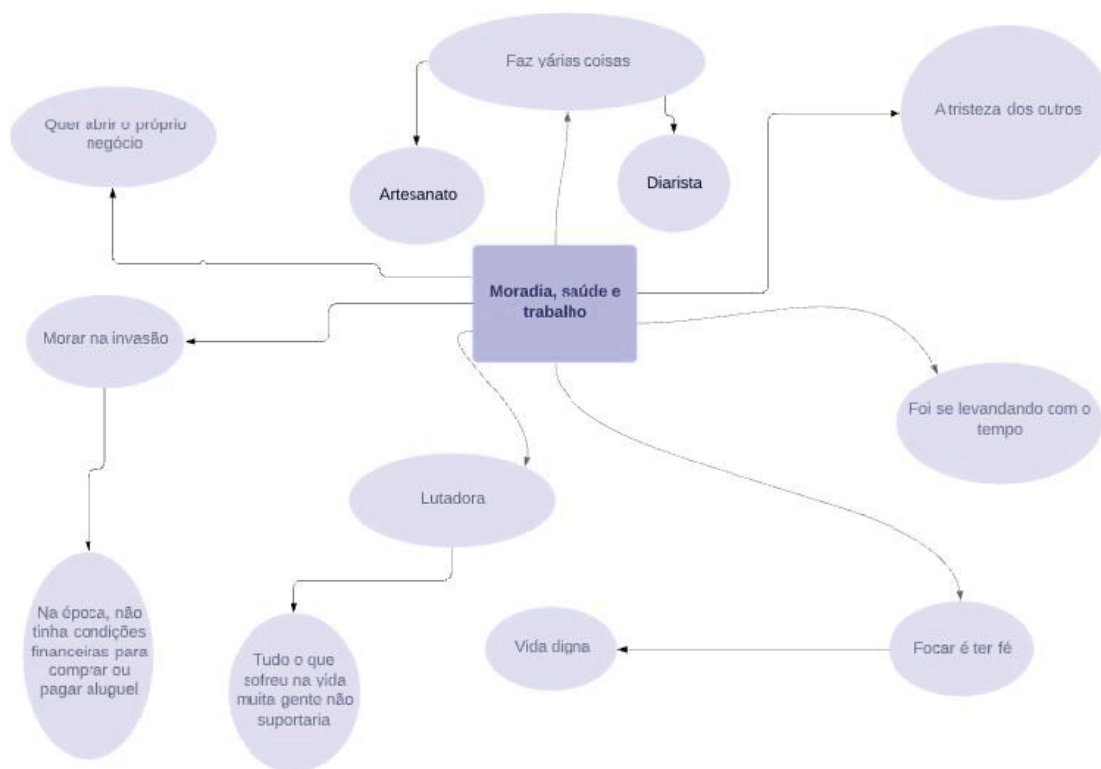
Para se chegar até as boas experiências do presente que confirmam o carinho pela família, Ana, comunica as experiências de dores do passado. Falando sobre a perda da mãe e o desaparecimento temporário do pai. O desenvolvimento de um sentimento de confiança com os irmãos que só foi possível depois que todos conseguiram estabilizarem suas vidas. Quando lembra da infância, fala como o pai foi bom com a mãe e deu condições para ela e os irmãos seguirem em frente em suas vidas.

Minha infância foi bem legal. Meu pai trabalhou a vida inteira de vigilante, guarda. Meu pai conseguiu dar uma vida boa para gente. Na rua que a gente morava eu acho que a gente era as pessoas mais bem de vida que tinha naquela rua era nós. Meu pai nunca deixou faltar nada dentro de casa. Meu pai sempre foi muito bom, muito, muito bom. Ele brincava muito com a gente. [...]. Naquela época, nesta idade a gente tinha oito anos, até doze, nenhum pai brincava com as crianças. A maioria dos pais era ruins, bravos. Meu pai não. Meu pai brincava muito com nós. Minha mãe passeava muito com a gente. Eu fui feliz. Me pai foi protetor. (ANA, 2019).

As origens da autoconfiança de Ana estão no passado de uma família que trouxe a sensação de proteção social e sentimento afetivo que toda criança necessidade para desenvolver-se de forma satisfatória. Lembra do carinho da mãe, das brincadeiras do pai e das brigas com o irmão. Ela e os irmãos cresceram num lar protegido pelo pai e cuidado pela falecida mãe.

Casou-se aos 15 anos com um homem mais velho, 22 anos. Passou por dificuldades ao constituir outra família uma vez que foi traída e abandonada pelo primeiro marido. A jovem Ana se viu obrigada a deixar o filho aos cuidados do pai, pois, não tinha condições financeiras de sustentá-lo. Quando procurou os parentes em busca de ajuda, eles não poderão ajuda-la. Ana passou três anos morando na rua.

FIGURA 10 – ANA: MORADIA, SAÚDE E TRABALHO



FONTE: o autor (2020).

As experiências de respeito/desrespeito de Ana ajudam a explicar as estratégias de sobrevivências que ela teve que adotar para driblar contextos de privação de direitos e exclusão social que enfrentou na sua vida. A luta para se conseguir um lugar para morar foi árdua e persistente.

Eu vim embora pra cá. Eu vim embora sozinha. Quando eu vim embora pra cá, eu tinha um terreno lá em cima. Era o começo da invasão, sabe? O homem vendeu para mim um terreno por R\$ 1.000,00 parcelado. Tinha uma casinha só em cima. Vim morar sozinha no meio da invasão. Hoje em dia, eu tenho terreno lá ainda. Tenho duas portas de comércio lá. Mais, nossa foi bem difícil que quando a gente veio para cá. Tipo era só a casinha não tinha banheiro não tinha não tinha nem como fazer o banheiro. Não tinha nada. A minha vizinha deu um pote para mim usar como banheiro porque não tinha nada. O homem deixou um fogão para mim. Uma mulher meu deu um colchão bem velho. Eu fiz uma capa nele pra mim dormir em cima. Eu só tinha isso na casa. Não tinha mais nada. Com o tempo eu fui conseguindo as coisas. Fui me levantando. Trabalhando. Fazendo as coisas. (ANA, 2019)

Uma casa, um pote, um fogão e um colchão velho forma as primeiras propriedades de Ana na invasão. Consciente de suas precárias condições de vida, mas com a esperança de dias melhores ela foi “conseguindo as coisas”, se “levantando” e “trabalhando”. Esses

sinais de autorrespeito partiram de contextos de desrespeito social que exigiram uma resposta de Ana.

Quando eu vim morar pra cá, lembro que catava papel. Também juntava as coisas na rua para vender, sabe? Eu lembro um dia que faltou um gás em casa e a foi a primeira vez que eu fui catar papel. Pensei assim, “Ah não vou garimpar aí no meio deles”. Lembro que o homem até não gostou de eu ter ido junto também porque seria mais dinheiro para dividir. O dinheiro que eu peguei as coisas comprei o gás. (ANA, 2019).

Como mostra Honneth, o trabalho a partir de uma perspectiva do reconhecimento social pode ser metodologicamente explicado com a aplicação de três etapas. Primeiramente, visto como seguro e dotado de sentido, só pode ser considerado enquanto tal, se estiver inserido de forma racional as estruturas de reprodução do capitalismo. Em segundo lugar, com o modo como as relações sociais de produção estariam conectadas às condições de reconhecimento a partir as trocas de realizações. Em outras palavras, “para cada trabalho que ultrapassar o limiar da ocupação puramente privada e autônoma deve valer que ele precisa estar de algum modo organizado e estruturado, para possuir a dignidade do reconhecimento prometido pela sociedade.” (HONNETH, 2008, p. 48). Por terceiro é preciso observar as exigências imanentes geradas a partir do encaixe estrutural entre trabalho e reconhecimento, levando em consideração a organização do mercado de trabalho. No caso de Ana, o trabalho precário foi agravado devido sua condição de vulnerabilidade social. A renda oriunda do trabalho com material reciclável garantir a manutenção da sua subsistência nos primeiros anos de moradia na ocupação.

Passados vinte anos, Ana já não precisa mais “catar papel”, como conta, atualmente trabalha com várias coisas como artesanato, colorimetria capilar, diarista e vendedora de produtos naturais. Em relação ao futuro, Ana imagina abrir um negócio próprio: um Centro Estético e Spa. Como ela mesmo afirma “e isso vai acontecer.” Ela está empolgada com o curso de colorimetria. Projeta seu futuro profissional em cima das expectativas que tem sido criada com o andamento do curso. “Estou maravilhada com o curso. É muito mais do que eu esperava.” A visão positiva que nutre de si mesmo permite a Ana superar as dificuldades do passado e as urgências do presente, projetando um futuro próspero e com sucesso para si mesma e sua família. Onde consiga ter as condições materiais e sociais para a realização de uma vida boa. No caso da vida de Ana, amor e dinheiro.

A visão positiva de si mesmo que posso chamar de autorrespeito conforme a categorização de Honneth, é forjada nos conflitos gerados por uma luta por reconhecimento social na esfera tipo-ideal da imagem do “direito”. O direito a viver uma vida digna, no caso de Ana, é representada a partir das experiências de respeito/desrespeito que a ajudaram a constituir uma autoimagem de uma pessoa vitoriosa que lutou para construir a vida que tem ao lado do marido e dos filhos.

Em relação a privação de direitos e da exclusão, são percebidas por ela a partir de um vocabulário da cultura popular que permitem identificarmos uma ideologia meritocrática que valoriza as conquistas sociais, como por exemplo, o direito ao trabalho, emprego e renda a partir de sacrifícios e esforços individualizados. Além disso, no caso de Ana, os ideais de esforço, sucesso e desempenho ajudaram a criar critérios de diferenciação diante os outros e de individualização para si na imagem de uma “pessoa de bom grado”, “pessoa acolhedora” e “companheira”. Essa forma de reconhecer a si e aos outros revela também uma “ética do bem” que acredita que fazendo o bem será recompensada com coisas boas.

Eu vou lá tentar, não precisa dizer se vai ou não vai dar certo. Eu vou lá tentar. Deixa eu. Porque o não já tenho. As vezes que eu tive que quebrar a cara eu já quebrei todas. Então tudo o que vir agora é de brinde, aprendizado. Então, eu tento fazer o que eu quiser eu vou enfiar a cara e ponto. Não importa quem fala ou não fala. Eu acho que eu vou ter bastante sucesso na minha vida nem que seja mais velha, mas eu vou ter sucesso. É o que eu quero.

Eu tenho vontade de abrir a cabeça das pessoas [...]. Para eles poder entender que a vida melhor a partir do momento que você é dona de si. Mas a maioria das pessoas é muito irracional ainda. Não, não consegue levar nada a sério. A gente fala, a pessoa fala aí é muito vago que você fala, a pessoa não entende nada não tem nem tenta nem estudar pesquisar qualquer coisa que seja para aprender, não quer. Tudo mundo que eu converso pouquinho, eu tento ensinar um pouquinho de das coisas. Quando eu tento semear alguma coisa. O tempo inteiro assim. Acho que ficam até com raiva de mim quando eu tento...passando alguma coisa. Quando eu falo pro mal não vai ser. Então é pro seu bem. Se for para o seu bem você tem que colher. (ANA, 2019).

As noções mobilizadas para explicar a luta por reconhecimento na esfera do autorrespeito na vida de Ana, nos diante uma realidade que foi construída com muita persistência.

Ana demonstrar possui uma estima por si que faz com que ela se perceba como uma referência para as outras pessoas. Como seus vizinhos, parentes, amigas e amigos. Quando tem a oportunidade, Ana, ajuda, conforta e instrui a quem precisa. Ela é uma

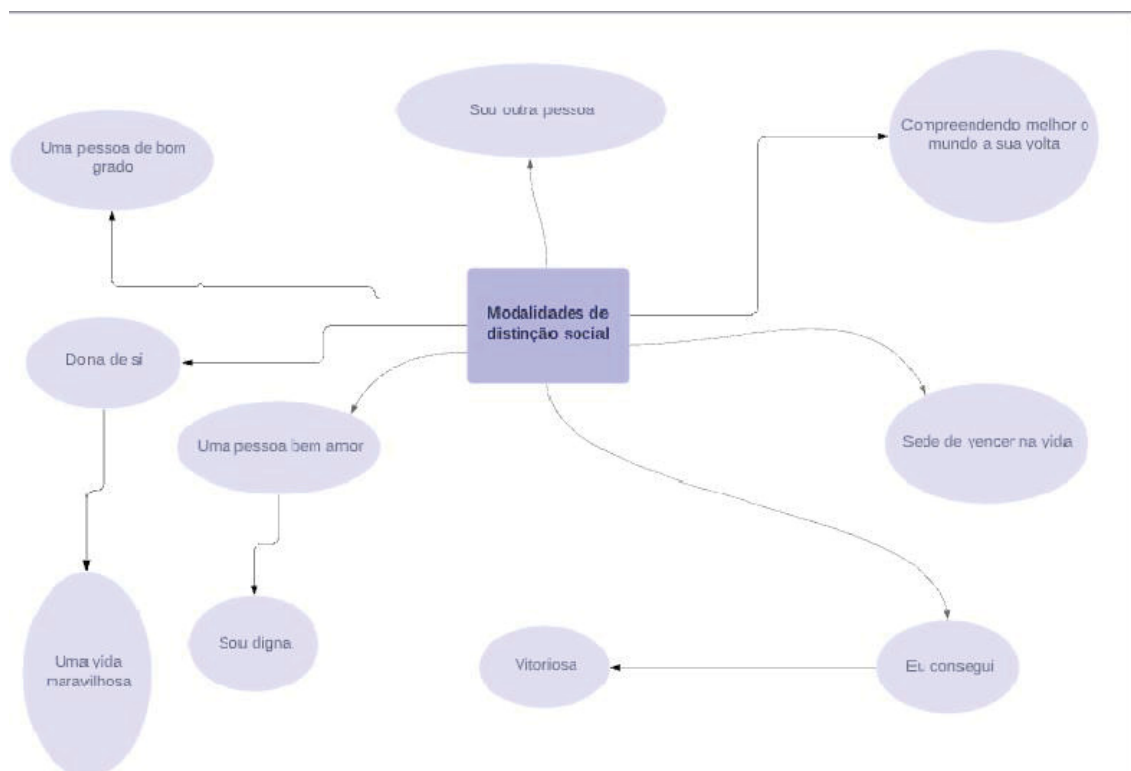
pessoa confiante de si e que fica feliz quando compartilha dessa felicidade. Foi assim que aprendeu com a bondade e generosidade do pai, e assim, que tem aprendido a ser uma pessoa melhor. Sente a obrigação de compartilhar com as pessoas seus conhecimentos e experienciais.

Apesar da confiança, Ana tem consciência das limitações sociais da sua ação. Não poderá mudar a realidade da forma que espera e muito menos tem o poder de transformar uma situação injusta. Ela é uma pessoa que sofre quando não pode ajudar alguém que precisa porque consegue sentir empatia pelo sofrimento dos outros. Ana consegue identificar sinais de sofrimento no menino que está com câncer e com a enteada que tem depressão profunda. Quando ela narra essas duas situações seus olhos se enchem de lágrimas. Ela limpa as lágrimas com a manga da blusa e continua dizendo que “Ver a tristeza dos outros, meu Deus do céu, acaba comigo.” Dizer que fica triste por não conseguir “sara as pessoas”.

Diz que se sente “acabada” quando percebe o sofrimento em outras pessoas sinais de dor e sofrimento. O exemplo dessa relação com o outro, o modo de reconhecimento pode ser caracterizado pela estima social, neste caso, a dimensões da personalidade mobilizadas através do reconhecimento de capacidades e propriedades dos indivíduos na relação, no caso de “ver a tristeza dos outros” ao ponto de querer “sara as pessoas” nos revela uma forma de reconhecimento demarcada pela solidariedade. Segundo Honneth (2009) é nesta esfera do reconhecimento que o sujeito encontra oportunidades para sua “individualização”. Para Ana que se considera alguém que já sofreu como a enteada. Segundo me conta ficou “baqueada” com a visita da menina:

Até agora eu estou meio baqueada. Uma menina de 19 anos que nunca usou drogas nunca fez nada, não usa álcool, nada sabe? Só de ver a situação que estava a menina sabe? Ela...fazia uns cinco meses que não tomava banho. Muito bonita com os dentes todos podres. Eu falei para ela tomar um banho, e com muito custo ela foi tomar banho. (Ela) chamou eu ali no banho: ‘Tia vem aqui’. Eu cheguei lá fui tirar a blusa, a blusa colada nela, no corpo. Isso, é o que mais me machuca. O que mais me deixa triste, esse tipo de coisa. E ver o sofrimento das pessoas e eu não poder fazer nada. Porque se pudesse eu acolhia. E fazia. Eu quero ajudar. Eu quero sara. Curar elas. Para elas não sofrerem mais. É o que mais me deixa triste de verdade. (ANA, 2019).

FIGURA 11 – ANA: MODALIDADES DE DISTINÇÃO SOCIAL



FONTE: o autor (2020).

Ao narrar o passado de sua família, Ana tece uma linha histórica de um curto período de tempo, mas, decisivos para sua vida privada.

Eu tinha de 17 pra 18 anos. Eu já tinha casado muito cedo. Eu já casei com um homem muito mais velho do que eu. Ele tinha 22 anos, eu só tinha 15 quando eu casei com ele. Eu era filha de pais evangélicos. Meu pai e minha mãe eram evangélicos. Deixa eu pegar uma água. (se levanta para ir buscar um copo d'água). Eu casei com ele, mas ele era um homem mais velho. Não queria casamento naquela época. Não queria casamento. Foi muito rápido eu casei com ele e minha mãe faleceu. Minha mãe morreu. Meu pai foi embora e eu fiquei sozinha. Meu irmão ficou na casa de uma mulher e tinha 17 anos minha tia colheu minha outra irmã. Uma outra irmã que tenho, ela casou e está morando numa outra invasão. Eu tentei morar na casa dela, mas o marido dela não queria que eu morasse lá. (ANA, 2019).

O significado formal para a palavra “trecho” remete a um “intervalo entre dois pontos no tempo ou no espaço” ou um “fragmento de texto, música etc” e a “parte de um todo, fração e segmento” (HOUAISS, 2010). Para Ana, trecho representa um período de sua vida com privações, vulnerabilidades e sofrimentos: não tinha onde morar, foi abandonada afetivamente e economicamente pelo pai do seu filho, recusadas pelos

parentes e sem ter onde ficar, ela recorrer as condições que tinha a sua disposição naquele momento. Foi morar numa construção abandonada pelo pai na região metropolitana de Curitiba-PR. Em situações de extrema precariedade, ela conta que:

E a casa tinha um pedaço de teto e outro pedaço não tinha. Eu entrei lá morar lá com ele. Nossa, a gente passou muito fome, nos dois sozinhos lá. De noite tinha vezes que ele pedia mama e eu (Ana cai em lágrimas). Chacoalhava uma garrafinha de água com açúcar e dava pra ele. Ele falava bem assim “não é mama”, e falava “é mama sim. Toma que é mama”. Ele “não é não”. Eu “é sim. Pode tomar”. Tinha um arroz 5 kilos todo carunjado, eu jogava uma água, o carunjo subia, eu tirava (mais lágrimas) e cozinhava pra ele. Eu não aguentava mais aquilo. (ANA, 2019).

Depois de “não aguentar”, Ana resolve tomar uma atitude para minimizar o sofrimento do filho deixando com o pai. Ela só vai reencontra-lo depois de três anos. Durante esse tempo, morou na rua. Como conta, tinha uma amiga que acompanhava em suas andanças pela cidade. Foi numa dessas caminhadas que Ana conheceu o atual companheiro:

Dai um dia passeando no meio do mato, a gente desceu no meio do mato. É até estranho quando alguém me pergunta da onde conheci o meu marido. Um homem que nossa, pensa num homem que ele é. Eu estava lá no mato. Dai passou a bicicleta e ele começou a falar comigo. A gente se conheceu assim. Ele disse que gostou de mim, eu falei impossível ninguém gosta, não sei o que e tal. Ele foi conversando, conversando comigo e chamou eu para morar com ele[...] (ANA, 2019).

Conhecer o marido e ter ido morar na ocupação da Vila Icarai são dois fatos biográficos narrados por Ana que marcam a passagem da “vida no trecho” para a “vida na ocupação”. Na ocupação, ela restaura parte da experiência de vida de anos atrás, na época do primeiro casamento. Um pouco mais madura e também com maiores dificuldades econômicas, encontra um companheiro disposto a compartilhar afeto, respeito e confiança. Dessa aliança, nasceu seu segundo filho. Ana diz estar feliz no casamento e que apesar da falta de dinheiro, considera que a vida familiar é prospera e de sucesso.

A partir do que foi relatado e analisado, podemos concluir que a luta por reconhecimento de Ana é marcada por situações de superação diante adversidades relacionadas a sua condição de mulher, trabalhadora e moradora da periferia que

conseguiu subverter os padrões precários de existência em parâmetros que fazem sua vida ser digna.

5.3. RAUL: SACRIFÍCIO

*Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
Que caminha para a morte pensando em vencer na vida
Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
Que tem no fim da tarde a sensação
Da missão cumprida.*
(Belchior, Pequeno perfil de um cidadão comum)

A primeira vez que ouvi a voz de Raul foi quando cheguei no portão de sua casa. Depois que Aline chamou por seu nome, uma voz grave e firme gritou “pode entrar”. Ao passar pela entrada meus olhos procuram pelo dono daquela voz. Ele está sentado no sofá da sala. Local onde se recupera de uma cirurgia bariátrica.

Raul, aos 25 anos, é uma pessoa que está tentando levantar-se na vida após um relacionamento frustrado e problemas relacionados a emprego e renda, tem lutado para se restabelecer novamente na vida. Vê o retorno a casa dos pais como uma oportunidade para consertar alguns erros do passado, como por exemplo, concluir o ensino médio e qualificar sua força de trabalho.

“Sacrifício” foi umas várias palavras usadas por Raul para descrever como tem sido o atual momento de sua vida, que segundo ele tem valido a pena. O sacrifício na sua vida tem um sentido de renúncia voluntária em favor de algo ou de alguém, por razões religiosas, morais e práticas. Ele teve que abdicar de um casamento, do contado diário com seu filho e da vida em outra cidade. A renúncia ao próprio corpo para salvar sua vida. Ao retornar para a casa dos pais, ele tem a oportunidade de restaurar sua autoconfiança para continuar sua vida. Com o autorrespeito enfraquecido, ele aponta para uma possível retomada da sua autoestima:

É uma diferença que eu vejo. Mas eu demorei, tinha que pagar para ver. Porque o ser humano é muito assim, tem que pagar. Certas coisas têm que pagar para ver. Eu com a dificuldade, desemprego, daí vai embolando tudo. Tenho que voltar a estudar. Procurar pelo menos um curso. Você vai disputar com uma pessoa. (RAUL, 2019).

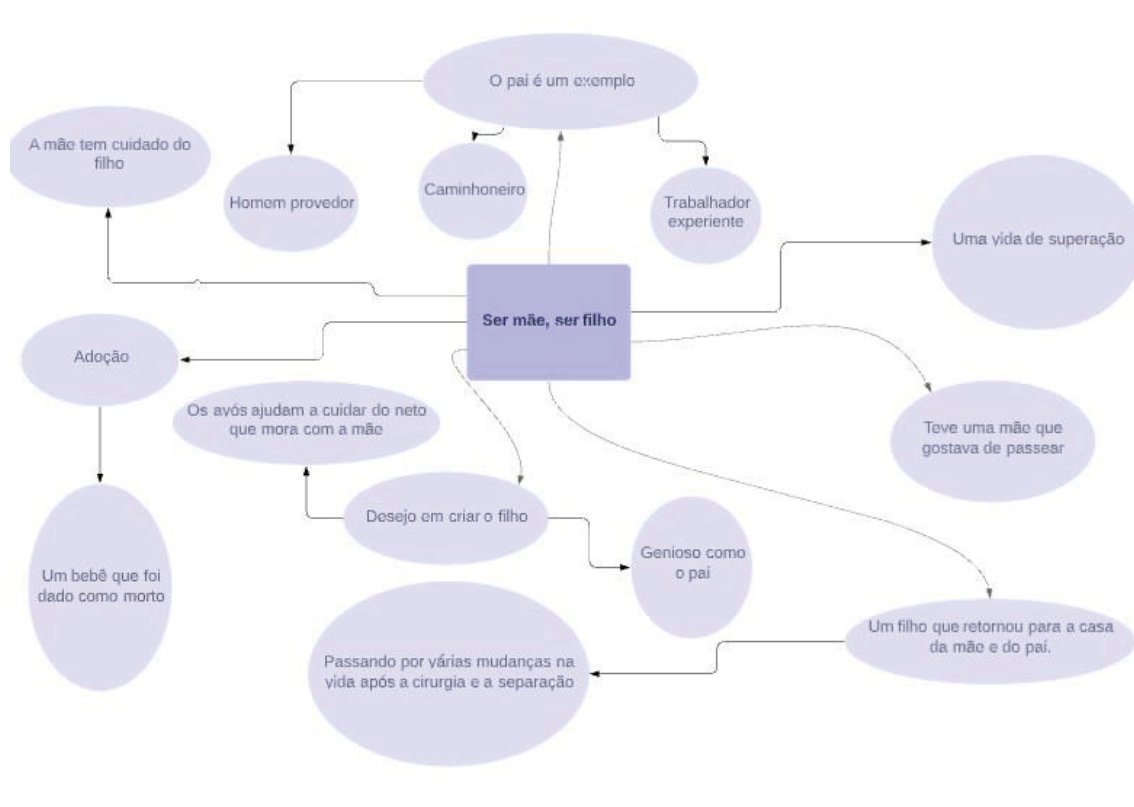
“Pagar para ver” é uma metáfora para escolhas que fazemos na vida. Correndo o risco de errar ou acertar, a depender do contexto da aposta. Apostamos em sonhos de

acordo com o grau de ambição que aplicamos sobre nossos interesses pessoais. Na maioria das vezes, as condições materiais que tornam possíveis a realizações dos interesses são negligenciadas. Com isso, o “pagar para ver” contextualiza a posição social, *status* e classe do indivíduo que age. No caso de Raul, sua vida está marcada por conflitos que precisam ser pacificados de algo forma. Para continuar “pagando para ver”, ele teve que se preocupar com sua saúde. O peso excessivo de seu corpo estava ameaçando sua integridade física, psicológica e social. Seu corpo estava adoentado, e por isso, exigia cuidados.

Entre as situações de discriminação e preconceito em relação a sua obesidade, Raul narra uma experiência que representa o contexto em que estava inserido. Quando uma funcionária do Recursos Humanos de uma empresa diz a ele: “Você não tem estudo. Você é obeso. Você quer o que da vida?” Mesmo não utilizando o vocabulário da teoria honnethiana, ele sentiu o ato de desrespeito em relação ao seu corpo, “eu vejo que o preconceito é muito grande com gordo. É enorme.”. Neste aspecto, talvez, a mais importante contribuição de Honneth seja ter encontrado uma associação entre as experiências de desrespeito social e o grau de motivação para a ação produzir uma luta por reconhecimento. Ou seja, o conflito prático que pode levar o sujeito da experiência agir socialmente com o objetivo de minimizar dores morais causadas por experiências de desrespeito.

Conforme afirma Honneth (2009, p. 220) as reações emocionais negativas que constituem a vergonha, ira, vexação e desprezo são sintomas psíquicos nas quais o sujeito percebe que seu reconhecimento social lhe foi negado de forma injustificada. No caso de nosso entrevistado, o preconceito em relação a seu peso foi uma ofensa a sua integridade moral. Assim como, o diagnóstico de falta de estudo e o planejamento de um futuro. Essa experiência gerou uma reação na vida de Raul. A consciência de sua vulnerabilidade o faz ir atrás de mudanças em sua vida. Passou a se preocupar com a saúde, foi atrás de uma qualificação profissional, retornou aos estudo e está à procura de um trabalho. Neste momento, ele se recupera e mesmo impossibilitado fisicamente de correr atrás de uma vida digna, ele sonha com dias melhores.

FIGURA 12 – RAUL: SER PAI, SER FILHO.



FONTE: o autor (2020).

Para Raul, a família é uma espécie de porto seguro para momentos de águas agitadas. Na Teoria do Reconhecimento, a família é destacada como a esfera social do reconhecimento afetivo. Ela é constituída a partir de relações de parentesco e afinidade. A relação entre mãe, pai e filho(s) pertence a esfera do reconhecimento social afetivo produzido através da dedicação emotiva nas formas do amor e amizade.

Segundo Honneth, nessa esfera do reconhecimento, se desenvolvem as relações de socialização primárias em que o indivíduo, considerado como um ser carente e dependente é acolhido por outros seres humanos que potencializaram por meio do afeto, isto é, o amor sentido e vivido, além ser um sentimento que representa de forma ideal o reconhecimento. O afeto também é uma forma dos seres humanos transmitirem através de suas relações certas formas de pensar, agir e sentir. O amor da forma e conteúdo à uma estrutura básica de condições sociais que permitem ao indivíduo construir uma imagem positiva ou negativa de si. Em outras palavras, a autorrealização do indivíduo depende da sua autoconfiança.

A autoconfiança pode ser compreendida como uma realização prática do sujeito no mundo da vida social. Na família, as relações sociais de reconhecimento são transmitidas por meio de ações que demonstrem determinada dedicação emotiva da mãe, pai, irmãos, tios, tias, amigos, amigas etc. Dessa forma, a personalidade é formada conforme suas carências afetivas são alimentadas e satisfeitas. No caso de Raul, as pessoas mais importantes para sua vida são seus pais. Em suas próprias palavras:

[M]eu pai e minha mãe primeiro lugar. Primeiro não tem nem para bater. Por causa da história. Na verdade, eu fui adotado. Eu sou adotado. Só que na época eles conseguiram provar e eu sou registrado. Essa moça que você viu, essa senhora você viu é a minha prima na verdade. Minha mãe de sangue teve quatro filhos. Deu os quatro filhos. Teve problemas psicológicos. Meu pai, esse meu pai que me criou que é o Antônio. Que a Aline conhece, a Esmeralda conhece. Um dia você também vai conhecer, que é a esposa da minha mãe, eles foram criados juntos. Meu pai ia para Paranaguá, eu morava lá tinha entre 3, 4 meses. Tinha uma doença, que medico tinha dado “você vai ter dois meses. Ele vai ter só dois meses de vida. Vai morrer”. Meu pai foi resumindo, na época ele me pegou. Conseguiu criar. Conseguiu tirar, curar essa doença. 2 anos demorou para curar. Ia no médico. Minha mãe me levando. (RAUL, 2019).

O pai e a mãe acreditaram na sobrevivência do filho. Este ato de amor é um acontecimento fundamental na vida de Raul. Suas palavras são tidas em um tom de voz doce e suave. As pausas nas frases são para respirar e manter a formalidade da entrevista. Ele procura demonstrar pouca emoção e muito reconhecimento pelo gesto dos pais de ter lhe dado um lar. Por isso, o retorno ao lar é uma oportunidade de Raul organizar sua vida num contexto de confiança, amor e cuidado. É assim, que ele espera pacientemente se recuperar para dar continuidade a sua vida. Reconhecendo para si mesmo o esforço que tem feito para mudar, assim como, reconhece nos pais o esforço para ajudá-lo. Neste caso, o sacrifício é recompensado pelo sentimento de gratidão que sente dos pais e que um dia espera retribuir.

Quando Raul casou-se, ele continuou morando na casa dos pais. Depois de um desentendimento com o irmão mais velho, o pai convida Raul a ir morar em outro endereço com a sua esposa. Morou um tempo de aluguel no bairro Mercês antes de se mudar para Paranaguá-PR com as expectativas de encontrar um lugar mais tranquilo para viver e cuidar do filho. Quando seu filho tinha acabado de completar 4 anos seu casamento chegou ao fim. Ele teve que voltar para Curitiba-PR e a ex-companheira continuou morando no litoral paranaense.

Após terminar seu casamento voltou a morar com os pais. Tendo um lugar seguro e protegido para ficar, ele, encontrou o contexto que precisava para cuidar de si. Raul, já estava se preparando a pelo menos um ano antes da cirurgia bariátrica. Seu era objetivo resolver problemas de saúde ocasionado pela obesidade como a diabetes, pressão alta e a pínea do sono. A cirurgia bariátrica²⁹ é indicada para pessoas que sofrem com obesidade mórbida há mais de cinco anos e que possuem um Índice de Massa Corpórea (IMC)³⁰ de 35 kg/m² a 39,9 kg/m². Segundo o Ministério da Saúde, o custo da obesidade no Brasil chega a aproximadamente 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Algo que é estimado em R\$ 84 bilhões por ano. Atualmente existem duas técnicas de cirurgia bariátrica: a *sleeve*³¹ e *bypass*³².

A cirurgia de Raul foi uma *bypass* de tipo aberta, onde é feito um corte de 30 centímetros no abdômen. O pós-cirúrgico tem exigido cuidados com a cicatrização e o uso de remédios controlados. Além de uma reconfiguração alimentar devido à redução drástica do estômago e na sua capacidade de processar os alimentos ingeridos. Ele conta que sofre para comer e que o remédio que toma para acelerar o processo de cicatrização causam dores estomagais que o incomodam bastante. Após a cirurgia, contou com o acolhimento e cuidado da mãe.

No momento, ele está desemprego, recuperando-se e erguendo-se como ele mesmo me conta. As experiências sociais narradas por Raul reivindicam uma luta por reconhecimento de alguém que busca por uma oportunidade para conseguir cuidar de si e cuidar dos outros: “Sou um cara que se preocupa com as pessoas”. Em quase um mês de pós-operatório perdeu 24 quilos. Até ano passado, pouco antes de iniciar o tratamento

²⁹ No Brasil, segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM) no ano de 2018 foram realizadas 63.969 cirurgias bariátricas. Desta, 49.521 via planos de saúde e 11.402 cirurgias pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e 3.046 cirurgias particulares conforme os dados da Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS). Em relação a 2017 houve um aumento de 4, 38%. De 2011 a 2018 o número de cirurgias bariátricas cresceu 84%. Durante este período foram realizadas cerca de 424 mil cirurgias. Segundo a SBCBM, o aumento está relacionado, principalmente, com a confiança da população sobre a eficiência do procedimento, assim como, o acesso ao conhecimento dos resultados obtidos com a cirurgia na melhora da qualidade de vida. Para se ter uma ideia, entre 2011-2018 o SUS, saltou de 5.370 cirurgia para 11.402. Um aumento de aproximadamente 112%. Porém, o número é baixo quando comparada com a população elegível para a cirurgia bariátrica que chega a 708 mil. Os 11.402 procedimentos representam 1,16%.

³⁰ Para referência, é o caso de uma pessoa de 1,70 metro e 116 quilos.

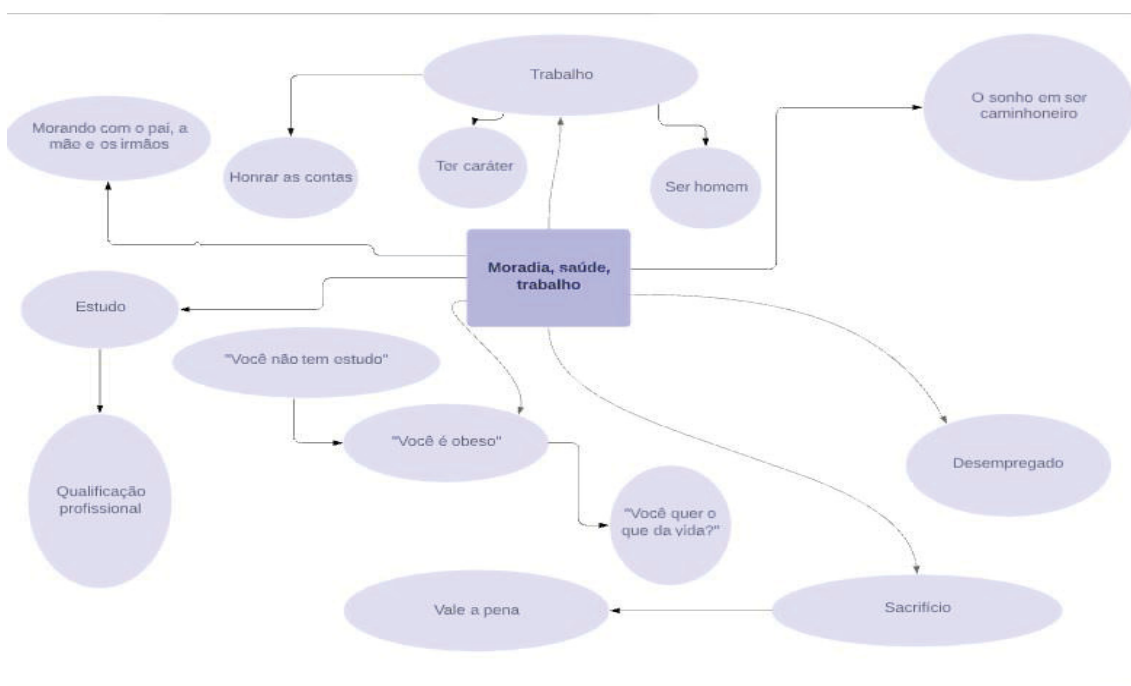
³¹ Com esta técnica, parte do estômago é retirado sem modificar o intestino. Esta técnica é recomendada para pessoas que apresentam um quadro menos grave de obesidade.

³² Esta técnica consiste em modificar o estômago com grampos ou cortes de modo a reduzir o seu tamanho. Também é feita alterações no intestino com o objetivo de reconecta-lo ao estômago. Essa técnica é responsável por quase 70% das cirurgias bariátricas realizadas no Brasil.

e a preparação para a cirurgia, pesava aproximadamente 200 kilos. Sua vida passa por mudanças, a começar pelo seu corpo. Raul procura restaurar o sentimento de confiança ficando perto dos pais e cuidando da sua saúde. Principalmente da mãe que tem dado apoio e carinho ao filho. O pai que trabalha como caminhoneiro, de longe ajuda financeiramente na manutenção da casa e na compra de remédios. A irmã mais nova trabalha e também ajuda nas despesas da casa. O irmão mais velho está desempregado.

Neste contexto familiar, Raul se recupera fisicamente e emocionalmente de situações que lhe obrigaram a agir. Ao retornar para a casa dos pais encontro proteção e amor, mas, isso por si só não resolvem plenamente seus problemas pessoais. O desemprego é algo que o incomoda. Quer contribuir financeiramente em casa, aplicando os ensinamentos que aprendeu com o pai, que um homem de caráter se faz por meio do trabalho e horando os compromissos domésticos e obrigações com as contas.

FIGURA 13 – RAUL: MORADIA, SAÚDE E TRABALHO



FONTE: o autor (2020).

O trabalho compreendido como uma categoria do pensamento que expressa modos de garantir as condições materiais de existência, é também uma categoria central na Teoria da Luta por Reconhecimento. Na narrativa sobre trabalho de Raul encontramos algumas associações em que sugerem a constituição de possíveis ações por

reconhecimento, reivindicando a participação nas três esferas de integração do reconhecimento social: afetiva, social e jurídica.

Nas palavras de Raul, a intenção da busca por reconhecimento, tão sentido a sua vida de modo a “dar orgulho para o pai”, “torna-se um homem”, formar um “caráter” e finalmente, e não menos importante, “honrar as contas” de casa. O atual *status* como trabalhador desempregado não impede Raul projetar um futuro diferente. Espera, mesmo que com sacrifício do pós-operatório, levantar-se na vida atrás de um bom emprego que torne possível melhorar materialmente sua qualidade de vida.

Raul, ainda não entrou um emprego compatíveis com seu sonho de comprar um caminhão e ser caminhoneiro para seguir os passos do estimado pai com “45 anos experiência”, diz, com orgulho e admiração. Na realidade, durante sua vida foram vários os empregos que teve. Trabalhou como servente de pedreiro, motoboy, vendedor, funcionário de malharia e antes da cirurgia, nos finais de semana trabalhava como segurança. Um bico, segundo Raul. Sem poder trabalhar por causa do pós-cirúrgico, ele se recupera e aguarda por uma oportunidade.

Define-se a si próprio, como uma pessoa que se “preocupa” com as pessoas. Neste momento de sua vida está se sentindo um indivíduo mais “maduro”. Quando tinha seus 16-17 anos não se preocupava com estudos, por isso também, largou a escola. Mas, passados quase dez anos resolveu retornar os estudos na modalidade de CEEBJA (Centros Estaduais de Educação para Jovens e Adultos). A escola é a noite, com isso, o período da manhã e tarde ficam liberadas para investir seu tempo em outras atividades. Uma delas é o curso profissional oferecido pela prefeitura de Curitiba no Liceu de Ofícios do bairro Uberaba³³. Ele está fazendo o curso para Porteiro e Zelador. Segundo me conta, o curso além de oferecer uma oportunidade de qualificação profissional tem aprendido com as amizades que fez com a turma que segundo ele gosta muito dele. O curso tem sido uma “experiência boa” que tem possibilitado o estabelecimento de vínculos com outras

³³ O Liceu de Ofícios do Uberaba segundo informações institucionais, oferece cursos gratuitos de qualificação profissional para populações a partir de 14 anos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social. Os cursos têm por objetivo ampliar e diversificar as capacidades e habilidades pessoais e de promover melhores condições de empregabilidade e geração de renda ao público alvo. Os cursos são de curta e média duração, oferecendo até 14 modalidades de qualificação profissional. Essa grade de escolhas é renovada a cada dois meses. Para participar o candidato precisa apresentar sua carteira de identidade, cadastro de pessoa física, certidão de nascimento e comprovante de escolaridade e comprovante de endereço.

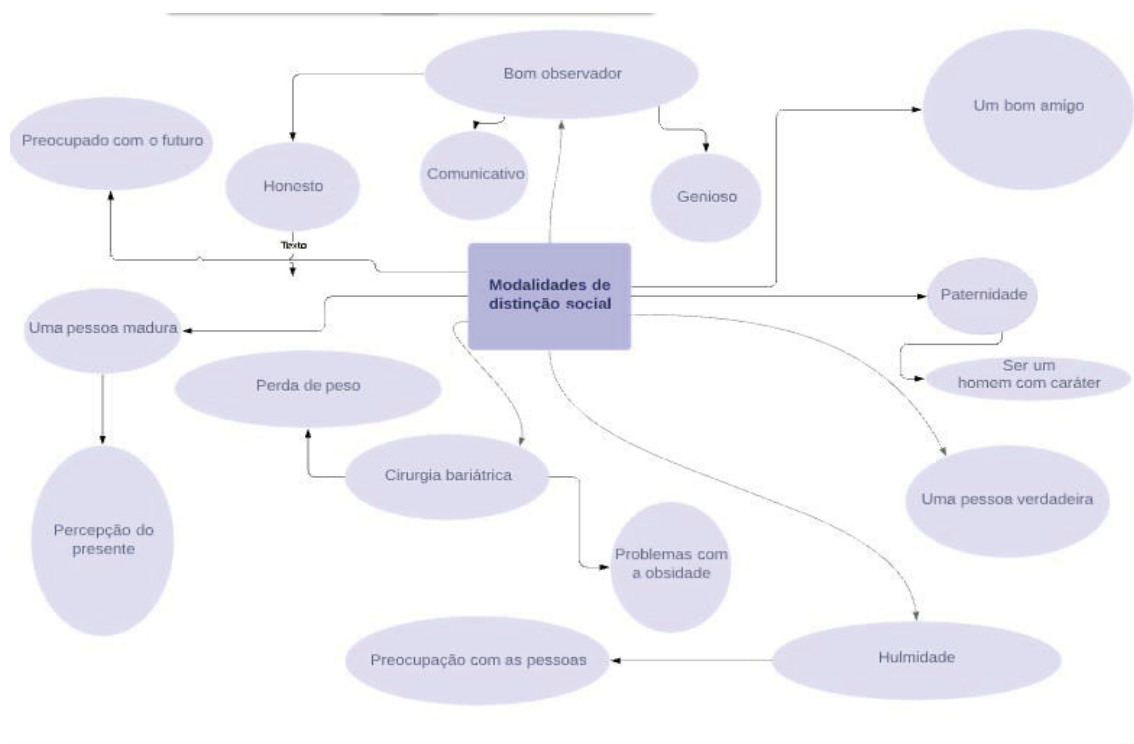
peessoas. Isso tem produzido efeitos na moral em Raul que se sente mais confiante e respeitado.

A institucionalidade das relações possibilitadas pelo retorno aos estudos e o curso profissionalizando, que podemos chamar aqui de vínculos de reconhecimento tem contribuído para a estima de Raul. Compartilhando de situações semelhantes, ele e seus colegas formam uma turma que passa por dificuldades com emprego e recolocação no mercado de trabalho. De modo que, cada um ao seu modo, reconhece no colega de sala dificuldades em comum:

Então, abriu muito a mente com isso. E dar valor ao curso. É gratuito. Vem gente de longe. Vem gente do [bairro] Bacacheri. Tem gente que vem lá do [bairro] Fazendinha, [bairro] Santa Cândida. Os caras pagam passagem para vir. Gasta pelo menos deizão por dia. Tá ali, não falta. Todo dia o cara está ali. Isso que me fez pensar melhor. Pô, o cara está tentando melhorar. Tem um cara que é garçom. Ele me falou se ele trabalha-se todos os dias, ele ia ganhar em média quatro mil reais por mês. A noite do cara é R\$190,00. Só trabalha em restaurante top. Mas ele falou “não, quero, estou fazendo o curso pra mim aumentar o conhecimento e ter uma opção”. (RAUL, 2019).

Raul, “uma pessoa boa de comunicação”, percebe que o curso de “portaria e zeladoria” abriu sua mente a para novas possibilidades. Como isso, ele reivindica o curso como sendo um lugar de reconhecimento de suas capacidades e habilidades: “no curso todo mundo gosta de mim”, ou seja, é um local público onde sente respeitado, o que tem contribuído para seu bem-estar social. Também, oferece uma possibilidade concreta de reconhecimento social que tem ajudado a restaurar o autorrespeito e lhe dado forças para contornar as dificuldades impostas pelo termino do casamento, a cirurgia, o retorno a casa dos pais e o desemprego. Raul alimenta perspectivas para o futuro com os olhos no presente. Se percebe como uma pessoa honesta, sincera e trabalhadora. Vê nos estudos uma oportunidade para conseguir melhorar sua qualificação e retornar ao mercado de trabalho. O sonho máximo é trabalhar como caminhoneiro porque deseja dar orgulho ao pai. Na verdade, quer retribuir o respeito que o pai depositou nele. A forma que Raul encontrou para fazer isso é respeitando a profissão do pai ao ponto de desejar para si as mesmas habilidades e competências que recebeu: o segredo de uma longa viagem de caminhão é dirigir com concentração e persistência.

FIGURA 14 – RAUL: MODALIDADES DE DISTINÇÃO SOCIAL



FONTE: o autor (2020).

A estima social de uma pessoa é medida a partir das dimensões da personalidade que são reconhecidas socialmente, sob o signo de determinadas capacidades e propriedades. A comunidade de valores pode ser compreendida como o contexto social onde ocorrem as relações sociais que permitem o indivíduo constituir uma individualização diante a comunidade. É aí que pode constituir sua autoestima conforme suas capacidades e propriedades sejam respeitadas pelos demais.

No caso de Raul, a autoestima é construída por ele através de traços de personalidade que o colocam ao um nível diferente em relação a outras pessoas da vila. Se diz “bom observador” da realidade, uma pessoa comunicativa, com uma mentalidade “geniosa” e um sujeito “honesto”. Principalmente com suas amizades, onde perante si e os outros, se vê como “um bom amigo”. Como foi o caso, em que emprestava sua moto a um antigo amigo sem cobrar nada em troca, mas que, sentiu-se “traído” com o afastamento do amigo:

Fiz amizade com ele, tinha amizade com eles, meu pai tinha amizade, o cara...ajudei o cara, coloquei o cara numa empresa. Dei uma força pra caramba pro cara. Empréstava minha moto pro cara ir trabalhar. Trabalhava em São José

e morava aqui no Uberaba. Ele ia comigo de tarde. Ele me rendia no noturno. Trabalhava das uma às dez. Ele trabalha das dez até de manhã. Então eu emprestava a moto pra ele. Ele ia até lá no serviço, voltava com a moto, depois ele ia com a moto até o ponto de ônibus. Era perigoso e tal e mais prático. Ai ele ia, eu pegava a moto e ia pra minha casa. Na época eu morava no Mercês. Fiquei dois anos morando nos Mercês. A gente ficou...por causa de uns problemas. Voltamos para cá de novo. Final de 2011 para 2012. Até 2013, 14. Eu tava casado e morando em outro lugar. Eles voltaram para cá. Então assim, o cara vira as costas sabe? Não precisa de dinheiro cara. Eu não tava precisando de dinheiro. Tava precisando do dinheiro, do emprego? Lógico. Mais pô, pelo menos para ter um apoio. Da amizade. Não tô aqui para dar uma força. O cara virá as costas e foda-se você. (RAUL, 2019)

A dor moral de ser traído por um amigo/amiga leva algum tempo para curar. O caso narrado é banal em sua forma, mas profundo em seu conteúdo. As amizades funcionam como trocas de confiança, respeito e estima que quanto não retribuídas, como no caso de Raul, produzem protestos ou reivindicação por parte daquele que sentiu prejudicado. Guardado as devidas proporções, as amizades, sob a ótica de uma economia do dom, são trocas de gratidão, dádiva e reconhecimento (MARTINS, 2017). Em outras palavras, Raul reivindica para si a amizade que havida compartilhados por meio do empréstimo e da ajuda no trabalho, porém não recebeu o dom investido. O que acabou sendo um duro golpe na estima que Raul tinha pelo amigo, mas que o amigo não acabou tendo por ele.

Raul acredita que tudo na vida é uma oportunidade para aprender com os erros e amadurecer como pessoa. Foi assim que ele aprendeu a desenvolver e aplicar uma ética que permitiu ter vantagens em relação com outras pessoas na vila onde cresceu e na escola em que estudou. Como foi no caso da história do boné. Quando adolescente, comprou fiado um boné de um rapaz. O rapaz acompanhado de um outro menino na qual Raul considerava até então seu amigo, foram até sua casa cobrar os R\$ 10,00. Raul ainda não tinha recebido e seu pai e sua mãe também não tinham dinheiro para quitar a dívida. O rapaz fez questão de coagi-lo a pagar pelo boné. Raul, sem dinheiro, precisou contar com a ajuda de uma funcionária da escola que morava na sua rua. Ela gentilmente emprestou o dinheiro para ele quitar a dívida.

A partir dessa experiência Raul explica que deixou de “ser trouxa” porque parou de “ir nas ideias dos outros”. A história narrada são exemplos do processo de socialização que marca a passagem da juventude para a vida adulta. De um ponto de vista cultural, revelam alguns traços na mudança da personalidade masculina. Como mostra Gabriel de

Santis Feltran (2010) a sociabilidade de jovens que moram em regiões de periferia é marcada por relações de troca assimétricas, onde o comportamento violento associado a um padrão de masculinidade torna-se uma norma social compartilhada entre meninos. Exemplo disso, é a forma como as disputas pessoais ou a maneira com as dívidas são cobradas são resolvidas através de ações violentas, quando não terminam em agressão física e verbal, acabam em mortes. Raul, ao falar sobre as “pias da vila” separa os grupos entre os usuários de drogas e o grupo de não usuários. De modo a acentuar uma diferença cultural importante que separa os “jovens honestos” e “jovens desonestos”, de quem “quer trabalhar” e “quem é vagabundo”.

O sentimento do próprio valor de Raul está presente em cada memória narrada. A sua autorrealização se dá pelo fato dele, se perceber e se distinguir das demais pessoas ao se considerar como “justo” e “honesto”. Na juventude faz questão de contar que não foi usuário de drogas apesar de ter fumado cigarros. Como me conta, começou a formar seu caráter “de homem de verdade” a partir dos 13,14 anos. Neste aspecto, seu pai é a principal referência masculina é do pai. A ausência do seu pai, Antônio, fora uma constante na infância de Raul, uma vez que, a profissão de caminhoneiro exigiu longos períodos de ausência. Garantindo as condições materiais para a família, Antônio, não pode garantir o acolhimento afetivo reclamado por Raul, principalmente, em relação aos estudos:

Meu pai sempre trabalhou com caminhão. Então, ele nunca tava...tava presente assim, na educação. Sempre bancou a gente. Construiu essa casa. Mas eu digo assim, de cobrar os estudos. Só que assim, nunca sentou junto sabe. Porque acho que a cultura deles é...uma mistura de italiano com português. Dai iram para o Estado do Rio Grande do Sul, daí sabe, misturou com gaúcho. Ai virou aqueles caras rústicos sabe. Mas nunca sentou...assim como eu vejo tem um amigo meu que mora três casas pra frente o pai dele falou pra mim que ele estuda desde os seis anos. Desde que começou na creche eu fico junto com ele. Hoje o cara terminou mecatrônica. (RAUL, 2019).

A estima de Raul está sendo construída sob a imagem de uma “pessoa gente boa”. No contexto das vilas isso significa dizer que você é uma pessoa de confiança, respeitável e estimado. Para Raul é a forma que ele encontrou para explorar suas relações de reconhecimento de modo a tirar vantagens para si e para os outros. Oferecendo sua amizade, respeito e honestidade. Neste momento em que se recupera fisicamente, ele

também tem procurado recuperar sua dignidade tentando restaurar o prestígio que tinha na adolescência quando era considerado uma pessoa de confiança.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Howard Becker (2007, p. 18) fala sobre a relação entre inexperiência e amadorismo que acomete sobre uma pesquisa quando a multidão de coisas que acontece em nossa vida ao mesmo tempo que exercemos o ofício de cientistas e as teorias se tornam incapazes de responder as questões que levantamos durante o desenvolvimento de nosso trabalho. Este trabalho tinha por objetivo refletir sobre a luta por reconhecimento de moradores e moradoras da periferia de Curitiba-PR. A ideia foi de lançar luz sobre alguns estereótipos negativos associados aos moradores da periferia com o interesse de humaniza-los. Tentando demonstrar que os agentes possuem consciência do sentimento do próprio valor ao narrarem as experiências do passado, presente e futuro. Foi nesse sentido que procurei utilizar o termo “vida digna”. Dessa forma, viver com dignidade não necessariamente seria uma forma de romantizar a realidade ou as condições de vidas dos moradores. Foi antes, uma tentativa de refletir filosoficamente e sociologicamente a partir de um contexto de vulnerabilidade social marcado pela desigualdade social.

No caso, dessa pesquisa, a teoria se mostrou uma ferramenta de fácil aplicação e difícil comprovação. Mas “os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo. É como mandar construir uma casa para si.” (BECKER, 1993, p. 12). De qualquer forma, não é fácil construir uma casa. É preciso ter as caixarias da fundação, uma espécie de estrutura de base para a sustentação de pilares e construção paredes, que depois de terminadas darão a sustentação ao telhado.

A reflexão de Honneth foi a estrutura de base e os pilares de sustentação da pesquisa e a experiência de nossos entrevistados ajudaram a erguer as paredes e parte do telhado. Digo parte, porque a pesquisa deixou vários espaços abertos que serão preenchidas no futuro por outros trabalhos que tenham a Teoria do Reconhecimento Social como referência analítica. De qualquer forma, procurei aplicar empiricamente na teoria normativa de Honneth com o objetivo de compreender a realidade a partir da perspectiva de Esmeralda, Ana e Raul. A partir de particularidades e singularidades das narrativas de cada um deles, busquei reconstituir a realidade de quem vive na periferia de Curitiba.

Viver não é somente morar e residir. É também se reconhecer como ser humano portador de um direito universal da dignidade. Neste aspecto, a dignidade, enquanto

abstração jurídica e filosófica, ganha contornos concretas nas realizações narradas por nossos entrevistados. No limite, para Esmeralda ter um lar confortável e uma filha para cuidar e ser cuidada é uma realização que exigiu muita luta, dor, incerteza e sofrimento, mas que valeu a pena, pois, conseguiu realizar o sonho da casa própria e ser uma mulher autônoma. Para Ana, os anos que morou na rua, apesar de causarem lágrimas, ficaram para trás. Hoje, ao lado do companheiro e dos filhos, ela se sente realizada. A casa também é uma realização que demandou luta e persistência. Raul reconhece suas qualidades como ser humano, porém, renunciou ao próprio corpo para salvar sua vida e buscar pelas realizações que deseja. Como encontrar um trabalho de que orgulho ao pai e a mãe, ficar próximo ao filho e continuar ajudando as pessoas.

No final de seu livro, “Luta por reconhecimento” Honneth afirma que tanto Hegel quanto Mead não alcançaram seus objetivos “de determinar um horizonte abstrato de valores éticos, aberto às mais distintas metas de vida, sem perder a força solidarizante da formação coletiva da identidade.” (p. 280). Porém, analisando em perspectiva histórica as especulações de Hegel e Mead ainda são importantes ferramentas de interpretação da realidade social, principalmente, na questão que envolvendo a integração do indivíduo na sociedade capitalista. Suas reflexões auxiliam as pessoas que procuram compreender as contradições produzidas a partir da relação entre os valores subjetivos e valores materiais. Sem perder a dimensão das contradições sociais que institucionalizadas na forma de conflitos de interesses, mobilizam ou desmobilizam as lutas por reconhecimento afetivo, social e jurídico nas sociedades contemporâneas.

Chegamos a segunda década do século XXI depois de passar por várias transformações culturais e estruturais nas sociedades capitalistas, fundamentalmente, nas sociedades centrais do desenvolvimento capitalista que permitiram aos indivíduos:

ampliaram objetivamente a tal ponto as possibilidades da autorrealização que a experiência de uma diferença individual ou coletiva se converteu no impulso de uma série inteira de movimentos políticos; certamente, suas exigências só podem ser cumpridas a longo prazo quando ocorrem mudanças culturais que acarretam uma ampliação radical das relações de solidariedade. (HONNETH, 2009, p. 280).

Com isso, os pressupostos universalistas de Hegel e Mead se mostram insuficientes para explicar a multiplicidades e diversidades de padrões de reconhecimento

que mantém a integração de indivíduos e coletividades diante a ampliação de experiências de reconhecimento, que aumentaram as possibilidades de autorrealização e diferenciação. Frente ao fracasso em explicar as sociedades modernas a partir de pressupostos universais podemos tirar o ensinamento que toda “luta por reconhecimento” dispõem de um conflito insuperável:

ela não pode renunciar à tarefa de introduzir os valores materiais ao lado das formas de reconhecimento do amor e de uma relação jurídica desenvolvida, os quais devem estar em condições de geral uma solidariedade pós-tradicional, mas tampouco pode preencher por si mesma o lugar que é assim traçado como local do particular na estrutura das relações de uma forma moderna de eticidade. (HONNETH, 2009, p. 280).

Uma luta por reconhecimento não é somente motivada pelos valores éticos, é também motivada por valores materiais. De modo que, as pessoas buscam o reconhecimento de suas capacidades e competências subjetivas ao mesmo tempo que lutam para conquistarem melhoras objetivas de suas condições materiais de vida. Assim, uma luta por reconhecimento não está separada de uma luta por distribuição. (FRASER & HONNETH, 2003). Foi isso que tentamos mostrar neste trabalho a partir da visão de mundo de Esmeralda, Ana e Raul em que, a autorrealização de cada um deles remete a uma valorização do mérito individual que serve de justificação para a representação da guerreira, da vitoriosa e do sacrifício. Esses três tipos de valores éticos são o elo de integração ao contexto social em que vivem. Enfrentando dificuldades em relação a trabalho, renda, saúde e moradia, os três agentes da nossa pesquisa representam ainda que de forma insatisfatória o que nos referimos neste trabalho, como uma luta por reconhecimento na periferia da cidade de Curitiba-PR por uma vida digna.

Para os moradores e moradoras da Vila Icarai e Vila União-Ferroviária na visão de Esmeralda, Ana e Raul, as expectativas são para um futuro que atenta de forma mais satisfatórias suas demandas por reconhecimento social, afetiva e jurídica. No caso de Esmeralda e Ana, como mulheres enfrentaram além da desigualdade social, a desigualdade de gênero. Porém, conseguiram adotar estratégias de sobrevivência que permitiram as duas ascender socialmente. Para Raul, o retorno a casa dos pais mostra-se ambivalente. É uma nova oportunidade de levantar-se após uma queda ao mesmo tempo em que é dependente materialmente do pai e mãe. Mas, que no futuro por meio do trabalho poderá se levantar. Situação da qual Esmeralda e Ana já passaram, assim como, tiveram a oportunidade de constituírem suas famílias. Algo que Raul ainda deseja realizar. Ambos

os moradores estão estabelecidos e se identificam socialmente com o bairro onde vivem, mas, sentem que merecer um reconhecimento social maior. O faz com que a busca por dignidade continue viva em suas expectativas de realizações futuras. Seja através do trabalho, do empreendedorismo e da qualificação profissional ou no acolhimento e amor da mãe e na ética ensinada pelo pai. Mas também, nas demandas por direitos frente ao Estado.

Saber até que ponto os valores materiais dão concretude a uma vida digna, como dirá Honneth (2008, p.280) poderão causar “transformações na realidade econômica e social ou se mantêm compatíveis com as condições de uma sociedade capitalista” não é mais de responsabilidade da teoria. Será um processo conduzido de acordo com o futuro dos movimentos sociais e do desenvolvimento das lutas sociais.

No caso da nossa pesquisa, a luta, percebida a partir das percepções de Esmeralda, Ana e Raul, é uma busca por dignidade: um valor subjetivo que dá sentido a uma identidade social que deseja ascender materialmente, mas que socialmente é dependente de transformações estruturais que estão fora dos poderes dos agentes. No contexto periférico, o reconhecimento social é desigualmente distribuído conforme a condição de classe, gênero e raça. Porém, neste contexto de precarização e desigualdade, cada conquista é valorizada. É o valor atribuído a ela é o valor que cada morador e moradora têm por si e pelos outros, isto é, de serem humanos.

REFERÊNCIAS:

- BAENINGER, R. **Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90**. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu (MG), 23 a 27 de outubro de 2000.
- BAHIA, V. T. **Desrespeito moral, afetividade e luta por reconhecimento: a vida de prostitutas da cidade de Recife**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2017.
- BEGA, M. T. S. & SANTOS, V.V. P.. **Quando a lama vira casa: memórias e re(significações) da Vila União Ferroviária, Curitiba, Paraná**. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. UFSC - Florianópolis, SC, 9 a 12 de julho de 2019. Disponível em:
<https://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6I nBhcmFtcyl7czozNToiYTToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZVZPIjtzOjQ6IjE0NDciO30iO 3M6MT0iaCI7czozMjoiZDM5OWJiNzgzOWYyYTUwNmJlZjNhYTdjNDY5ODY2NmUiO30%3D>. Acesso em: 03 set. 2019.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BELCHIOR. **Pequeno perfil de um cidadão comum**. WMG, 1979. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=8CUysEILwWg>. Acesso em: 11 ago. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 set. 2019.
- CAMUS, A. **O primeiro homem**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- COLOGNESE, S. A & MELO, J.L. B. **A técnica de entrevista na pesquisa social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, v. 9, p. 142-159.
- CUNHA, T. E. & MOSES, M. L. **Os projetos de colonização de Rondônia**. Rondônia: Revista Labirinto, ano X, nº 14, dez, 2010, pp. 124-151. Disponível em:
<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/download/938/922>. Acesso em: 18 set. 2019.

DUBET, F. **A sociologia da experiência**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro; rev. téc. notas, Renato Janine Ribeiro Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N & SCOTSON, L. J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FELTRAN, G. S. **Crime e castigo: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo**. Caderno CRH: Salvador, v.23, n.58, pp. 59-73, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a05.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: (O legado da “raça branca”**. Volume 1. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: (No limiar de uma nova era)**. Volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FRASER, N; HONNETH. A. **Redistribution or recognition? A political – philosophical exchange**. Verso, 2003.

FRASER, N. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf> . Acesso em: 03 set. 2019.

FUHRMANN, N. **Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais**. Barbaroi, Santa Cruz do Sul, 2013, n.38, pp. 79-96. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a06.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

GASKELL. G. *Entrevistas individuais e grupas*. In: Martin Bauer & George Gaskell (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.64-89, 2012.

GAZETA DO POVO. Anna Simas , Tatiana Duarte e Guilherme Voitch, “Chacina no bairro Uberaba deixa oito mortos e dois feridos”, 4 de out. de 2009, disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/chacina-no-bairro-uberaba-deixa-oito-mortos-e-dois-feridos-1lxxff643vulkitwk7a6qn0b2/>> acesso em: 24 jan. 2019.

GRAEFF, L. **Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso de moradores de rua de Paris-FR**. São Paulo: Psicol. USP, vol.23, no.4, Set./Dec. 2012, pp. 757-775. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53527>. Acesso em: 03 set. 2019.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, A. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. Tradução de Rúrion Melo. São Paulo: Unesp, 2018.

HONNETH, A. **Barbarizações do conflito social: lutas por reconhecimento ao início do século 21**. Civitas, Porto Alegre, v.14, n. 1, pp. 154-176, jan./abr, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16941/10966>. Acesso em: 03 set. 2019.

HONNETH, A. **O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos**. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, nº 33, mai./ago, 2013, pp. 56-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n33/v15n33a03.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.

HONNETH, A. **Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição**. Civitas, V.8, n 1, 2008, p. 46-67. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4321/6867>. Acesso em: 10 ago. 2020.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JOVCHELOVITCH, S. & BAUER. *Entrevista narrativa*. In: Martin Bauer & George Gaskell (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.90-113, 2012.

LONDON, J. **Contos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KOWARICK. L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK. L. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARTINS, P. H. **A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé**. Sociologias: Porto Alegre, 2017, vol.19, n.44, pp.162-196. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v19n44/1517-4522-soc-19-44-00162.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MÃE. V. H. **A desumanização**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATTAR, K.B. **Entre vilas: a sociabilidade juvenil como produtora de sentidos em um colégio na periferia de Curitiba**. Dissertação de mestrado. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2019.

MOORE, B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

MOORE, B. **Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios**. Tradução de Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999.

OLIVEIRA. F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**, Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981.

O GLOBO, 5 out. 2009, “Polícia do Paraná identifica 6 autores de chacina que matou mãe e bebê em Curitiba”, disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/policia-do-parana-identifica-6-autores-de-chacina-que-matou-mae-bebe-em-curitiba-3165696>> acesso em 24 jan. 2019.

PAIVA, A. R. **Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior**. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 4, pp. 127-154, out.-dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23251/14118>. Acesso em: 02 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Portal do Futuro se consolida como espaço de cidadania e convivência da comunidade**. Curitiba, 01 de jan. 2016. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/portal-do-futuro-se-consolida-como-espaco-de-cidadania-e-convivencia-da-comunidade/38672>. Acesso em: 05 ago. 2019.

POCHMANN, M. **Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva. 2007, vol.12, n.6, pp.1477-1489. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a08.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

RAVAGNANI, H. B. **Honneth leitor do jovem Hegel**. Marília/SP. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n.1, p. 91-101, 2008. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/186/171>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ROSENFELD, C.L & SAAVEDRA, G.A. **Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil**. Porto Alegre: Sociologias, ano 15, n. 33, pp. 14-54, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/42431>. Acesso em: 03 set. 2019.

SOBOTTKA, E. **Desrespeito e luta por reconhecimento**. Porto Alegre: Civitas, v. 15, n. 4, pp. 686-702, out./dez. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23249>. Acesso em: 03 set. 2019.

SOUZA, V. A. **Malandragem e cidadania: novas pistas**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. rev. e ampl./ Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari...[et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 2. ed/ Jêsse Souza; colaboradores...[et al.].-Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

TEIXEIRA, L. B. **Da lama ao caos: a urbanização de Curitiba vista do bolsão audi-união**. Tese de doutorado. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2019.

TRIBUNA DO PARANÁ. Giselle Ulbrich, “Vingança motivou chacina no Uberaba”, 6 out. 2009, disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/vinganca-motivou-chacina-no-uberaba/>. Acesso em 24 jan. 2019.

TROVO, M. C. **Teoria crítica e luta por reconhecimento: Axel Honneth em pauta**. São Paulo: Cadernos de Campo: Revista de Ciência Sociais, 2009, vol. 12, pp. 9-26. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5255/4264>. Acesso em 2 ago. 2020.

VENTURA, T. **Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito**. Curitiba: Rev. Sociol. Polit., vol.19, n.40, pp.159-170, 2011.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

WEBER M. *A ‘objetividade’ do conhecimento na ciência social e na ciência política*. In. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

WHYTE, W. **Sociedade de esquina**. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.